

Universidade de Évora
Escola de Ciências Sociais

Sociedade e Mobilidade Social no Algarve Rural Oitocentista:

A Freguesia de Martim Longo (Alcoutim), 1800-1910

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Históricos Europeus

Fernanda Mateus da Conceição Rosado

Sob a Orientação de

Professor Doutor Helder Adegar Fonseca

Évora, 2013

Universidade de Évora
Escola de Ciências Sociais

Sociedade e Mobilidade Social no Algarve Rural Oitocentista:

A Freguesia de Martim Longo (Alcoutim), 1800-1910

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Históricos Europeus

Fernanda Mateus da Conceição Rosado

Sob a Orientação de

Professor Doutor Helder Adegar Fonseca

Évora, 2013

ÍNDICE GERAL

Índice geral	3
Índice de quadros	4
Índice de gráficos.....	4
Agradecimentos	5
Resumo / Abstract.....	6
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I.....	17
<i>Martim Longo no contexto de uma economia agrária</i>	17
CAPÍTULO II.....	36
<i>Dinâmica populacional e estrutura familiar</i>	36
CAPÍTULO III.....	58
<i>Sociedade e mobilidade social</i>	58
CONCLUSÃO.....	85
FONTES E BIBLIOGRAFIA	89
1. Fontes.....	89
1.1 Manuscritas:.....	89
1.2 Impressas:.....	89
2. Bibliografia	90

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº1 – Comparação da produção cerealífera de 1834 e 1867 na região do sotavento algarvio	28
Quadro nº2 – Produção de cereais em 1834 e necessidades para a colheita de 1835 na região do sotavento algarvio.....	29
Quadro nº 3 – Crescimento da população portuguesa (Séc. XIX)	35
Quadro nº 4 – Comparação do número de habitantes da freguesia de Martim Longo entre várias fontes.....	36
Quadro nº 5 – Número de ausentes aos preceitos quaresmais e respetivas causas na freguesia de Martim Longo.....	39
Quadro nº6 – Evolução da população no concelho de Alcoutim entre 1802 e 1911, segundo Thomaz Cabreira.....	43
Quadro nº7 – Evolução da população do concelho de Alcoutim entre 1802 e 1837, segundo Silva Lopes.....	44
Quadro nº8 – Evolução da população do concelho de Alcoutim entre 1864 e 1911, segundo os censos.....	45
Quadro nº9 – Evolução do número de fogos e do número de elementos por agregado familiar em Portugal Continental (1834/1890)	47
Quadro nº10 – Tipos de agregados domésticos da freguesia de Martim Longo (1793/1907)..	51
Quadro nº11 – Caracterização socioprofissional da freguesia de Martim Longo (século XIX)	58
Quadro nº12 – Distribuição geográfica na freguesia de Martim Longo (século XIX)	68
Quadro nº13 – Distribuição das Profissões segundo a Tipologia dos fogos. Martim Longo (1793/1817; 1869/1888).	71

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº1 – Evolução da população e de fogos na freguesia de Martim Longo (1793/1907)	42
Gráfico nº2 – Dimensão dos agregados familiares na freguesia de Martim Longo (1793/1907).....	46
Gráfico nº3 – Comparação da evolução da população entre aldeia/campo na freguesia de Martim Longo (1793/1907).....	49
Gráfico nº4 – Evolução dos agregados familiares na freguesia de Martim Longo (1793/1907).....	53
Gráfico nº5 – Evolução das categorias predominantes dos tipos de agregados familiares dominantes na freguesia de Martim Longo (1793/1907)	54

Agradecimentos

A elaboração desta dissertação marca uma importante fase da minha vida académica e profissional. Desta forma não queria deixar de agradecer a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a sua concretização. Apenas deixo algumas palavras, porém refletem um profundo e sentido reconhecimento.

Ao Professor Doutor Helder Adegar Fonseca, orientador desta dissertação, por todo o apoio, compreensão, sabedoria, exigência e sugestões demonstrados ao longo da elaboração da tese e fundamentais para a conclusão deste trabalho.

À paróquia de Martim Longo pela constante disponibilidade, sempre que solicitada, no acesso às fontes.

A todos os meus amigos que me apoiaram e incentivaram ao longo de todo este processo, aceitando as minhas constantes ausências. À Susel e à Xana pelo estímulo e encorajamento dado, aquando da partida para este projeto, e pela disponibilidade e apoio, mesmo à distância, no esclarecimento das inúmeras dúvidas que foram surgindo. À Natércia e ao Paulo, pela incansável amizade a qualquer hora e em qualquer momento. À Sílvia pelo incansável apoio e disponibilidade em dar resposta a todas as solicitações que lhe pedi.

À minha família, em especial aos meus pais, irmão, cunhada e sobrinho, pelo apoio, dedicação, carinho e por estarem sempre presentes.

Ao Luís pela presença constante a meu lado, partilhando os bons momentos e os menos bons, pelo apoio incondicional, compreensão, ajuda e força nas alturas de desalento, imprescindíveis no desenvolvimento e concretização da tese. Por acreditar sempre em mim e naquilo que faço. Espero que, agora que termino esta tarefa, possa, de alguma maneira retribuir e compensar todo o carinho e apoio que sempre me ofereceu. A ele dedico todo este trabalho.

Resumo / Abstract

Sociedade e Mobilidade Social no Algarve Rural Oitocentista A freguesia de Martim Longo (Alcoutim) - (1800-1910)

O presente estudo tem como principal objetivo a História da estrutura e a dinâmica social de uma freguesia rural portuguesa durante o «longo» Século XIX.

Com base nos róis de confessados, procede-se a uma análise da evolução da estrutura familiar, da configuração e da mobilidade sociais da freguesia rural de Martim Longo, concelho de Alcoutim, na Serra Algarvia. Usando quadros de referência e classificação social comuns, é nosso especial propósito a comparação explícita com os resultados obtidos por outras investigações de âmbito regional e nacional e integrar este estudo de caso na agenda internacional da História Comparada da Mobilidade Social na Europa.

A análise da mobilidade social intra- e inter-geracional mostra como nos meios rurais, as oportunidades individuais e intergeracionais de mudança de posição social eram escassas, sendo a tendência dominante a «imobilidade» intra e intergeracional, simplificando os processos de estruturação social.

Society and Social Mobility in the Rural nineteenth century Algarve The parish of Martim Longo (Alcoutim) - (1800-1910)

The present study's main objective is the history of the social structure and dynamics of a rural portuguese parish along the "long" nineteenth century.

Based on ancient documents, the evolution of the family structure, the social configuration and mobility of a rural parish (on the Algarve's mountains), the parish of Martim Longo, Alcoutim is analyzed. Using reference charts and common social classification, it is our purpose to compare the results obtained by other investigations of the regional and national level and integrate the study of the Portuguese case on the international agenda of the Comparative History of Social Mobility in Europe.

The analysis of the intragenerational and intergenerational social mobility shows how, in the rural areas, the individual and intergenerational opportunities of changing their social position were scarce, the dominant tendency being the “immobility” intra and intergenerational, simplifying the social structuring processes.

INTRODUÇÃO

O século XIX português, com a sua experiência liberal, foi marcado por fortes mudanças estruturais da sociedade, uma vez que a instabilidade política e a lenta modernização económica não impediram a composição de uma nova aristocracia e uma “europeização” das novas elites burguesas.

Nas últimas décadas houve, a par do que ocorreu na historiografia económica e política, um grande progresso nos estudos históricos sobre a sociedade portuguesa da era liberal¹, em particular no que se refere à formação e composição de alguns “grupos sociais” específicos², designadamente negociantes, políticos, burocratas e industriais, em contextos urbanos e rurais.

Importantes foram também os avanços no campo da história da família, destacando-se os estudos de Robert Rowland³ sobre os agregados domésticos enquanto realidades

¹ Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Porto, A Regra do Jogo, 1976; e *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979. Miriam Halpern Pereira, *Portugal no Século XIX: Antologia de Textos Históricos*. vol. I, *Revolução, Finanças, Dependência Externa*, Lisboa: Sá da Costa, 1979; *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na Segunda Metade do Século XIX*, Lisboa, Sá da Costa, 1983 (1.ª ed.: Lisboa: Cosmos, 1971); e *Diversidade e Assimetrias: Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, ICS, 2001. Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1971.

² Pedro Tavares Almeida, *A Construção do Estado Liberal. Elite Política e Burocracia na «Regeneração» (1851-1890)*, (tese de doutoramento), Lisboa, UNL-FCSH, 1995. Helena Alves, *Minas de S. Domingos. Génese, Formação Social e Identidade Mineira*, Mértola, CAM, 1997). Hélder Adegar Fonseca, «As elites económicas alentejanas, 1850-1870: Anatomia social e empresarial», *Análise Social*, n.ºs 136-137, 1996, pp. 711-748; «O perfil social da “elite censitária” no Sul de Portugal: Alentejo, século XIX», in H. A. Fonseca e M. D. Duenas, eds., *Élites Agrárias en la Península Ibérica (Sig. XIX)*, número monográfico de *Ayer, Revista de Historia Contemporánea*, n.º 48, 2002, pp. 181-216. Hélder Adegar Fonseca e Paulo E. Guimarães, «Os catalães da Azaruja: ofício, família e mobilidade social (1845-1914)», in Jordi Nadal, coord., *Nissagues Gironines en la Indústria Surera Portuguesa (1845-1985)*, Barcelona, Fundació Catalunya – Portugal, 2004. Paulo Eduardo Guimarães, *Indústria e Conflito no Meio Rural. Os Mineiros Alentejanos (1858-1938)*, Lisboa, Colibri, 2001. Paulo Eduardo Guimarães, *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960). Um Estudo sobre o Comportamento Económico de Grupos de Elite em Contexto Regional no Portugal Contemporâneo*, (tese de doutoramento), Universidade de Évora, 2003; e «Recrutamento, mobilidade e demografia em S. Domingos», *Revista de Demografia Histórica*, vol. XXIII-1, Zaragoza, 2005, pp. 21-70. Maria Filomena Mónica, «Capitalistas e Industriais (1870-1914)», *Análise Social*, n.º 99, 1987, pp. 818-863. Jorge Pedreira, «Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais», *Análise Social*, n.ºs 116-117, 1992, pp. 407-440. Maria Antonieta Cruz, *Os Burgueses do Porto na Segunda metade do século XIX*, 1999, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida.

³ Robert Rowland, «Ancora e Monteria, 1827: duas freguesias do Noroeste segundo os livros de registo das companhias de ordenanças», in *Studium Generale - Estudos Contemporâneos*, n.os 2-3, 1981, pp. 199-242; e «Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada», *Ler História*, n.º 3, 1984, pp. 13-32.

sistémicas e funcionais, e de Norberta Amorim⁴ que, recorrendo à metodologia de reconstituição de paróquias, recaem sobre a realidade socioeconómica e cultural das comunidades estudadas, não se limitando às famílias mas alargando-se à paróquia, e da emigração⁵, sobressaindo os estudos sobre o volume e a composição sociodemográfica da emigração portuguesa.

⁴M. Norberta Amorim, *Rebordões e a sua População nos séculos XVII e XVIII. Estudo Demográfico*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1973; *Método de exploração dos livros de registos paroquiais e Cardanha e a sua População de 1573 a 1800*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos, Instituto Nacional de Estatística, 1980; *Os Homens e a Morte na freguesia da Oliveira em Guimarães através dos seus registos de óbitos (séculos XVII e XVIII)*, Guimarães, ed. Autor, 1982; "S. Pedro de Poiães e a sua População de 1561 a 1830", in *Brigantia*, Bragança, 1983/4; *Guimarães de 1580 e 1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987; "A Família e a sua relação com o meio. Uma experiência com genealogias numa paróquia reconstituída", in *Cadernos do Noroeste*, 3, Universidade do Minho, 1990; *Evolução Demográfica de Três paróquias do Sul do Pico (1680/1980)*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 1992; "Nupcialidade e fecundidade diferenciais. Evolução de comportamentos nos últimos três séculos. O caso do Sul do Pico (Açores)", *Boletim de la ADEH*, XI-2, 1993, pp. 55-74; "Uma visita a Santa Eulália Antiga de Fafe no início de 1660", sep. DOM FAFES, n.º3, Câmara Municipal de Fafe, 1996; "Suavidade da Morte e Necessidade de Emigrar. O caso de S. João, no Sul do Pico (Açores), nos séculos XVIII e XIX", in ALVES, Hélio Osvaldo (Coord.), *A Diáspora: Raízes e Realidades Culturais*, Guimarães, 1999, pp.41-64; *O Pico. A Abordagem a uma Ilha, Vol.I - As Famílias. – As Famílias de São João nos Finais do século XIX*, Lajes do Pico, Município das Lajes/NEPS, 2004; *O Pico. A Abordagem de uma Ilha. Vol.I – As Famílias. – As Famílias de Santo Amaro nos finais do século XIX*, S. Roque, Município de S. Roque/NEPS, 2005; *O Pico. A Abordagem de uma Ilha, Vol.I - As Famílias. – As Famílias do espaço de S. Caetano entre os séculos XIX e XX*, Madalena, Município da Madalena/NEPS, 2006; *O Pico. A Abordagem de uma Ilha, Vol I - As Famílias. – As Famílias das Lajes (1ª Parte) nos finais do século XIX*, Lajes do Pico, Município das Lajes/NEPS, 2007; *O Pico. A Abordagem de Uma Ilha. Vol.I - As Famílias. – As Famílias da Prainha nos finais do século XIX*, S. Roque, Município de São Roque/CITCEM, 2009; *O Pico. A Abordagem de Uma Ilha. Vol.I - As Famílias. – As Famílias da Candelária nos finais do século XIX*, Madalena, Município da Madalena/CITCEM, 2011; Ana Sílvia Volpi Scott, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português*. Guimarães: NEPS Universidade do Minho, 1999.

⁵ Maria Antonieta Cruz, «Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil – Contribuição para o estudo da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX», *Revista de História*, volume VII, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1986-1987, pp.7-134; e "Do Porto para o Brasil: a outra face da emigração oitocentista à luz da Imprensa Portuense", *Revista de História*, vol. XI, Porto, 1991, pp. 185-192. Herbet Klein, «A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil do século XIX ao século XIX», *Análise Social*, vol. XXVIII (f.2), 1993 (2º), pp. 235-265. Jorge Fernandes Alves, «Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX», *Revista de História*, vol. IX, Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1989, pp. 267-289; «Operários para França e Inglaterra (1914-1918) - Experiências da emigração portuguesa intraeuropeia», *Revista da Faculdade de Letras - História*, II Série, vol. V, Porto, 1988, pp. 317-333; e «Lógicas Migratórias no Porto Oitocentista», in PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 78-97. Jorge Fernandes Alves, M. Fernanda V. Ferreira e M. do Rosário C. Monteiro, «Imigração galega na cidade do Porto (2ª metade do século XIX)», *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol. IX, Porto, 1992, pp. 215-236. Jorge Carvalho Arroteia, *Emigração Portuguesa - suas origens e distribuição*, Lisboa, ICLP, 1983. Maria Ioannis Benis, «A Emigração de 1856 a 1875 vista de Viana do Castelo», *Revista de História Económica e Social*, n.º 3, 1979, pp. 85-100. António Luís Pinto da Costa, «A Emigração Portuguesa (1871-1930) - Emigração Geral e Emigração Colonial», *História*, n.º 138, 1991, pp. 56-75.

Contudo, apesar dos progressos historiográficos assinalados, o conhecimento histórico da sociedade oitocentista continua limitado à evolução, a longo prazo, do recrutamento dos grupos sociais estudados, uma vez que as pesquisas realizadas apenas incidem sobre segmentos específicos da sociedade e não sobre a dinâmica geral da mesma.

Particularmente fragmentado é o nosso conhecimento sobre um dos aspetos centrais da história social na formação do mundo contemporâneo: a desigualdade social ou estratificação social e a mobilidade social, constituindo exceção o estudo de Rui Cascão *Figueira da Foz e Buarcos, 1861-1910. Permanência e Mudança em Duas Comunidades do Litoral*, em que o autor analisa a estrutura da mobilidade social entre 1861 e 1890 e entre 1890 e 1910 de Figueira da Foz e de Buarcos, e mais recentemente, os de Helder Adegar Fonseca e Paulo Guimarães *A mobilidade social intergeracional em Portugal, 1911-1957*, *Social mobility in Portugal (1860-1960): operative issues and trends*, *Continuity and change*, e *Internal migrations and occupational change in Portugal (1860-1960)*.

Apesar dos variadíssimos contributos historiográficos quer de sociólogos⁶, quer de historiadores e antropólogos, destacando-se, nos primeiros, as tendências de estratificação e mobilidade social, de maior *abertura* da sociedade portuguesa no pós vinte e cinco de Abril e as hipóteses sobre mobilidade social na década de sessenta do século XX e, nos segundos, os estudos históricos de grupos sociais específicos, de natureza biográfica, ainda há um longo caminho a percorrer neste campo relativamente ao período liberal. Torna-se, assim, pertinente alargar não só a amplitude cronológica e geográfica dos estudos sobre a temática, incidindo sobre períodos e espaços cujas referências ainda são limitadas, como

⁶ Os estudos sobre a mobilidade social e a estratificação social começaram por florescer em Portugal, nas décadas 50 e 60, ligados à Sociologia, mais precisamente a Sociologia das Classes Sociais, como demonstram os trabalhos de João Ferreira de Almeida e de António Firmino da Costa, verdadeiros testemunhos da validade da construção de objetos empíricos centrados nos conceitos de classe, de mobilidade social e da renovação teórica sobre a temática. O esforço de clarificação e operacionalização conceptual, encetado por estes autores, daria origem a uma tipologia própria, baseada nos modelos de Poulantzas, Wright e Bourdieu, a qual se tornaria num contributo fundamental para o avanço da pesquisa sobre a sociedade portuguesa, servindo de modelo a outros autores, como Madureira Pinto, na análise das classes sociais dos campos, e de ponto de partida para a elaboração de uma matriz mais apurada e aplicável a espaços sociais *mais vastos*. Mas seriam os estudos sobre a temática, liderados por Seda Nunes (Gabinete de Investigações Sociais), que dariam origem ao domínio específico das classes sociais e estratificação social, hoje consolidado na investigação sociológica. Mas é nos anos oitenta/noventa que surge uma produção teórica mais significativa no campo das classes sociais/estratificação social/mobilidade social. Tal papel seria desempenhado pela equipa liderada por João Ferreira de Almeida (CIES-ISCTE), reforçada com investigadores como António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Luís Capucha e José Luís Casanova.

recorrer a metodologias, assentes numa mesma classificação ocupacional, de forma a possibilitar uma perspetiva comparativa não só de âmbito nacional, mas também europeu.

Neste contexto, o presente estudo, ao visar a análise demográfica longitudinal e espacial, através da reconstituição dos modelos da estrutura familiar e da mobilidade social oitocentista da freguesia de Martim Longo, concelho de Alcoutim, pretende ser mais um contributo para o conhecimento da sociedade oitocentista portuguesa. Contributo não só limitado ao alargamento da área temporal e geográfica de incidência das investigações, mas alargado ao complemento/validação das investigações já realizadas, mediante a comparação de informações recolhidas empiricamente nas fontes normalmente utilizadas (registos paroquiais e civis de casamentos) com as de outras, designadamente os róis de confessados, ultrapassando algumas dificuldades sentidas nos estudos já efetuados (Fonseca e Guimarães, 2007) pela ausência de referências nas fontes, e ao estabelecimento de padrões de mobilidade e de modelos de configuração social. Partindo da freguesia de Martim Longo (História Local) pretende-se comparar os resultados obtidos com os de outras investigações de âmbito regional/nacional e, conseqüentemente integrar o estudo de caso português na agenda internacional sobre Mobilidade Social na Europa Ocidental.

O alicerce deste estudo são os róis de confessados aqui explorados de forma intensiva. Até meados do século XIX o apuramento dos efetivos populacionais das várias regiões do país estava entregue essencialmente às autoridades eclesiásticas⁷, as quais recorriam na maioria das vezes aos róis de confessados para completar esse apuramento, uma vez que, após o Concílio de Trento e com o objetivo de controlar quem ia à Igreja confessar-se e comungar, os párocos eram obrigados a elaborar *Róis de Confessados e Comungados* - lista anual dos habitantes da paróquia, ordenada de acordo com o local, fogo e hierarquia familiar. Nestes, a perceção dos efetivos não é feita individualmente, mas através de uma unidade orgânica, o “fogo”, entendido como um conjunto de pessoas, que habitam uma mesma casa, unidas por laços de parentesco ou profissionais e em que um dos membros (cabeça de casal) exercia autoridade sobre os restantes. Estratégia anualmente utilizada pela igreja católica, mais precisamente na época pascal, que lhe permitia não só conhecer mas também inspecionar os fregueses de cada paróquia, exigindo, no entanto, aos párocos novas

⁷ Segundo o Relatório do VIII Recenseamento Geral da População de 1840, o primeiro recenseamento “digno desse nome” apenas se efetuou em 1864, uma vez que foi a primeira tentativa assente em bases estatísticas.

funções: o levantamento nominal, rua a rua, de todos os confessados e comungados existentes na sua circunscrição.

O presente estudo baseia-se na notável coleção de róis de confessados e comungados (figura nº1), existente na igreja matriz da freguesia de Martim Longo, relativos ao período entre 1793-1907. O período em análise fica coberto por 61 róis de confessados referentes aos anos⁸ de 1793, 1795, 1797, 1800, 1803, 1805-7, 1809, 1814, 1816-17, 1836-43, 1845-47, 1850, 1854, 1856-58, 1860-63, 1865-71, 1873-75, 1877-1878, 1880-88, 1891-96, 1900 e 1907. O conjunto confere solidez à análise histórica das características

Fig. Nº1 - Rol da freguesia de Martim Longo de 1894

N.º da casa	Nomes das cabeças de família	N.º de pessoas	Estado civil
1142	Alvaro da Costa	10	C.C.
1143	Alvaro da Costa	13	C.C.
1144	Alvaro da Costa	32	C.C.
1145	Alvaro da Costa	28	C.C.
1146	Alvaro da Costa	122	C.C.
1147	Alvaro da Costa	34	C.C.
1148	Alvaro da Costa	20	C.C.
1149	Alvaro da Costa	1	C.C.
1150	Alvaro da Costa	60	C.C.
1151	Alvaro da Costa	22	C.C.
1152	Alvaro da Costa	37	C.C.
1153	Alvaro da Costa	11	C.C.
1154	Alvaro da Costa	11	C.C.
1155	Alvaro da Costa	15	C.C.
1156	Alvaro da Costa	11	C.C.
1157	Alvaro da Costa	11	C.C.
1158	Alvaro da Costa	11	C.C.
1159	Alvaro da Costa	11	C.C.
1160	Alvaro da Costa	11	C.C.
1161	Alvaro da Costa	11	C.C.
1162	Alvaro da Costa	11	C.C.
1163	Alvaro da Costa	11	C.C.
1164	Alvaro da Costa	11	C.C.
1165	Alvaro da Costa	11	C.C.
1166	Alvaro da Costa	11	C.C.
1167	Alvaro da Costa	11	C.C.
1168	Alvaro da Costa	11	C.C.
1169	Alvaro da Costa	11	C.C.
1170	Alvaro da Costa	11	C.C.
1171	Alvaro da Costa	11	C.C.
1172	Alvaro da Costa	11	C.C.
1173	Alvaro da Costa	11	C.C.
1174	Alvaro da Costa	11	C.C.
1175	Alvaro da Costa	11	C.C.

demográficas e sociais da sociedade oitocentista da freguesia. Organizados por povoações, vindo no início a sede de freguesia, a informação apresenta-se ordenada rua a rua (aldeia) / monte a monte, aparecendo no início destes, o número de fogo, o nome do “cabeça de casal”, o seu estado civil, quando solteiro ou viúvo - no caso dos casados, esta indicação não existe —, nome dos co-residentes e sua relação de parentesco ou de dependência face ao chefe de família. A referência à idade, à profissão, à indicação de maior ou menor de comunhão e ao cumprimento dos preceitos pelos elementos do agregado doméstico nem sempre aparece. Por vezes, surgem algumas observações sobre características dos fregueses - cego, surdo, demente -, assim como a referência aos ausentes e o local onde se encontram, o que vem sublinhar a veracidade da recolha.

Porém, torna-se fundamental uma crítica apurada da fonte, a fim de obter uma correta interpretação dos dados fornecidos e a evitar interpretações, se não equívocas, pelo menos distorcidas, no que se refere ao cálculo dos efetivos populacionais e à análise das

⁸ No presente estudo não foram utilizadas as informações dos róis de 1804, 1831, 1872, 1876 e 1908 por se encontrarem incompletos e em mau estado de conservação.

estruturas familiares e, conseqüentemente de todas as deduções que destes se possam retirar. Desta forma, à que ter em conta: (i) a terminologia concetual utilizada, dado que se verifica a utilização de uma diversidade concetual a nível regional e temporal; por exemplo, apesar da regulamentação existente, no início do século XIX nem todos os padres tinham o mesmo conceito de “fogo”. (ii) O seu carácter religioso e o seu objetivo – controlar os paroquianos - fazia com que a contabilização dos efetivos demográficos contemplasse apenas os confessados e comungados, “deixando de contabilizar menores e todos aqueles que, porventura, não partilhavam dos princípios cristãos - os que eram considerados pecadores públicos ou marginalizados” (Madeira, 1999:142/143), assim como todos os que faltavam à desobriga pascal, isto é, todos os paroquianos que por qualquer motivo não cumpriam o preceito obrigatório da confissão por altura da páscoa. E, mesmo na população contabilizada, há que ter em consideração a diferença entre “maiores” e “menores” de comunhão e de confissão, uma vez que a maioria comungante se atingia aos 14 anos, para o sexo masculino, e aos 12 anos, para o sexo feminino, sendo considerados “menores” de comunhão todos os que tinham mais de 7 anos e menos de 12 ou 14 anos, e a maioria de confissão aos 7 anos, ficando fora da contagem eclesiástica a parcela dos menores por serem considerados inocentes à luz da doutrina cristã. Por outro lado, tal objetivo e carácter limitam as informações relativas às hierarquias sociais e económicas da população estudada, uma vez que as mesmas não se encontram expressas objetivamente, resultando de uma análise indireta e inferida, por exemplo, das características das unidades domésticas, da capacidade do chefe de família atrair agregados (parentes/não parentes), pois a principal preocupação centra-se no cumprimento das obrigações católicas dos fregueses e não na sua distinção social. (iii) A ação dos “inquiridores” na sua elaboração, pois se teoricamente as normas estavam bem definidas, na prática denotam-se vários incumprimentos com reflexos no rigor quantitativo dos dados fornecidos. A recolha da informação era claramente influenciada pelos níveis culturais e intelectuais dos párocos, pelo zelo com que cumpriam as normas superiores emanadas pelas constituições sinodais e pela própria dimensão geográfica da paróquia, pois certamente que seria mais fácil contabilizar e conhecer 500 ou 600 indivíduos do que um milhar ou mais.

Mas, no que concerne aos róis de confessados e comungados da freguesia de Martim Longo denotam-se algumas particularidades que nos permitem inferir da existência de alguma qualidade e fiabilidade dos dados apresentados.

Em primeiro lugar, destaca-se a preocupação e empenho dos párocos em seguir as normas processuais estabelecidas no preenchimento das folhas de registos, que apesar da evolução estrutural ao longo do século, é feito quase na totalidade, acrescentando ainda à informação solicitada notas marginais como a ausência de paroquianos, nascimentos e óbitos ocorridos naquele ano, assim como uma síntese final sobre o número de fogos, de habitantes, dos maiores de confissão e comunhão, dos menores de confissão e dos menores de sete anos, indiciando que não se basearam nos róis pré-existentes (fig. nº 2). Em segundo lugar, ao contrário do que acontecia na maioria dos róis de confessados de outras freguesias⁹, os párocos contabilizaram a população menor de sete anos, evidente pelas idades e na sua inclusão na síntese final, como pessoas “de não confissão”, fornecendo uma atualização mais correta dos efetivos populacionais da freguesia. Aspeto reforçado pela ausência de casos de irreligiosidade ou outras profissões de fé, assim como inexistência de recolhimentos e hospitais. Por outro lado, no que se refere à ausência de paroquianos, para além dos que são incluídos na

lista nominativa dos róis com a observação de “ausente” ou “fora”, no final de cada rol aparecem anotações sobre os que não cumpriram os preceitos, assim como o esforço promovido para que todos os cumprissem. Se no início os rebeldes invocavam ambiguidade residencial como motivo do não cumprimento,

Fig. Nº 2 – Síntese informativa presente no final dos róis de confessados

Resumo.		
Fogos		695
N.º de Almas		2610
Pessoas de Comunhão = sexo masculino		869
Idem idem = sexo feminino		858
Idem de Confissão tomente = sexo masculino		169
Idem idem = do sexo feminino		130
Idem não de Confissão = do sexo masculino		200
Idem idem = do sexo feminino		184

Fonte: Rol de confessados e comungados de 1894

referindo que estavam casados noutras freguesias, estando em Martim Longo por questões de trabalho (criados/pastores) e tendo naquelas cumprido a desobriga quaresmal, no decorrer do século alargar-se-iam os fundamentos à “procura de sustento”, principalmente na mina de S. Domingos, nos trabalhos agrícolas do Alentejo e na construção de estradas, à

⁹ Cf. Berta Gonçalves Morais, *Ruralismo e família em Vinhais: estudo de caso sobre a paróquia de Santalha (1886-1909)*, tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, ed. da autora, 2003; Álvaro Ferreira da Silva, «A família em Portugal no século XVIII: posição familiar dos jovens e as dinâmicas dos grupos domésticos», in Francisco García González (ed.), *La Historia de la Familia en la Península Ibérica*. Cuenca, 2008, pp. 371-406.

“vida escandalosa e imoral” e à simples falta de comparência, alargando-se também as penas canónicas para os não cumpridores. Estas, que inicialmente consistiam em advertências reiteradas do pároco, passando pela prorrogação do prazo no cumprimento da obrigação até ao dia de S. João Batista, acabariam com a negação dos sacramentos, a partir de 1854, para os mais *desobedientes*, refletindo a distinção entre os que eram simplesmente considerados *rebeldes* e os que tinham justos motivos para não cumprirem os preceitos quaresmais, e um aumento dos *incumpridores* ao longo do século que levaria ao seu agravamento (ver quadro nº5 do capítulo II).

Porém, é de frisar a existência de algumas limitações e enganos. Por exemplo, em termos da ocupação profissional dos paroquianos, os róis apresentam grandes lacunas, pois só num pequeno número é que ficou registada a ocupação do chefe do agregado familiar, e é notória uma ligeira imprecisão nas idades. Mas é certo que a utilização dos róis de confessados, como fonte sociodemográfica é bastante enriquecedora, propiciando informações de variáveis micro demográficas de longa duração, que permitem, através da sua análise, não só identificar relações de parentesco e padrões de mobilidade social, mas também a influência da dinâmica populacional no espaço geográfico, designadamente no aparecimento/desaparecimento de ruas e localidades.

Perante os objetivos do presente estudo, a metodologia utilizada consistiu na construção de uma base de dados, onde foram transcritos e inseridos os dados empíricos, a partir da qual analisámos a evolução demográfica da freguesia (aldeia e montes), e a sua estrutura social, familiar e profissional.

No que se refere à análise e tipificação das estruturas familiares na diversidade do grupo doméstico co-residente, recorreu-se à “Tipologia de Cambridge”, proposta por Peter Laslett (1972), e à utilizada por Berta Gonçalves Morais (2003:57), adaptadas à realidade em estudo, visando a determinação do modelo de agregado dominante e a evolução das formas de organização da vida familiar na freguesia. Estabelecemos, assim, seis tipos de agregados, correspondendo cada um a várias categorias, a saber: I) agregados domésticos de pessoas só; II) agregados domésticos de várias pessoas sem estrutura conjugal; III) agregados domésticos de famílias simples (casais sem filhos, casais com filhos, pessoas a viver com filhos); IV) agregados domésticos de famílias simples alargadas (famílias simples a viver com outras pessoas); V) agregados domésticos de famílias múltiplas (duas ou mais famílias simples a viver no mesmo alojamento); e VI) agregados domésticos de estrutura

indeterminada – para os casos que não se enquadrem em nenhuma das categorias acima descritas (ver quadro nº10 do II capítulo).

Identificando o grupo doméstico a partir da sua estrutura, podemos aferir o tipo de laços/relações existentes entre os seus membros (ex. consanguinidade, trabalho, etc.), assim como o tipo e o número de núcleos familiares que o constituem, uma vez que este pode ser constituído apenas por uma pessoa só ou por um núcleo familiar (uma família simples), conjugal (um casal com ou sem filhos) ou monoparental (um pai ou uma mãe com filhos), ou, ainda, conter, para além do núcleo familiar, outras pessoas, dando origem a uma família alargada, ou mesmo outros núcleos, gerando-se então uma família múltipla.

No que concerne à caracterização socioprofissional, recorreremos à análise da base de dados elaborada, identificando as profissões e a sua distribuição espacial, assim como à elaboração de percursos de vida de três famílias ao longo do século, estabelecendo relações entre as ocupações de pais e filhos, com vista a determinar padrões de mobilidade e de estrutura social.

No primeiro capítulo, com base nas principais monografias da época, pretende-se apenas proceder à caracterização do cenário económico, através da identificação das principais atividades económicas/produtos produzidos e dos distintos períodos da evolução económica da freguesia ao longo do século. Tendo em conta os acontecimentos sociais, económicos e políticos que marcaram a sociedade portuguesa no século XIX e indo ao encontro dos estudos historiográficos na área económica, procedemos à análise dos cenários económicos do início do século, coincidindo com a grande instabilidade política, provocada pelas invasões francesas e com a implantação do regime constitucional, e de meados do século, aquando da aplicação das diretrizes emanadas das novas instituições liberais, caracterizado pela estabilidade política e algum desenvolvimento económico. Análise que permitiu apurar especificidades económicas locais que foram determinantes, pela influência exercida, na dinâmica demográfica e social da freguesia.

O segundo capítulo incide na caracterização da sociedade martinlonguense, destacando-se a dinâmica populacional e a estrutura familiar, entendida como organização de indivíduos, cujo referente é o local de residência (fogo). Partindo da tendência da evolução demográfica secular, passando pela distribuição espacial da população entre e dentro da aldeia e dos montes, acabamos na análise das estruturas familiares, procurando, com base nas relações de parentesco que se estabelecem na unidade familiar e no recurso a

uma determinada tipologia familiar, identificar o modelo de estrutura social presente. Tipologia que incorpora desde formas nuclearizadas de agregados familiares, constituídos por uma só pessoa ou por um núcleo conjugal que, mesmo que incompleto, se pode acrescentar a presença de filhos dependentes, formando, no todo, uma unidade familiar, a formas mais complexas, onde, para além da ocorrência de um núcleo conjugal, se observa a presença de qualquer outro parente ou núcleo secundário.

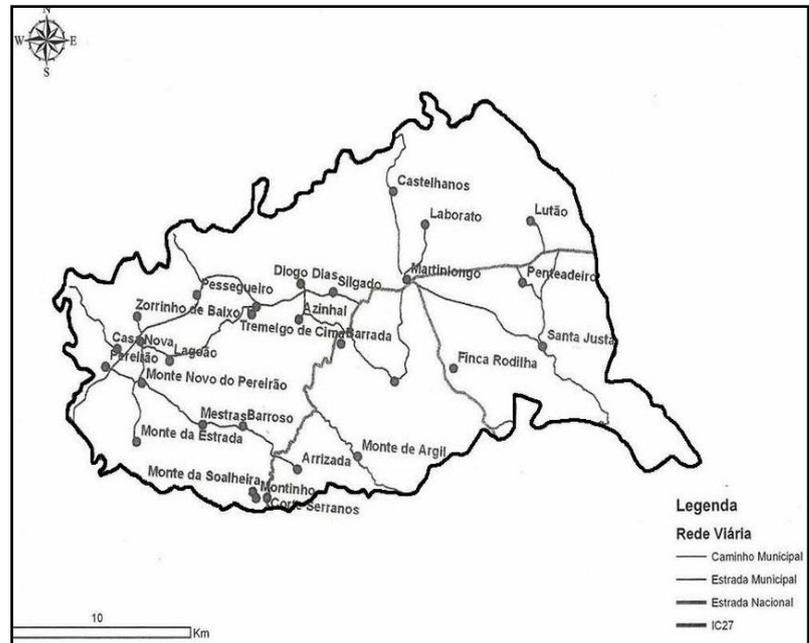
No terceiro capítulo visa-se a caracterização socioprofissional da sociedade local, baseada nas informações referentes às profissões dos fregueses nos róis de confessados que, apesar de escassas e concentradas em determinados anos, possibilitam obter uma visão geral das principais características neste âmbito. Variedade socioprofissional que reflete as desigualdades económico-sociais, uma vez que os rendimentos auferidos nas diversas atividades económicas e o prestígio social das diferentes profissões eram discrepantes. Ao longo do século XIX, a população residente repartia-se por várias atividades económicas, destacando-se as ligadas ao setor primário que, pela sua sazonalidade, eram complementadas com a prática de ofícios artesanais, que permitiam à família produzir objetos que vendia nas variadíssimas feiras e mercados dos diversos montes/aldeias do concelho, aumentando o escasso rendimento familiar e contribuindo para animar o fraco comércio existente. Contudo, por vezes, o excesso de população e o elevado número de membros do agregado familiar em relação às escassas subsistências locais levavam a que muitos procurassem alternativas para além dos limites concelhios, nomeadamente na exploração mineira, nos trabalhos agrícolas do Alentejo e na construção de estradas facultando uma visão relativa da mobilidade geográfica dos fregueses no período em estudo. Desta forma, através da análise da evolução de agregados familiares específicos, e tendo em conta que o trabalho propiciava espaços de ascensão social, pretende-se identificar padrões e tendências de mobilidade social, quer intergeracional quer intrageracional, no contexto espaço-temporal em estudo.

Capítulo I

Martim Longo no contexto de uma economia agrária

Mapa nº1 – Freguesia de Martim Longo

A freguesia de Martim Longo, inserida no concelho mais oriental do distrito de Faro, Alcoutim, ocupa um vasto território da serra algarvia (134,14 km²), entre as ribeiras da Foupana a sul e a do Vascão a norte, fazendo fronteira regional com os concelhos de Mértola, Almodôvar e Tavira. Tem como sede a aldeia de Martim Longo e é constituída



Fonte: Câmara Municipal de Alcoutim

por um conjunto de aglomerados populacionais dispersos designados de “montes”¹⁰ (Arrizada, Azinhal, Barrada, Barroso, Casa Nova, Castelhanos, Corte Serranos, Diogo Dias, Estrada, Laborato, Lutão, Mestras, Montargil, Penteadeiros, Pereirão, Pêro Dias, Pessegueiro, Santa Justa, Silgado, Tremelgo e Zorrinhos), evidenciando o seu caráter marcadamente rural.

Segundo Casimiro Anica (1994:17), a paróquia de Martim Longo terá sido criada ainda no século XIV, ocupando um vasto território que no século XVI daria origem a três novas paróquias: Vaqueiros e Giões, pertencentes ao concelho de Alcoutim, e Cachopo, ao de Tavira. Embora não sendo a única freguesia do concelho, ocupou sempre um papel preponderante na sua dinâmica populacional, como comprova a proposta do presidente da

¹⁰ Segundo Miguel Reimão Costa (2010:65), a designação de “Monte”, “entendido como unidade base de ocupação” apresenta “características dissemelhantes” na serra algarvia: enquanto a oriente da serra do Caldeirão, onde se integra o concelho de Alcoutim, corresponde “a um pequeno aglomerado que, especialmente nas zonas mais aplanadas poderá contar com algumas dezenas de fogos”; a ocidente, apresenta-se como “unidade isolada, cessando o padrão dos pequenos aglomerados”, dando “lugar, entre extensas áreas livres de edificação, a diversas formas de dispersão”.

Câmara José Viegas Teixeira, aquando da possível extinção do concelho de Alcoutim¹¹ em 1867, em integrar neste a freguesia de Cachopo e a aldeia do Ameixial, ambas do concelho de Tavira, e mudar a sede concelhia para Martim Longo, dada a sua posição central relativamente à globalidade da área geográfica do município e por apresentar já um maior número de habitantes¹². Aliás, ainda hoje requer para si o título de freguesia mais populosa¹³.

Apesar das várias reformas administrativas que o concelho de Alcoutim foi alvo no período oitocentista¹⁴, é de realçar que os limites da freguesia nunca foram afetados, tendo mantido as suas *fronteiras*, como confirma a permanência dos diferentes “montes” que a integram ao longo desse período.

Uma das principais características da região algarvia é a sua heterogeneidade territorial, aspeto que acompanhou a sua história e influenciou a sua economia. Nesta diversidade destacam-se, como afirma Ataíde de Oliveira (1905:83) “dois sistemas de dividir a área de toda a província, um em duas partes distintas, fundado em terrenos cultivados e não cultivados, *algarve* e *serra*; e outro, mais natural e racional, fundado, por assim dizer, na qualidade dos terrenos, em três partes, *beiramar*, *barrocal* e *serra*”, enquadrando-se nas últimas o concelho de Alcoutim. Porém, tal divisão não pode nem deve ser encarada de forma absoluta, dadas as especificidades locais existentes dentro dessas regiões. Segundo o *Relatório acerca da Arborização do Reino de 1868*, os terrenos incultos da serra algarvia estariam salpicados de “ilhas ou retalhos de cultura” o que, face às informações recolhidas nas várias fontes sobre a economia alcouteneja, nos leva a incluir o concelho neste oásis, principalmente na segunda metade do século XIX. Visão corroborada por vários autores, entre os quais Almeida Figueiredo (1900, em Radich,2007:23) que aponta as terras do

¹¹ Pela Lei 26/07/1867, o concelho de Alcoutim foi anexado ao de Vila Real de Santo António, tendo sido inúmeras as petições camarárias para que tal não acontecesse. Apesar de todo o arquivo ter chegado a ser transferido para aquela cidade, a suspensão desta reforma administrativa, em janeiro de 1868, restituiu novamente o estatuto de concelho a Alcoutim.

¹² Arquivo Municipal de Alcoutim (AMA), Fundo - Câmara Municipal de Alcoutim, Atas das Reuniões da Vereação (A-S-01), 7/08/1867.

¹³ O concelho de Alcoutim é constituído por cinco freguesias: Alcoutim (sede de concelho), Giões, Pereiro, Vaqueiros e Martim Longo e, de acordo com os censos de 2011, a população de Alcoutim era de 921 habitantes (7,1 hab/km²), de Giões 256 (3,9 hab/km²), do Pereiro 213 (2,1 hab/ km²), de Vaqueiros 497 (3,4 hab/km²) e de Martim Longo era de 1030 habitantes (7,7 hab/km²).

¹⁴ Foi extremamente difícil para Alcoutim manter-se como concelho, mas apesar de ter perdido tal estatuto por duas ou três vezes, depressa o recuperou aquando da implantação do regime liberal, que extinguiu a Casa do Infantado e integrou os Bens na Fazenda Nacional, por Decreto de 18 de Março de 1834. Durante algum tempo, fez parte do concelho de Tavira. Pelo Decreto das Prefeituras foi dividido entre Castro Marim e Mértola, mas pela Lei de 1835 foi reconhecido outra vez, retirando-lhe apenas a freguesia de Cachopo.

concelho como “boas terras de trigo”, a *Carta Agrícola e Florestal de 1910* que apresenta nas margens do Guadiana uma extensa mancha de cultura arvense e hortícola, maior que a do litoral-oeste (Radich,2007:24) e Carlos Romeu Correia Mendes (1911:40) que refere que em toda a serra onde “abunda o terreno inculto, em muitos dos seus pontos dispersos no meio della se encontram porções agricultadas em retalhos de cultura”, sendo uma delas a “zona de terreno cultivado que de Odeleite corre ao longo do flanco direito do valle do Guadiana desde Córtes-Pereira até Castro Marim” e outra “entre os valles das ribeiras de Odeleite e Vascão, nas freguesias de Giões e Martim Longo, encontrando-se uma vasta extensão actualmente cultivada que depois se dilata para norte do Vascão (...)”. Aliás, segundo o autor a zona de Alcoutim e da freguesia de Cachopo, na serra de Tavira, era a “mais povoada e agricultada” da parte oriental da serra algarvia.

Situando-se na serra do caldeirão, em terrenos de xisto ou taipa, de altitude modesta, temperaturas elevadas e fraca precipitação¹⁵, Martim Longo localiza-se na região “económico-agrícola” Montanhosa ou Serrenha (Bívar, 1910), apresentando um complexo *mosaico* de campos de cultivo que, segundo Silva Lopes (1841:399), no início do século, eram de “mediana produção” e “boas terras de pão”, principalmente os que circundavam a aldeia. Porém, no resto da freguesia sobressaíam as “charnecas densas e baldias, abrigo de lobos e campo de sementeiras itinerantes, levadas a cabo por pequenos agricultores mediante o pagamento à câmara de 1/10 das colheitas” (Cavaco,1976:73), em volta dos montes e lugarejos cujos terrenos eram menos estéreis. Charnecas e baldios que (Mendes,1911:40) “entregues á magra vegetação expontanea” eram também utilizados na “pastoreação do gado de várias espécies”, dada a ausência de prados artificiais e naturais¹⁶, assim como na roça de mato e lenha e de outros proventos semelhantes.

Deste modo, as principais atividades económico-produtivas da freguesia eram a agricultura e a pecuária. No entanto, o comércio e o artesanato complementavam os parcos rendimentos oriundos daquelas atividades.

Na agricultura destacavam-se as culturas de cereais (trigo, centeio, cevada, milho e aveia), hortícolas (favas, lentilhas, feijão, grão e ervilhas, batata), de azeite, do vinho, do

¹⁵ Terão sido estas condições geoclimáticas a causa principal do tipo de povoamento disperso característico da região, uma vez que a população tendia a fixar-se junto dos poços onde foi possível encontrar água a alguma profundidade.

¹⁶ A inexistência de prados artificiais e naturais para a pastorícia foi um dos obstáculos identificados por Lacerda Lobo, já em finais de setecentos, do “progresso do comércio agrícola e da agropecuária algarvia” (Mesquita,2009:154).

mel, da cera e dos frutos (figo, amêndoa, alfarroba, laranja e limão), apesar da sua variabilidade quer em qualidade, quer em quantidade. Por sua vez, na pecuária distinguia-se a criação do gado cavalariço, muar, asinino, vacum, suíno, caprino e lanígero, destacando-se, porém, os rebanhos das “raças autóctones, nomeadamente dos ovinos da «*churra algarvia*» e dos caprinos da resistente «*cabra algarvia*», de cuja criação se extraíam os lacticínios e as matérias têxteis” (Mesquita,2009:146).

Relativamente às culturas agrícolas, ocupavam primazia as produções de cereais e de frutos, uma vez que “em cada concelho e freguesia (...) situado na orla, ou na serra, cultivava-se pelo menos um cereal” (Silva Lopes:1841, em Radich,2007:20) e “no sopé dos cerros calcários e dos relevos de xisto, amendoeiras, figueiras e alfarrobeiras cobrem o chão em tal quantidade que, vistas de um ponto alto, parecem antes uma mata espontânea e densa do que uma cultura onde o homem intercala o cereal, as favas e as ervilhas” (Orlando Ribeiro,1962:69, em Magalhães:1970), não necessitando de grandes cuidados, reduzindo os encargos de produção. Se nos cereais eram as culturas do trigo, do centeio e da cevada que prevaleciam em detrimento das culturas da aveia e do milho, nos frutos destacavam-se os figos “talvez o mais considerável ramo das produções e commercio do Algarve” (Lopes,1841:140), pelo seu valor comercial, pelo seu papel na alimentação da população camponesa mais humilde e na engorda dos suínos, e ainda pela regularidade da produção (Cavaco,1976:95), pouco afetada pelas variações climáticas anuais, ao contrário da amendoeira; a alfarroba, predominando, pela qualidade a *mulata*, de grande consumo nacional e internacional, exportada para Gibraltar e para os países do norte da Europa; e a amêndoa, que em casca ou miolo era vendida para Lisboa e para o estrangeiro. Frutos com os quais eram feitas aguardentes, sobressaindo a de figo e de alfarroba, sendo esta última mais saborosa e mais cara, apesar de não render tanto como a de figo. Da amêndoa, principalmente da mais amargosa, faziam-se ainda licores. A madeira da amendoeira e da alfarrobeira, por ser bastante forte e rija, utilizava-se na construção das noras e dos moinhos, preferindo-se à de pinho para esse tipo de obras. Da figueira, por altura da poda, extraía-se a lenha para uso doméstico. Para alimento do gado, utilizavam-se os resíduos do figo, retirados das caldeiras utilizadas na feitura da aguardente, que misturado com farelo, eram dados ao gado suíno, e simples ao vacum e asinino, assim como as folhas, quer secas ou verdes, misturadas com palha. Por sua vez, a alfarroba servia de alimento para os cavalos e vacas, substituindo muitas vezes a ração de cevada.

Para além das culturas arbóreas, eram ainda aproveitados a cera e o mel, uma vez que existiam inúmeras “silhas de colmeias de que se tira cada ano grande quantidade de mel e cera” (Bastos,1993:25), resultante da abundância de uma “variadíssima flora espontânea arbustiva e herbácea” (Mendes,1911:43), como a esteva, o rosmaninho e o alecrim. Produtos, não só utilizados para consumo local, como na iluminação e na confeção de marmelada, mas também para venda nos mercados locais e nacionais.

Todavia, no início do século a produção agrícola era pouco expressiva não só pela “«pobreza» dos solos” (Mesquita,2009:146) e pelas poucas condições geoclimáticas da serra para a produção agrícola, como também pela ausência de técnicas de produção. De facto, “A ciência da agricultura está no Algarve tão atrasada, como, pelo geral, em todo o reino” (Silva Lopes,1841:134), continuando a utilizar-se processos de cultura rudimentares, primitivos e marcadamente artesanais na maioria das tarefas agrícolas, fruto do “tradicional empirismo camponês” (Mesquita,2009:151). Para além da pouca utilização da técnica de rotação de culturas/forragens, continuava a usar-se na lavoura o arado de azinho, puxado por parelhas de muares, que feita no sentido do declive da terra diminuía o esforço dos animais mas aumentavam a destruição das culturas, pela pouca profundidade das lavras e pela erosão provocada pelas primeiras chuvas. Por sua vez, os cereais eram espalhados à braçada, não permitindo uma distribuição homogénea dos mesmos pela terra, sendo grande o desperdício. A ceifa feita com foices produzidas localmente pelos ferreiros, não atendendo à maturidade do cereal mas à disponibilidade da força de trabalho. A debulha, pelos animais mediante a força de suas patas que, não sendo ferradas, era limitada, e como não andavam *embarbilhados*, comiam muito grão, especialmente nos últimos dias da debulha. Na fertilização das terras usava-se o estrume animal ou vegetal, lançado à terra em pequenos montes, sendo posteriormente espalhado antes das sementeiras; “método defeituoso, que faz evaporar em pura perda muitas partes da sua força, não só pela interrupção da fermentação, mas pelos efeitos do sol, do frio, e da chuva” (Silva Lopes,1841:135). Nos terrenos mais pobres e cobertos de matos, faziam-se queimadas que ao não queimarem as raízes dificultavam a lavoura, fazendo com que “o ferro do arado encalha nelas, e não as arranca; cedo rebentão, e quasi afogão a sementeira” (Silva Lopes,1841:134) e, por vezes, a negligência dos lavradores provocava incêndios que alastrando levavam à destruição de grandes áreas. Ocorrências que levaram a câmara municipal¹⁷ a reconhecer que a queima

¹⁷ AMA, Fundo - Câmara Municipal de Alcoutim, Atas das Reuniões da Vereação (A-S-01), 14/06/1845.

dos “roços” antes do mês de Agosto era nociva, pelo aumento do calor da estação e pelo perigo de deflagração de fogos que poderiam queimar os restolhos e o pão da eira, estabelecendo a postura de que “Toda a pessoa encontrada queimando o roço antes do dia 1º do mês de Agosto de cada ano, pagará quinhentos reis de condenação e sempre o dobro em caso de reincidência”. Assim, “Destas culturas executadas por taes processos, em terrenos já de si pouco férteis, apenas roçados e queimados, sem qualquer outro auxilio de estrumação e adubação que não sejam as cinzas resultantes das próprias queimadas tantas vezes barbaramente executadas (...) obvio se torna inferir-se dos ínfimos lucros dos seus proprietários” (Mendes:1911:41) face à fraca produção.

Também as culturas frutíferas eram subaproveitadas, verificando-se “um decréscimo da sua qualidade por culpa dos proprietários, que descuravam não só os meios de higiene e acomodação do produto para o mercado externo, como ainda viciavam o peso, o que desacreditava o seu comércio. A amêndoa baixara de produção pela fraca dedicação dos agricultores ao tratamento das árvores, que não raras vezes abatiam para vender aos carvoeiros (...). O mesmo desmazelo ocorria com a alfarroba, cujo aproveitamento na alimentação dos animais era considerado escasso para as suas potencialidades industriais, nomeadamente na produção de farinha e de aguardente, com muita procura nos mercados externos” (Mesquita,2009:162).

Nas atividades artesanais destacavam-se as saboarias, a destilação, os laticínios, a oleicultura, a doçaria, a cestaria, a tecelagem, a moagem e fabrico de foices, através das quais a família produzia objetos e produtos que vendia nas variadíssimas feiras e mercados, existentes nos diversos montes/aldeias do concelho. Destas destacavam-se a do Corpo de Deus, na aldeia de Martim Longo, e a de S. Marcos, realizada no dia 25 de abril na aldeia do Pereiro¹⁸, às quais afluíam muita gente, conseguindo, assim, alargar os escassos rendimentos familiares e contribuir para animar o fraco comércio existente. Nestas atividades artesanais evidenciavam-se as que utilizavam como matéria-prima a palma, a pita e o esparto, pela abundância de matéria-prima na região e pela procura já que, “Em todo o

¹⁸ Segundo José Varzeano (2007:82), “os artesãos das redondezas aproveitavam para vender as suas produções, cadeiras de fundo de tábuas, cestaria, nomeadamente de cana, cântaros, alguidares e outros utensílios provenientes das olarias de Martim Longo, os ferreiros em grande número no concelho apresentavam foices, trempes, triângulos, cavadeiras, rastilhos, estacas e outros objetos necessários aos trabalhos diários, os funileiros com cântaros para a água e potes para o azeite, lanternas e caldeiros, não esquecendo a parte têxtil, mais destinada às mulheres com representação de colchas, tapetes, mantas e peúgas, entre outros”.

reino se faz uso das obras de palma, que no Algarve se fabricão; e muitas ainda são procuradas pelos estrangeiros” (Silva Lopes,1841:151). Nascendo e crescendo nos terrenos incultos e pedregosos, não pertencendo a ninguém e sendo de quem a apanhar, a palma era utilizada na confeção de *vassouras, condeças, esteiras capachos redondos, golpelhas, alcofas, e a quantidade considerável de seiras, em que se mete todo o figo e uva que se exporta* (Silva Lopes,1841:151). Alguma era tingida de vermelho e preto para *bordar* os objetos elaborados e com a mais fina faziam-se chapéus. No que se refere à pita, era menos utilizada, dada a necessidade de macerar as folhas até ficarem separados os fios, trabalho muito custoso, sendo usada, principalmente a mais grossa, na elaboração *baraços, silhas e cabrestos para as bestas* (Silva Lopes,1841:152). Por sua vez, o esparto de grande qualidade e facilmente transformado em cordas, substituía na pesca e na cabotagem, as cordas de cânhamo, por exemplo em cestos e capachos, as quais, na maioria, eram importadas (Cabreira,1915:167).

Sobressaíam ainda o fabrico de fazendas grosseiras de lã, como sorianos, estamenhas, frisas e meias, e de louça grossa vermelha, também conhecida por “louça de fogo”, que era vendida para Campo de Ourique. Segundo um ofício do escrivão da câmara de 26/02/1813, existiam no concelho 5 oficinas de oleiro, 4 em Martim Longo e 1 em Alcoutim, sendo únicas na comarca de Tavira (Mesquita,2005:44). Também o comércio da grã (planta tintureira), apanhada nos cerros da freguesia, era significativo, sendo vendida em Tavira, donde se exportava. Produto muito importante para a economia local, levando muitos fregueses, na ânsia de maior lucro, a apanhá-la antes de tempo, colocando em causa a sua própria qualidade, como demonstra a queixa apresentada à câmara, em 1837, por António Vicente e José Bento, da comissão de compra de Tavira, sobre o “mao estado em que lhe he vendido, por ser antecipada a sua colheita, a qual deveria ser no mês de Maio, tempo em que ela já então está perfeitamente creada”. Facto que levou a câmara a proibir “toda e qualquer pessoa (...) apanhar o grã dentro do concelho de Alcoutim antes do dia oito de maio, com pena de pagar a multa de cinco tostões para as despesas da Fabrica, onde for encontrado a colher a grã”¹⁹.

Complementando as atividades agrícolas, desenvolvidas pela maior parte da população, muitos eram, simultaneamente, praticantes de ofícios ligados à agricultura. É o exemplo dos ferreiros, que fabricavam foices e ferraduras na forja e na bigorna e que, muitas vezes, ferravam os próprios animais, chegando às suas oficinas os camponeses dos

¹⁹ AMA, Fundo - Câmara Municipal de Alcoutim, Atas das Reuniões da Vereação (A-S-01), 25/04/1837.

montes e lugarejos dispersos que povoavam a freguesia e para os quais o animal de carrego era indispensável, pois não existia outro meio de transporte; dos albardeiros que concertavam e faziam as albardas; dos moleiros que transportavam o trigo para os moinhos de água e/ou de vento e dos cardadores que, de cardas na mão, iam cardando a lã que em cada casa seria fiada. Ofícios aos quais era exigida a respetiva licença, pois se qualquer individuo fosse encontrado a exercê-los “sem estarem examinados”²⁰ pagaria uma multa de 500 réis.

Mas, a partir de meados do século, já sob as diretrizes liberais²¹, assistiu-se à intensificação do movimento das arroteias e à ocupação e repartição dos terrenos baldios e incultos pela população, originando um aumento da área de cultivo e consequentemente um incremento das produções agrícola e pecuária, melhorando o cenário económico da freguesia. Através de aforamento ou ocupando os baldios comuns, a população foi-se instalando na serra, segundo a lei de “quem mais cerca mais tem” (Bastos,1993:142), como demonstram os inúmeros requerimentos da população local à câmara municipal, solicitando terrenos para cercar a troco de foro, e o próprio povoamento da serra que, contrariamente ao que aconteceu na sede começou a revelar um crescimento populacional.

De facto, apesar da disparidade dos valores apresentados pelas fontes (Rebelo da Silva:1868; Ribeiro & Delgado:1868; Pery:1875; Folque:1910 e Mendes:1911) relativamente à área arroteada, os dados apresentam claramente um recuo dos incultos algarvios na segunda metade do século XIX, continuando no entanto a ser mais “vultosos no interior que no litoral” (Radich,2007:15). Facto corroborado por Helder Adegar Fonseca (2005:97) que apresenta, para a região algarvia, um aumento da área produtiva de 45% e uma diminuição dos terrenos incultos de 60% para finais do século, centrando a “fronteira dos *incultos*” na zona serrana. Porém, no caso específico do concelho de Alcoutim e de acordo com Carlos Romeu Correia Mendes (1911:44), no início do século XX dos 37.180,00 hectares da sua área administrativa apenas 9.657,00 hectares continuavam incultos (26%), demonstrando um decréscimo acentuado dos terrenos baldios em resultado das arroteias, situando-se as terras que “anualmente (são) agricultadas em uma cultura intensiva (...) calculadas em uns 80 hectares aproximadamente”. Segundo o autor, nas cinco freguesias que compõem o

²⁰ AMA, Fundo - Câmara Municipal de Alcoutim, Atas das Reuniões da Vereação (A-S-01), 13/04/1842.

²¹ Todavia, é de considerar, como refere António Pedro Manique (Marques,1999:350) que “ o intervalo existente entre o direito legislado e o direito praticado” relativamente à aplicação das *diretivas liberais*, numa região onde se fez sentir uma forte oposição absolutista, contribuiu para retardar o desenvolvimento do liberalismo no Algarve e consequentemente a aplicação das suas medidas/legislação.

concelho de Alcoutim, “salvo algumas limitadas extensões de planícies ou várzeas”, possuíam “terrenos incultos e incultos de pousio, cuja duração média regula entre 6 a 10 e mais anos encontrando-se” inclusive no concelho “superfícies completamente nuas e escalvadas e inconceptíveis de cultura”. As maiores áreas incultas situavam-se na “freguesia de Alcoutim com 4.144,05 hectares, seguindo-se Pereiro, com 2.447,65 hectares; Vaqueiros, com 1.241,70 hectares; Giões, com 1341,39 e finalmente Martim Longo, com 302,26 hectares apenas”. Valores demonstrativos de que o movimento das arroteias concelhias incidiu nas áreas serranas da freguesia de Vaqueiros e, sobretudo nos incultos da freguesia de Martim Longo.

Tendência nacional que “provavelmente, começou nos finais do século XVIII e se prolongou pela primeira metade do século XX” mas que “conheceu uma grande aceleração a partir de meados de Oitocentos” (cerca de 35%), que contribuiria para a criação de um capital físico natural decisivo para o aumento do produto agrícola oitocentista (Fonseca,2005:90), o qual também beneficiaria da intensificação dos cultivos mediante a rotação de culturas, aumentando o número de parcelas cultivadas e, conseqüentemente reduzindo a área de pousio, e uma maior diversidade do uso da terra, através do incremento da silvicultura e das pastagens²². Aumento das produções agrícola e pecuária que permitiu a fixação de excedentes demográficos, a diminuição da população flutuante e a transformação de muitos trabalhadores agrícolas em proprietários e lavradores, pelo aumento do rendimento familiar que proporcionavam. Rendimento proveniente da possibilidade de venda dos excedentes das culturas agrícolas, como cereais, frutos, cera e mel, e da utilização das pastagens do pousio para rebanhos de ovinos, cuja produção em termos de lã, carne e leite era mais valiosa que aquela que a mesma terra produziria com cabras. Predominância de gado lanígero, bem visível nos mapas enviados pelo administrador do concelho ao governador civil sobre o gado existente no concelho na década de sessenta, ascendendo o seu número a cerca de 6000 cabeças, número apenas igualado, a nível

²² A existência de terrenos incultos não era sinónimo de uma economia estagnada, uma vez que a população algarvia, tal como acontecia no resto do país, soube tirar proveito dos mesmos, estimulando a economia local e regional, aproveitando os pastos na alimentação dos gados, o néctar das flores na produção de mel e cera, a lenha na produção de carvão, na construção civil ou nos fornos das olarias, o esparto, a palma e a pita na confeção de objetos artesanais, a grã na indústria tintureira e a diversidade da fauna e da flora, através da caça e da recolha de plantas aromáticas e medicinais.

distrital, pelo concelho de Castro Marim²³. Porém, com a extensão dos sistemas de cultivo aumentaram também, embora em menor escala, as várias espécies de gado²⁴, avultando “grandes manadas de vacas, fermosos fatos de cabras, muitas varas de porcos, com seus pastores e rafeiros” (Bastos,1993:25), gerando uma produção pecuária cada vez mais dirigida para os mercados regional e nacional. Por sua vez, os excedentes das culturas agrícolas, quer em qualidade, quer em quantidade apresentavam grandes contrastes anuais e locais, dependendo das condições geoclimáticas e da área de cultivo utilizada, uma vez que o “mar de cerros de xisto” (Ribeiro,1962:69, em Magalhães,1970:35) e a escassez de chuvas²⁵ impediam o desenvolvimento de constantes produções abundantes.

No caso dos cereais, apesar da produção começar por concentrar-se na região do barlavento algarvio, apelidada de “celeiro do Algarve”, a partir de meados do século foi-se estendendo pelo sotavento, incentivada pelas arroteias e pelo regime de proteção aos cereais, verificando-se um incremento da produção em resultado da extensão da área cultivada e não de qualquer alteração significativa das técnicas e processos produtivos, uma vez que se continuava a utilizar métodos artesanais na maioria das tarefas agrícolas. A “topografia, a pequena espessura dos solos, a dureza que formam o substrato, a fragmentação da propriedade e a escassez de fundos de maneio” (Cavaco,1976:81) foram nítidos impedimentos à utilização das máquinas, sendo estas inexistentes quase até final do século, como demonstra a resposta do administrador do concelho à circular do governo civil, enviada em 1888 a todos os concelhos, a fim de obter informações sobre a existência de máquinas a vapor, ao mencionar que estas não existiam no concelho de Alcoutim²⁶.

Todavia, esta cultura dominava a economia local, alargando-se as áreas de cultivo às encostas declivosas e aos solos pouco espessos, indiferente à mediocridade das condições

²³ Arquivo Distrital de Faro (ADF), Mapas de estatística geral dos concelhos do distrito de Faro, maço 2/Caixa 112.

²⁴ Segundo Maria Carlos Radich (2007:34) entre 1851 e 1925 verifica-se na região algarvia um aumento no número de efetivos pecuários, sendo a menor subida no gado cavalari e nos bovinos e a maior, quase duplicando, no gado muar, lanar, caprino e suíno.

²⁵ Ao longo do século são vários os requerimentos da população da freguesia à câmara solicitando a abertura de poços públicos, ou o seu aprofundamento, de forma a resolver os problemas de abastecimento de água que afetava constantemente a aldeia e os vários montes. Escassez também comprovada na correspondência enviada pelo administrador do concelho ao governador civil sobre o estado das searas, escassez de cereais e conveniência da proibição da sua exportação (AMA, Fundo - Câmara Municipal de Alcoutim, Atas das Reuniões da Vereação (A-S-01), 15/03/1849).

²⁶ AMA, Fundo - Administração do Concelho, Correspondência expedida a diferentes autoridades (ADC-S-01), 1888.

naturais, variando as colheitas anuais consoante a menor ou maior adversidade destas à produção. Apesar da produção de trigo e centeio se concentrar entre as ribeiras da Foupana e do Vascão, essencialmente na *achada* situada entre o Pereiro e Martim Longo, cuja área de cultivo era destinada aos cereais mais exigentes e de melhores rendimentos quer quantitativos, quer monetários, lentamente a sua cultura expandiu-se à parte oeste da freguesia²⁷. Porém, era na parte oriental que se evidenciava a cultura cerealífera, aglomerando-se a criação de gado na parte ocidental, uma vez que naquela as terras eram exploradas com períodos curtos de pousio, não permitindo a reconstituição de charnecas demasiado densas, como convinha ao pastoreio de grandes rebanhos lanígeros, como acontecia nesta, verificando-se uma espécie de complementaridade produtiva. Mas se a dialética entre a pecuária e a agricultura era promotora de uma complementaridade económica, também foi geradora de conflitos, uma vez que, se por um lado, era necessário incentivar a criação de gado para fornecer animais de trabalho, maior variedade de produtos e adubos, por outro não se podia deixar de defender os terrenos cultivados. Desta forma, o equilíbrio entre as áreas de pastoreio e as de cultivo era frágil, levando a dissonâncias entre os proprietários/usufrutuários das terras e os donos dos rebanhos, já que a criação de gado dependia da disponibilidade das áreas de pastoreio e a passagem/penetração dos rebanhos pelos terrenos arborizados e/ou cultivados provocava geralmente grandes estragos nas respetivas culturas.

Expansão da área de cultivo que originou um aumento bastante significativo da produção cerealífera, como se constata no quadro nº1. Através da sua análise, é visível o aumento expressivo da sua produção entre 1835 e 1867 quer a nível local, incluindo o milho que no primeiro período apresentava uma produção insignificante não sendo sequer passível de contabilizar, quer a nível regional, assim como o lugar de destaque que a produção concelhia ocupava não só na produção do sotavento algarvio como também no computo geral da produção distrital.

²⁷ Como confirma o requerimento apresentado pelo Regedor da Paróquia, em nome dos lavradores dos montes da Barrada, Pero Dias e Azinhal, à Câmara em 1844, pedindo que “havendo sido em Maio devastadas por huã horrível trovoada as searas daqueles sítios” e tendo as sementes caídas começado a nascer, que fossem guardadas do gado (AMA, Fundo - Câmara Municipal de Alcoutim, Atas das Reuniões da Vereação (A-S-01), 1844).

Quadro nº1 - Comparação da produção cerealífera de 1834 e 1867 na região do sotavento algarvio²⁸

Concelhos	Produção em 1834 (hectolitros) *				Produção em 1867 (hectolitros) **			
	Trigo	Cevada e Aveia	Centeio	Milho	Trigo	Cevada e aveia	Centeio	Milho
Alcoutim	1349,7	327,2	490,8	-	4023,52	1444,20	1010,99	163,68
Castro Marim	302,66	24,54	32,72	-	2751,18	877,87	370,46	212,78
Tavira	1079,76	81,8	204,5	818,0	1636,80	106,39	81,84	954,80
Vila Real	392,64	89,98	114,52	449,9	504,68	204,60	69,56	204,60
Total (15 concelhos)	36222,4	8918,92	4016,38	4728,72	40410,95	16162,58	2712,72	19063,26

Fontes: *João Baptista Silva Lopes, *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, 1841 (Mapa 25 em anexo, em Moios) e **ADF, Mapas de estatística geral dos concelhos do distrito de Faro, maço 2, caixa 112 (em alqueires).

Se já em 1834 a produção cerealífera concelhia começava a destacar-se quer a nível regional e distrital, em 1867 acentua-se claramente esse destaque, particularmente na contribuição local para o cômputo geral da produção algarvia. Vejam-se os casos do trigo e do centeio: em 1834, a produção local relativamente à regional situava-se nos 43,2% e nos 58,2% respetivamente, enquanto em 1867 ascende aos 45% e 70%. Percentagens ainda mais significativas quando comparadas a nível distrital: no primeiro período a contribuição local saldava-se nos 3,7% e nos 12,2%, ascendendo, no segundo aos 10% e 37,2%.

É de acrescentar, porém, que a estimativa apresentada para as necessidades de sementeira e consumo para o ano de 1835, relativamente ao concelho de Alcoutim (quadro nº2), pressupõe, por um lado, que a discrepância existente entre a produção de 1834 e as necessidades de 1835 estaria não só relacionada com quebras de produção devido a condições climatéricas adversas, mas também com o incremento do consumo e da necessidade de mais semente, já pronúncios do aumento da população e da área de cultivo. Necessidades que certamente levariam a um agravamento dos preços dos cereais numa

²⁸ Para efeitos de comparação, os dados da produção de 1834 e 1867 foram convertidos em hectolitros. Para o efeito seguiu-se o critério de equivalência fixado para o Concelho de Alcoutim nos *Mapas das Medidas do Novo Systema Legal Comparadas com as Antigas Medidas dos Diversos Concelhos do Reino e Ilhas* (Lisboa, I.N., 1861, p. 116): 1 Moio = 60 Alqueires = 818 litros ou 8,18 hectolitros; 1 alqueire = 13,64 litros ou 0,1364 hectolitros.

região local e regional, onde na época, a sua carência era manifestamente elevada, sendo suprida, na maioria das vezes, pelo recurso à importação²⁹.

Quadro nº2 - Produção de cereais em 1834 e necessidades para a colheita de 1835 na região do sotavento algarvio³⁰

Concelhos	Produção em 1834 (hectolitros)				Precisam-se para sementeira e consumo até à colheita de 1835 (hectolitros)				Falta para completar (hectolitros)			
	Trigo	Cevada e Aveia	Centeio	Milho	Trigo	Cevada e Aveia	Centeio	Milho	Trigo	Cevada e Aveia	Centeio	Milho
Alcoutim	1349,7	327,2	490,8	-	2985,70	531,70	899,80	163,60	1636,00	204,50	409,00	163,60
Castro Marim	302,66	24,54	32,72	-	2454,00	204,50	327,20	-	2151,34	179,96	294,48	-
Tavira	1079,76	81,8	204,5	818,0	4212,70	327,20	858,90	818,00	3132,94	245,40	654,40	-
Vila Real	392,64	89,98	114,52	449,9	7345,64	335,38	1832,32	695,30	6953,00	245,40	1717,80	245,40
Total (15 concelhos)	36222,4	8918,92	4016,38	4728,72	122476,41	16137,77	17873,30	17824,90	84663,00	15398,85	13856,92	13022,56

Fonte: João Baptista Silva Lopes, *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, 1841 (Mapa 25 em anexo, em moios).

Paralelamente a este aumento da produção cerealífera e ao surgimento de novas propriedades / novos proprietários, decorrente do processo de transferência e de parcelamento das terras, acentuado com a legislação liberal³¹, da venda dos bens nacionais e da ocupação dos terrenos baldios, desenvolveram-se as culturas arbóreas, donde se retiravam rendimentos modestos³², mas que complementavam os provenientes daquela,

²⁹ Por várias vezes ao longo do século, a carência de cereais quer para consumo, quer para semear obrigou a câmara a solicitar empréstimos ao governo central para suprir as necessidades dos lavradores. Por exemplo, em 1835, cujo apoio foi em géneros e em 1870 em dinheiro (AMA, Fundo - Câmara Municipal de Alcoutim, Atas das Reuniões da Vereação (A-S-01).

³⁰ Para efeitos de comparação com o quadro nº1, optou-se por converter os dados do quadro do quadro nº2 em hectolitros, seguindo-se o mesmo critério de conversão.

³¹ A Lei de abolição dos vínculos, promulgada em 1863, e o Código Civil de 1867 foram decisivos na transformação da estrutura jurídica da propriedade, iniciada ainda na segunda metade do século XVIII.

³² Em 1867, segundo o mapa da colheita e preço médio do figo, amêndoa e alfarroba, enviado pelo administrador do concelho ao governador civil, Alcoutim apresentava uma produção de figo na ordem dos 8250 Kg, de 675 alqueires de amêndoa e de 2250 Kg de alfarroba, produções insignificantes quando comparadas com as dos outros concelhos do distrito. No que refere aos preços médios de venda, os primeiros eram vendidos a 420 réis os 15 kg, e as segundas a 500 réis o alqueire. A alfarroba não se vendia. Dois anos

assim como a cultura de leguminosas, destacando-se as produções de favas, lentilhas e tremço. Se na produção de favas, Alcoutim não se distinguia dos outros concelhos, o mesmo não acontecia com a produção de lentilhas e tremço, ocupando primazia a nível regional e distrital. Nas árvores de fruto destacaram-se as figueiras, alfarrobeiras e amendoeiras, ocupando papel de relevo na economia agrícola local e regional, não só no fornecimento de frutos e madeira, mas também de matéria-prima para a confeção de doces, aguardentes e alimento para o gado, em detrimento das laranjeiras e limoeiros, que a nível local apresentavam uma escassa produção. Aliás, segundo Maria Carlos Radich (2007:35) o principal contributo da região algarvia para o cômputo geral das produções agrícolas nacionais, na segunda metade do século, centrava-se nas arbóreas frutíferas, já que “mais de 80% da área do amendoal, figueiral, alfarrobal e outras árvores frutíferas do continente pertenciam ao distrito de Faro”. Verificou-se, ainda, um desenvolvimento nas produções de azeite, vinho, cera e mel que para além do consumo local passaram a ter como destino os principais mercados nacionais e internacionais.

Simultaneamente ao aumento da produção agrícola assiste-se a um incremento artesanal, resultante de uma maior abundância de matérias-primas e das necessidades de uma população em crescimento, comercial, assente na circulação de produtos oriundos essencialmente dessas atividades, de exploração mineira, com a abertura de várias minas no concelho e na região, e de profissões ligadas ao estado, particularmente na construção de obras públicas e da guarda-fiscal.

Embora limitado pelo relevo acidentado, pela ausência de vias de comunicação e meios de transporte adequados, o comércio local era dinamizado pelos almocreves, vendedores e tendeiros que, deslocando-se a pé e com as suas bestas de carga, andavam de feira em feira, de monte em monte, vendendo os seus produtos, ou cruzando mensalmente a serra, através da estrada que liga Tavira a Beja, à procura de trigo e fruta para levarem para o Alentejo e Campo de Ourique ou até mesmo para Lisboa, trazendo na volta produtos que aqui escasseavam. Apesar de até “Até 1951 (...) A única via para o mundo exterior” ser “os caminhos de burros, impossíveis de percorrer, mesmo com uma carroça puxada por um cavalo” (Bastos,1993:106), tal não impedia a existência de um comércio *ativo*, não só interno

depois as produções de figo e de amêndoa aumentaram significativamente para os 16500 kg e para 727, 4 alqueires, enquanto a produção de alfarroba diminuiu drasticamente para os 300 Kg, rondando o preço do primeiro pelos 400 réis e das segundas pelos 550 réis (ADF, Mapas de estatística geral dos concelhos do distrito de Faro, maço 2, caixa 112).

mas também externo, uma vez que para “o almocreve a fronteira, concelhia ou nacional, não era barreira” (Magalhães,1993:265). E os martinlonguenses sempre foram “muito activos, com tendência especial para o negócio”, encontrando-se o comércio “enraizado nestas gentes” (Varzeano:1973), como comprova a presença significativa de almocreves, lojistas, negociantes, taberneiros, tendeiros e vendedores, e o “constelado de feiras e mercados” (Justino,1986: 243) locais e regionais, indicadores de um comércio ambulante e fixo bastante intenso.

Complementando este comércio terrestre, o comércio marítimo do sotavento algarvio, recebia do campo, através dos rios Guadiana e Gilão, “cereais e farinhas, legumes e frutos secos, vinho, azeite, cortiça, madeiras, produtos hortícolas e frutas frescas, palha, gados, cera, lenha, carvão, canas e objetos de artesanato (cestas, canastras, alcofas e vassouras)” (Cavaco,1976:351). Comércio que não só alimentava as principais cidades do país, como os circuitos europeus, contribuindo para o equilíbrio da balança comercial³³, corroborando a afirmação de Orlando Ribeiro (1977) de que “A vida rural é não só o sustentáculo principal da nação como fornece ainda parte importante do seu comércio externo”. As exportações nas alfândegas da região consistiam, na maior parte, em produtos oriundos da agricultura e do artesanato *serrenhos*. Facto que nos leva a deduzir que as sociedades camponesas da região, entre as quais a martinlonguense, foram alargando as suas produções de subsistência a um mercado nacional e internacional, ultrapassando o isolamento que as características geográficas impunham. Para tal contribuíram não só a legislação comercial publicada³⁴, que imbuída no espírito de uma economia liberal, extinguiu todas as portagens e determinações que restringiam a liberdade comercial no interior do país, possibilitando ao agricultor/artesão vender o produto do seu trabalho no mercado mais favorável, como também a abertura da linha de caminho-de-ferro algarvia (1889), a construção de rede de estradas distritais e municipais no concelho a partir de finais da década de 60 e o aumento do consumo interno.

No que concerne à exploração mineira e embora todo o Algarve fosse “pobre em jazigos minerais” salientando-se apenas no “Norte uma zona de certa largura, que forma a orla da faixa chalcopiritosa do Alemtejo, passando por Alcoutim, Castro Marim e Aljezur”

³³ Relativamente ao comércio externo, à salientar o contrabando realizado através do rio Guadiana que, apesar de ilícito, representava um importante meio de vida para os alcoutenejos, pois embora mais perigoso era mais rentável que a atividade agrícola.

³⁴ Decretos de 26/3/1823 e de 19/4/1832 e a aprovação do Código Comercial Português (18/09/1833).

(Cabreira,1915:2), assistiu-se, a partir da segunda metade do século, ao registo de inúmeras explorações mineiras no concelho, estimulado pelos ideais e legislação liberais que eliminaram o monopólio estatal e regulamentaram os direitos dos descobridores e exploradores e pelo forte investimento estrangeiro, designadamente de ingleses, belgas, franceses e alemães. Destacavam-se pelas quantidades exploradas, as minas de cobre e outros metais da Herdade da Malhada de Vaqueiros (1866), as de manganês da Herdade Primeira do Mosteiro – sítio do Forte (1869) e da Herdade de Pedro José Roiz Teixeira (1874), de cobre/pirites das Ferrarias (Cova dos Mouros)³⁵, em Vaqueiros, e a mina de antimónio de Cortes Pereira³⁶. Na freguesia de Martim Longo existiram apenas duas minas de cobre, a da Aroeira e a do Laborato (Cabreira,1915:154), que pela pequena dimensão não eram grandes polos de atração de trabalhadores. Neste âmbito, seria a Mina de S. Domingos, no concelho de Mértola, que pela sua grandeza teria um papel preponderante na mobilização dos trabalhadores locais, sendo responsável por uma intensa mobilidade geográfica que marcaria a vida rural dos concelhos vizinhos. Como afirma Paulo Guimarães (2005:23) “a par da extração, a empresa ocupava meio milhar de artesãos e operários nas suas oficinas de carpintaria, de serralharia, no transporte exterior e nos trabalhos acessórios de pré-metalurgia e de preparação do minério para exportação”. O minério era exportado, principalmente para Inglaterra, pelo *cais do mineral*, construído para o efeito, situado junto da atual Estalagem do Guadiana.

Exploravam-se ainda várias pedreiras no concelho, de onde eram retiradas pedras de xisto destinadas essencialmente para a construção de prédios. Em 1886 existiam no concelho 11 pedreiras, localizando-se duas na freguesia de Martim Longo (Lutão e rocio-aldeia), duas na de Vaqueiros e as restantes na freguesia de Alcoutim, empregando vários trabalhadores durante todo o ano e produzindo vários metros cúbicos de pedra, integrando-se as de Martim Longo nas de maior produção³⁷.

O grande incremento dado às obras públicas, verificado a nível nacional a partir de 1850, apenas se refletiria na região a partir de finais da década de 60 com a construção das estradas municipais, originando novas oportunidades de trabalho. Atividade bastante atrativa para a maioria dos homens, uma vez que cada trabalhador recebia a diária de 240

³⁵ A exploração desta mina foi requerida em 1868 por João Teixeira e acompanhada pelos engenheiros da Manson & Barry, concessionária da Mina de S. Domingos, no concelho de Mértola.

³⁶ Segundo Carminda Cavaco (1976) esta mina produziu 139 toneladas em 1864, 6759 em 1883 e 20500 em 1885, último ano de laboração, tido sido a última mina a laborar no concelho.

³⁷ ADF, Mapas com a relação das atividades económicas industriais, maço 3, caixa 294.

réis por dia, enquanto as cavalgadas maiores 300 e as menores 150 réis³⁸. Salários relativamente altos quando comparados com os apresentados por Manuel Villaverde Cabral (1997:191)³⁹, na medida que a maioria dos trabalhadores se situariam na categoria de serventes, e com os expostos por Conceição Martins (1997:503) para os trabalhadores agrícolas⁴⁰. Mais significativo ainda pelo número de trabalhadores que a câmara estabeleceu para a atividade: 2 mil homens e 500 cavalgadas (200 maiores e 300 menores), canalizando a mão-de-obra dos campos para a construção de estradas, o que provocou um aumento dos salários agrícolas pela diminuição dos trabalhadores.

Tal como acontecia a nível nacional, “as obras públicas tiveram inegavelmente uma função reguladora do mercado de trabalho e contribuíram para «controlar» a situação social” (Conceição Martins, 1997:494) da região, na medida em que era uma ocupação mais regular do trabalho e uma alternativa à migração para áreas mais longínquas, promovendo a fixação de gentes com o aumento das “funções” do Estado.

Também a partir de 1885, ano da sua criação, a Guarda Civil seria uma profissão que os mancebos alcoutenejos começariam a ver como uma atividade que poderiam desempenhar, fugindo ao árduo e pouco rentável trabalho agrícola.

A exploração mineira, a construção de estradas e a guarda civil, pela grande diferença de salários auferidos pelos trabalhadores em comparação com os das outras atividades económicas, favoreceriam a fixação de gentes na região. Mas, também originariam diferenças nos rendimentos dos agregados familiares que estimulariam a ambição dos martinlonguenses em ocupar profissões de maior prestígio e mais rentáveis, fomentando uma mobilidade social ascendente e uma estrutura social mais aberta.

Em termos gerais, a economia regional oitocentista, tal como a economia nacional, é marcada por oscilações mais ou menos acentuadas, que influenciariam o sustento familiar e a consequente fixação da população na região, assim como o aumento natural da mesma. Na primeira metade do século, Portugal é assolado pela “escassez de pão”, resultante de uma série de maus anos agrícolas, provocada por condições climatéricas adversas que originaram um grande aumento do preço dos cereais, ficando estes inacessíveis às “carteiras” da maioria da população, principalmente a rural que vivia de uma agricultura de

³⁸ AMA, Fundo - Câmara Municipal de Alcoutim, Atas das Reuniões da Vereação (A-S-01), 8/10/1865.

³⁹ Segundo o autor, os salários dos trabalhadores rondariam os 100 réis/dia para os operários que trabalhavam na construção e conservação das estradas (serventes), 200 réis/dia aos fiscais e 270 réis/dia aos cantoneiros.

⁴⁰ A autora apresenta uma oscilação salarial para os salários agrícolas para a segunda metade do século XIX, os quais teriam atingido o pico máximo nos anos 80 - 110 réis/dia.

subsistência em que a produção cerealífera tinha um peso significativo, contudo pouco produtiva e pouco rentável. Agravando esta situação, junta-se a instabilidade política fomentada pelas invasões francesas, “a tutela inglesa dos generais Wellesley (futuro duque de Wellington) e Beresford” (Serra,2007:16), a revolução liberal, a guerra civil e a particularidade da região ter sido assolada pela ‘quadrilha do Remexido’, defensora da causa absolutista, que atacando inúmeras aldeias e vilas do Algarve e do Alentejo, a partir do seu quartel-general situado na serra algarvia, foi geradora de grande instabilidade na região, como atesta o estabelecimento em Martim Longo, em 1837, de “huma força de vinte homens, que rodando diariamente pelas freguesias vizinhas” colocasse a salvo “os povos deste concelho do flagelo dos salteadores, e guerrilhas”⁴¹. Acontecimentos que levaram à degradação da vida dos martinlonguenses e à necessidade de muitos saírem das suas terras à procura de sustento, tornando-se a serra de xisto uma região pobre e sem perspectivas de fixação de gentes. As saídas para fora do concelho foram a solução para a fuga à miséria rural e a consequência da existência de uma população excessiva em relação às escassas subsistências fornecidas por um agro-sistema bastante degradado.

A partir de meados do século, a situação altera-se significativamente: a estabilidade política é acompanhada de medidas de cariz desenvolvimentista, iniciadas pela Regeneração que, embora lentamente, propiciaram um incremento económico e a modernização do país, melhorando consideravelmente o mercado de trabalho e, conseqüentemente, as condições de vida da população, mostrando a economia portuguesa uma “nota de bom comportamento” (Lains:1993). Na região tal incremento e modernização fizeram-se sentir essencialmente no desenvolvimento da indústria mineira, da construção de estradas e da agricultura. A abertura de várias minas não só no próprio concelho, mas também em concelhos limítrofes funcionava como sorvedouro da mão-de-obra local, aliciada pelos elevados salários que a mesma oferecia comparativamente aos auferidos nos trabalhos do campo. Por sua vez, também o desenvolvimento da cultura de cereais, da silvicultura e da pecuária, impulsionados pelos arroteamentos, possibilitariam uma melhoria no sustento familiar, tal como as campanhas agrícolas nas searas alentejanas e a construção de estradas para aqueles que não aguentavam a dureza do trabalho mineiro. Contudo, a partir da década de 1880 começa a registar-se uma nítida desaceleração no ritmo de crescimento económico, chegando mesmo à recessão nos anos 90. Verifica-se uma retração na oferta

⁴¹ AMA, Fundo - Câmara Municipal de Alcoutim, Atas das Reuniões da Vereação (A-S-01), 23/03/1837.

e/ou duração do trabalho em resultado da diminuição da procura de mão-de-obra, e consequentemente um agravamento das condições de vida da população, motivado pela quebra dos salários. Situação agravada pela incapacidade das arroteias serranas absorverem a crescente mão-de-obra disponível e/ou produzirem o suficiente para as crescentes necessidades familiares, em resultado do aumento demográfico verificado. A única alternativa era, novamente, a procura de novas oportunidades para além dos limites concelhios ou mesmo nacionais.

Capítulo II

Dinâmica populacional e estrutura familiar

O cenário económico da freguesia, traçado no primeiro capítulo, não pode dissociar-se do quadro demográfico, uma vez que “os homens (...) não se agrupam ao acaso sobre o solo. Fixam-se e multiplicam-se ordinariamente onde encontram um meio propício”⁴². Veja-se o exemplo nacional: enquanto o país foi palco de três invasões francesas, de uma guerra civil entre absolutistas e

liberais e de um surto de cólera, o crescimento efetivo da população quase que estagnou sendo, inclusive, cotejado por diminuições temporárias. Porém, quando regressou a paz

Quadro nº3 – Crescimento da população portuguesa (séc. XIX)

Anos	População	Aumento anual médio	Taxa de crescimento anual
1801	2.931.930	-----	-----
1835	3.061.684	3.816	0,13%
1851	3.471.199	25.594	0,84%
1890	4.660.095	30.484	0,87%

Fonte: Censo da população do reino de Portugal de 1890

interna e externa e se verificaram progressos materiais, em resultado das políticas liberais que proporcionaram melhorias económicas, a população apresentou um crescimento gradual e crescente, passando de 0,13% para 0,84% em 1851 e 0,87% em finais do século, estreitando-se a relação crescimento demográfico/desenvolvimento económico (quadro nº3). A nível local seriam as dinâmicas rural e mineira que ditariam a maior e menor fixação de pessoas numa região geograficamente *marginalizada* pelas suas características naturais, economicamente atrasada e com acessibilidades precárias, evidenciando-se ao longo do século uma correlação entre área geográfica, recursos económicos e densidade populacional.

Antes de principiar a análise dos dados empíricos recolhidos, pareceu-nos pertinente confrontá-los com dados fornecidos por outras fontes, nomeadamente os apresentados por Silva Lopes (1841), Thomaz Cabreira (1915) e pelos Censos Decenais (1864/1878/1890/1900 e 1901). Dessa comparação (quadro nº4) evidencia-se a similitude entre o número de efetivos

⁴² Censo da população do reino de Portugal de 1890, p. LXXVIII.

populacionais da freguesia de Martim Longo e a sua tendência de crescimento secular. Porém, é de destacar algumas particularidades: (i) No ano de 1802, os valores apresentados por Silva Lopes e Thomaz Cabreira são idênticos (1312 habitantes) e, apesar inexistência de rol de confessados para esse ano, enquadram-se na tendência evolutiva dos róis de confessados de 1800 a 1803. Enquanto o primeiro ano, apresenta um crescimento populacional de 5,1%, relativamente ao rol mais próximo (1797), 1803 acusa um aumento de 17,5% (5,8% ao ano) face a 1800 e de 5,6%, relativamente aos dados apresentados pelos dois autores para 1802. (ii) Para os anos de 1836 e 1837, anos coincidentes de róis de confessados e Silva Lopes, parece-nos que os da primeira fonte são mais credíveis, dado que a segunda apresenta valores idênticos (1320 habitantes) para os dois anos, enquanto os róis ostentam um crescimento de 1,16% que, apesar de reduzido, é mais consentâneo com o crescimento demográfico secular verificado na freguesia. (iii) Relativamente aos censos, verifica-se a presença de algumas discrepâncias com róis de confessados, a saber:

Quadro nº4

Comparação do número de habitantes da freguesia de Martim Longo entre as várias fontes

Anos	Róis de confessados	Mapa enviado ao Administrador do Concelho	Censos Decenais	Silva Lopes	Thomaz Cabreira
1793	1141	----	----	----	----
1795	1064	----	----	----	----
1797	1121	----	----	----	----
1800	1179	----	----	----	----
1802	----	----	----	1312	1312
1803	1386	----	----	----	----
1805	1286	----	----	----	----
1806	1335	----	----	----	----
1807	1312	----	----	----	----
1809	1207	----	----	----	----
1814	1125	----	----	----	----
1816	1179	----	----	----	----
1817	1204	----	----	----	----
1828	----	----	----	1400	----
1835	----	----	----	1191	----

1836	1371	----	----	1320	----
1837	1387	----	----	1320	----
1838	1380	----	----	----	----
1839	1368	----	----	----	----
1840	1436	----	----	----	----
1841	1469	----	----	----	----
1842	1549	----	----	----	----
1843	1542	----	----	----	----
1845	1559	----	----	----	----
1846	1526	----	----	----	----
1847	1628	----	----	----	----
1850	1662	----	----	----	----
1854	1757	----	----	----	----
1856	1863	2312	----	----	----
1857	1851	----	----	----	----
1858	1839	2346	----	----	----
1860	1795	2158	----	----	----
1861	1774	2200	----	----	----
1862	1814	2191	----	----	----
1863	1789	----	----	----	----
1865	1781	----	----	----	----
1864	-----	-----	2225	----	----
1866	1794	2041	----	----	----
1867	1787	2141	----	----	----
1868	1789	2130	----	----	----
1869	2172	----	----	----	----
1870	2198	----	----	----	----
1871	2160	----	----	----	----
1873	2243	----	----	----	----
1874	2310	----	----	----	----
1875	2309	----	----	----	----
1877	2283	----	----	----	----
1878	2287	----	2278	----	----
1880	2369	----	----	----	----

1881	2337	----	----	----	----
1882	2325	----	----	----	----
1883	2128	----	----	----	----
1884	2110	----	----	----	----
1885	2264	----	----	----	----
1886	2266	----	----	----	----
1887	2251	----	----	----	----
1888	2207	----	----	----	----
1890	-----	----	2405	----	----
1891	2384	----	----	----	----
1892	2292	----	----	----	----
1893	2322	----	----	----	----
1894	2455	----	----	----	----
1895	2387	----	----	----	----
1896	2381	----	----	----	----
1900	2287	----	2542	----	----
1907	2299	----	----	----	----
1911	-----	----	2572	----	2552

Fontes: Róis de confessados e comungados da freguesia de Martim Longo (1793/1907); X Recenseamento Geral da População (1960); João Batista Silva Lopes, *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, 1841; Thomáz Cabreira, *O Algarve Económico*, 1915, p.26.

a) 1878 e 1900, anos coincidentes nas duas fontes, observa-se, no primeiro caso, que o arrolamento dos habitantes é ligeiramente superior ao do numeramento do censo (2287/2278), indiciando que a elaboração deste teve por base o rol de confessados e a hipótese de troca nos últimos dois algarismos. Já no segundo caso, os dados apresentados pelas duas fontes aparentam ser mais fiáveis, pois embora o número de habitantes arrolados coincida com o de 1878, nos censos é ligeiramente superior, ostentando um crescimento de 11%.

b) No que concerne aos censos de 1864 e 1890 e comparando com os valores dos róis de confessados dos anos mais próximos, uma vez que não se verifica a coincidência de dados nas duas fontes, atesta-se que o primeiro apresenta 2225 habitantes, um acréscimo de 436 habitantes relativamente ao número do arrolamento de 1863, isto é, um crescimento anual de 24,4%, bastante significativo e pouco concordante com os verificados para os outros anos e pelas outras fontes. No segundo censo, o número de efetivos populacionais é de 2405

habitantes que, comparando com o ano mais próximo dos róis de confessados (1888) apresenta um crescimento de 8,9 %, aumento que se enquadra na conjuntura de crescimento entre os róis de confessados de 1888 e 1891 (8%).

c) Por fim, e no que diz respeito ao censo de 1911, ano coincidente nos censos e Thomaz Cabreira, observa-se que existe uma ligeira diferença entre este e os valores apresentados pelo autor (2572/2552), mais precisamente de 20 habitantes, sendo a discrepância ainda maior quando comparado com o rol de confessados mais próximo (1907), que relativamente ao censo apresenta um decréscimo de 11,9% e a Thomaz Cabreira, 11%.

Face ao exposto, podemos concluir que, tirando a particularidade de 1864, as variações são pouco significativas, indiciando que a origem da informação foi a mesma e que aquelas estão relacionadas com a constante mobilidade geográfica dos paroquianos e a consequente disparidade anual do número de “ausentes” e não cumpridores da desobriga quaresmal (quadro nº5), o que levaria a contagens divergentes de acordo com o objetivo e a época em que fossem realizadas. Facto bem visível nos valores dos mapas anuais do movimento da população da freguesia, enviados pelo pároco ao Administrador do Concelho, constantes no fim dos róis de confessados de 1856 a 1868 como anotações.

Quadro nº5

Número de ausentes aos preceitos quaresmais e respetivas causas na freguesia de Martim Longo

Anos	Ausentes em trabalhos ou com outros motivos justificados	“Rebeldes e refratários”	“De vida escandalosa”	Total	
				“De confissão e comunhão	“De confissão somente”
1793	*				
1795	2			2	
1797		1		1	
1800	*	1		1	
1803	*			*	
1805	*				
1806		Pastores e Criados		*	*
1807		Pastores e Criados		*	*
1814	*				
1816	*	*			
1817	*	*			

1836		4		4	
1837	2	6		8	
1838		5		5	
1839		8		8	
1840	33	6		39	
1841	6	8		14	
1842	6	8		14	
1843	4	4		8	
1847				10	
1850				6	
1854	4	13	3	16	
1856	8		6	14	
1857	20 "ausentes no Alemtejo, e nas Estradas do Algarve"	11	7	38	
1858	4	2	3	9	
1860	12 "ausentes da freguesia procurando meios de subsistência"	6	3	21	
1861	2 "ausentes nos trabalhos de Alemtejo e Hespanha"	12	5	19	
1862	28 "ausentes na mina de S. Domingos"	8		36	
1863	32 "ausentes da freguesia em procura de trabalho"	22	4		
1865	22 "ausentes da freguesia em procura de trabalho"	2	4	28	
1866	*		5	*	
1867	22 "ausentes nos trabalhos do Alemtejo"		6	28	
1868	*	6		*	
1869	*		6	*	
1870	* "trabalhando na mina de S. domingos ou servindo fora da freguesia"	*		110	
1871				133	19
1872	* A maior parte por trabalharem nas minas	*		113	26

1873	* A maior parte por trabalharem nas minas	*		84	19
1874	* A maior parte por trabalharem nas minas	*		84	19
1877	*	*		*	
1878	*	*		*	
1885	* A maior parte por trabalharem nas minas	*		216	198
1886	* A maior parte por trabalharem nas minas	* 30 rebeldes		240	226
1887	39 “trabalhando na mina de S. Domingos”	20		196	137
1888	*	*		*	205
1891	* A maior parte por trabalharem nas minas	*		340	
1892	* A maior parte por trabalharem nas minas	*		506	182
1893	* A maior parte por trabalharem nas minas	*		453	180
1894		*		508	222
1895		*		590	232
1896		*		530	278
1900	* A maior parte por trabalharem nas minas			666	103
*número exato de ausentes desconhecido.					

Fontes: Róis de confessados da freguesia de Martim Longo (1793/1907); Cristiana Bastos, *Os montes do nordeste algarvio*, pp. 46/47.

Comparando os dois arrolamentos da população da freguesia, observa-se que apesar de serem elaborados pelo pároco da freguesia, o número de habitantes é divergente, sendo sempre superior nos mapas enviados ao Administrador do Concelho para fins estatísticos, uma vez que, certamente, o pároco contabilizava todos os residentes, independentemente do cumprimento ou não dos deveres quaresmais, o que não acontecia com os róis de confessados. Contudo, o facto de os mapas serem enviados no ano seguinte e logo a seguir

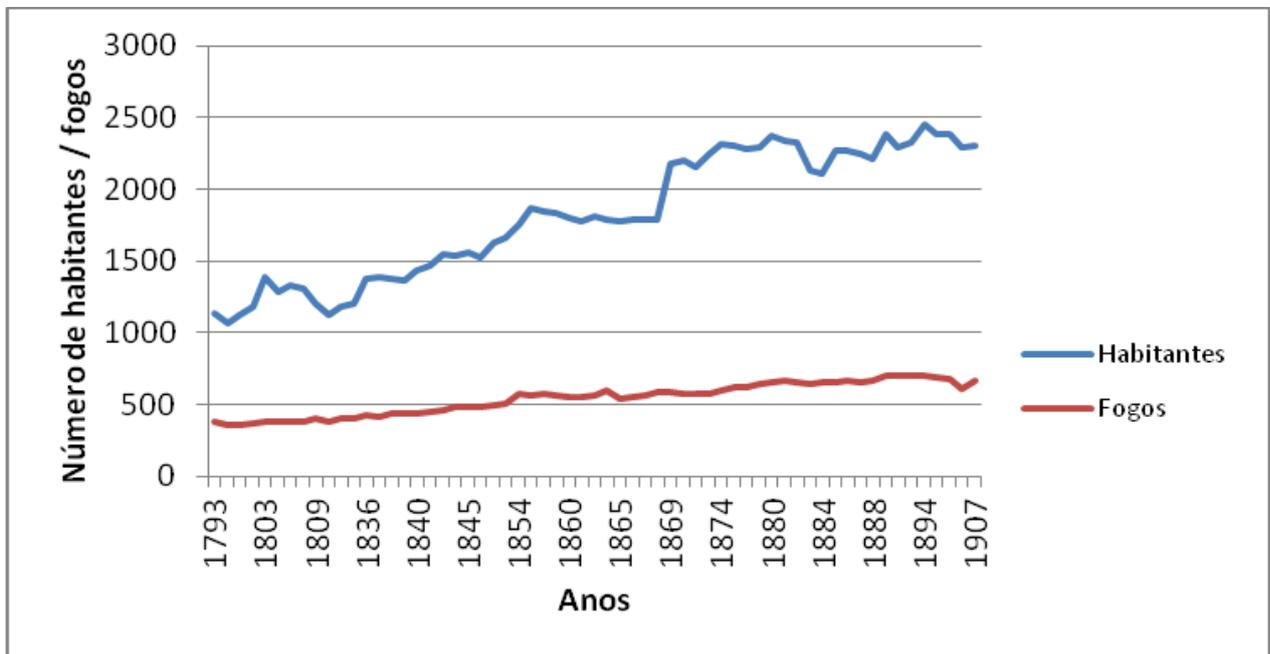
ao fecho dos róis, induz a probabilidade de contágio com os valores populacionais desse ano, uma vez que estes são maiores nos casos em que isso acontece.

Assim, apesar das lacunas e limitações que a fonte possa apresentar relativamente ao número efetivo da população da freguesia no período em estudo, os dados recolhidos representam uma amostragem credível e coerente, permitindo retirar conclusões verosímeis e reais.

Partindo deste pressuposto e analisando o gráfico nº1, podemos observar que evolução da população da freguesia, entre 1793 e 1907, em termos gerais, foi marcada por um crescimento contínuo, embora com alguns planos, logo seguidas de retoma e crescimento.

Se em 1793 o número de habitantes era de 1141, em 1907 já ultrapassava os dois

Gráfico nº1 – Evolução da população e de fogos na freguesia de Martim Longo (1793/1907)



Fonte: Róis de confessados e comungados da freguesia de Martim Longo (1793/1907) milhares, situando-se a taxa de variação populacional entre os dois momentos de 101,5%, isto é, num período de 114 anos a população residente na freguesia duplicou, apresentando uma média anual de 1820,9 habitantes. Crescimento evidente na densidade populacional, uma vez que em 1800 a mesma se situava nos 8,8 hab/Km² para em 1900 quase duplicar esse valor, atingindo os 17 hab/Km², muito acima da concelhia (14hab/Km²), porém muito aquém da distrital (51hab/Km²)⁴³.

⁴³ Cf. Censo da população do Reino de Portugal, vol. I, 1900.

Mas ao analisarmos mais detalhadamente o movimento demográfico da freguesia ao longo do século, verificamos que este é pautado por dois momentos distintos: o primeiro, na primeira metade do século, caracterizado por um crescimento mais moderado. A média anual é de 1350,6 habitantes e a densidade populacional de 10,06 hab/km², apresentando o ano de 1795 o valor mais baixo (1064) e o ano de 1850 o mais alto (1662), sendo a taxa de variação populacional de 50,2%. De facto, continuando a tendência de crescimento de finais do século XVIII, nos primeiros anos do século XIX, o número de habitantes atinge o seu máximo em 1803 (1386 habitantes), só voltando a atingir número semelhante nos anos 40, ano em que retoma uma dinâmica de crescimento, registando-se em 1814 o recuo demográfico mais acentuado do século (1125 habitantes). Um segundo momento, na segunda metade do século, caracterizado por um acentuado crescimento populacional, que duplica a partir de finais da década de 60, verificando-se, no entanto, uma ligeira diminuição na década de 80, retomando nos anos 90 um ciclo crescente em que se atinge o valor máximo da centúria (2455 habitantes), para terminá-la em tendência decrescente, a qual se prolongará pelos inícios do século XX. Com uma média anual de 2131,8 habitantes e uma densidade populacional de 16,2 hab/km², ostenta uma taxa de crescimento populacional, entre os anos com menor (1854/1757) e maior número de habitantes (1894/2455), de 39,7%.

Tendência demográfica corroborada por Thomaz Cabreira (1915:26), Silva Lopes (1841) e pelos censos decenais. Segundo o primeiro autor, entre 1802 e 1911, Martim Longo quase que duplica a sua população, sendo a freguesia que ostenta um acréscimo maior de habitantes entre os dois períodos (940), ultrapassando inclusive os 757 da sede de concelho,

Quadro nº6 – Evolução da população no concelho de Alcoutim entre 1802 e 1911, segundo Thomaz Cabreira

Anos Freguesia	1802	1911	Acréscimo
Alcoutim	1968	2725	757 (38,5%)
Giões	868	985	117 (13,5%)
Martim Longo	1312	2252	940 (71,6%)
Pereiro	835	1036	201 (24,1%)
Vaqueiros	820	1516	696 (84,9%)

Fonte: Thomaz Cabreira, *O Algarve Económico*, 1915, p.26

que em 1802 detinha o maior número de habitantes (quadro nº6).

É de salientar, ainda, que retirando a freguesia de Alcoutim, são as freguesias *mais serrenhas*, Vaqueiros e Martim Longo, que manifestaram um crescimento populacional mais significativo: 84,9% e 71,6% respetivamente, estando este relacionado, seguramente, com a evolução económica verificada nestas áreas geográficas especialmente na segunda metade do século.

Quadro nº7 - Evolução da população do concelho de Alcoutim entre 1802 e 1837, segundo Silva Lopes

Anos Freguesias	1802	1828	1835	1836	1837	Acréscimo
Alcoutim	1968	1561	1536	1591	3182	1214 (61,7%)
Giões	868	912	747	718	855	- 13 (-1,5%)
Martim Longo	1312	1400	1191	1320	1320	8 (0,6%)
Pereiro	835	800	644	635	1248	413 (49,5%)
Vaqueiros	820	810	866	890	----	70 (8,5%)

Fonte: João Batista Silva Lopes, *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, 1841 (anexos)

Por sua vez, Silva Lopes (quadro nº7), apresenta um aumento populacional entre 1802 e 1837 de 0,6%, contrariando o que se verifica para a conjuntura secular, quer nos róis de confessados, quer nos valores expostos por Thomaz Cabreira, sendo apenas suplantado pelo decréscimo populacional de 1,5% da freguesia de Giões. A freguesia de Alcoutim regista a maior percentagem de crescimento (61,7%), concentrando-se a população do concelho nas margens do Guadiana. Porém, começa já a denotar-se um movimento populacional direcionado para o interior do concelho, nomeadamente para a freguesia do Pereiro.

Nos censos decenais (quadro nº8), constata-se que Martim Longo manifesta um crescimento populacional bastante significativo (15,6%), apenas ultrapassado pelos 23,8% da freguesia de Vaqueiros, confirmando os valores dos róis de confessados, para o período em análise. Contrariamente ao que se passa na primeira metade do século, são as freguesias localizadas mais para o interior da serra (Vaqueiros e Martim Longo) que ostentam um incremento demográfico maior, o qual é ainda mais significativo se comparado com os 8,5 % e 0,6%, apresentados por Silva Lopes para aquele período. Por outro lado, comparando os

aumentos populacionais nos dois momentos analisados, é de salientar o decréscimo populacional de 48,1% na freguesia de Alcoutim e a dispersão da população concelhia pelas outras freguesias.

Quadro nº8 – Evolução da população do concelho de Alcoutim entre 1864 e 1911, segundo os censos

Anos / Freguesias	1864	1878	1890	1900	1911	Acréscimo
Alcoutim	2429	2675	2818	2945	2759	330 (13,6%)
Giões	985	1174	1052	1082	1115	130 (13,1%)
Martim Longo	2225	2278	2405	2542	2572	347 (15,6%)
Pereiro	992	1036	1074	1066	1097	105 (10,6%)
Vaqueiros	1342	1573	1563	1671	1661	319 (23,8%)

Fonte: X Recenseamento Geral da População (1960)

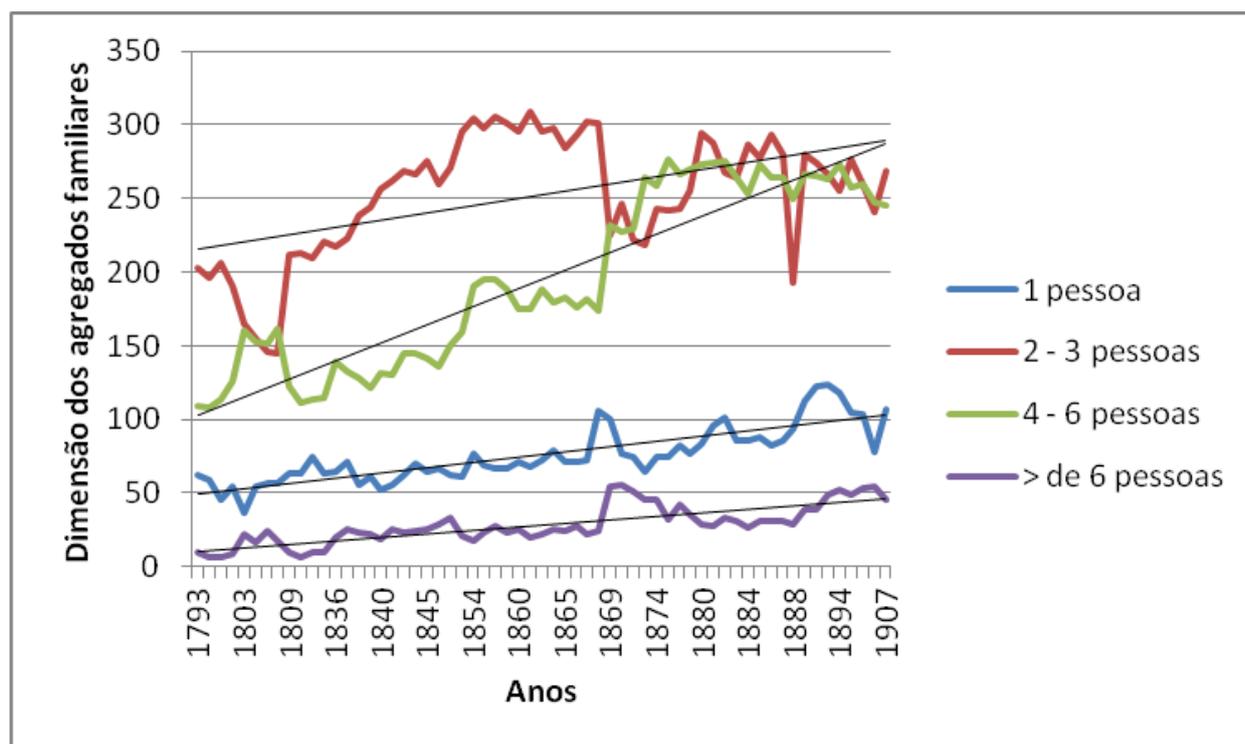
Propensão demográfica que, segundo Silva Lopes (1841), Thomaz Cabreira (1915) e Romero Magalhães (1993), vinha já de épocas anteriores e era consonante com o crescimento populacional verificado não só a nível concelhio, como também distrital e nacional. Enquanto o primeiro autor, atribui uma percentagem de crescimento de 18,3% para a freguesia e de 48,3% para o concelho entre 1732 e 1802, Thomaz Cabreira (1915:24) refere que a população algarvia, entre 1422 e 1911, apresenta um acréscimo proporcionalmente maior do que o das outras províncias do reino, situando-se, no entanto, ligeiramente abaixo no que diz respeito ao número de famílias. Por sua vez, Romero Magalhães (1993:19), salienta que esta tendência de crescimento, quer no Algarve, quer no reino, já é perceptível na época moderna, pois a província algarvia de “9921 vizinhos em 1527” passa “para 28218 em 1801”, crescimento não “muito notável, nem muito veloz”, pois o “número de fogos de 1527 só duplicará quase duzentos anos depois, não chegando sequer a triplicar até começado o século XIX”.

Crescimento populacional acompanhado por um aumento do número de fogos (72%) e da sua dimensão: de 2,9 em 1793 passa para 3,6 em 1907, situando-se a média global nos 3,4 elementos por agregado doméstico. Números que crescem consideravelmente nos anos de menor e de maior número de fogos (1795/362 e 1892/706), traduzindo-se a percentagem nos 95%. Porém, no que diz respeito à dimensão do agregado familiar e tendo em atenção a

análise anterior, verificamos a particularidade de ser idêntica, no primeiro ano, mas que diminui ligeiramente para 3,2 no segundo. E se no primeiro caso, o ano com menor número de fogos corresponde ao ano com menor efetivo populacional, o mesmo já não acontece no segundo caso, uma vez que é o ano de 1894 que apresenta o maior número de habitantes (2455), existindo, inclusive, outros anos com mais população, como as conjunturas anuais de 1880-82 e 1893-96. Aspeto justificado pelo aumento da dimensão dos agregados domésticos, verificado ao longo do século, como se pode observar no gráfico nº2⁴⁴.

Da sua análise, ressalta de imediato a predominância de fogos de dimensões reduzidas e de dimensões médias, sendo 45,7% dos fogos constituídos por 2-3 pessoas e 36% por constituídos por 4-6 pessoas. Porém, é de destacar não só o predomínio dos primeiros até à década de 60, como também o enorme crescimento manifestado pelos segundos, que a partir dessa década chegam mesmo a igualar os primeiros. Por outro lado, nos extremos situam-se os fogos unipessoais com 13,1% e os fogos de dimensões elevadas (> de 6 pessoas) com 5%, os quais apesar da sua pouca expressividade na estrutura familiar martinlonguense, apresentam um ligeiro aumento.

Gráfico nº2 - Dimensão dos agregados familiares na freguesia de Martim Longo (1793/1907)



Fonte: Rois de confessados e comungados da freguesia de Martim Longo (1793/1907)

⁴⁴ Na análise efetuada foram contabilizados os criados, uma vez que os mesmos permaneciam, na maioria dos casos, vários anos no agregado familiar.

Alargando estas características demográficas ao espaço nacional, assiste-se a uma similitude no tipo de agregados domésticos predominantes (reduzidos e médios), assim como a mesma tendência de crescimento para os agregados médios a partir da década de 60 (quadro nº9). Contudo, a média de crescimento do número de fogos apresenta-se mais baixa que a da freguesia, rondando os 50% entre 1835 e 1890, enquanto a média da dimensão dos agregados familiares situa-se ligeiramente acima da local em todos os anos do período citado.

Quadro nº9 - Evolução do número de fogos e do número de elementos por agregado familiar em Portugal Continental (1834/1890)

Annos	Habitantes	Fogos	Habitantes por cada fogo
1890.....	4.660.095	1.151.609	4,05
1878.....	4.160.315	1.040.565	4,00
1864.....	3.829.618	958.201	4,00
1858.....	3.584.677	949.075	3,78
1854.....	3.499.121	919.947	3,80
1841.....	3.396.972	840.928	4,04
1838.....	3.224.474	827.947	3,89
1834.....	3.061.684	791.492	3,87

Fonte: Censo da população do reino de Portugal de 1890, vol. I, CI

Este crescimento demográfico levou inevitavelmente a mudanças na organização dos espaços ocupados, alargando-se e/ou redesenhando-se, em resultado do aparecimento de novas ruas na aldeia e da contração/aumento dos montes. Exemplo das ruas de S. Sebastião, do Poçanco e do Norte que aparecem pela primeira vez mencionadas nos anos de 1836, 1842 e 1892 respetivamente, acontecendo o mesmo com o Largo de S. Sebastião e Cruz, nos de 1891 e 1854. Ruas geradas pelo aumento significativo do parque habitacional (22,6%), em consonância com o crescimento populacional. Em 1793 existiam na aldeia 106 fogos e 384 residentes, e em 1907 elevam-se a 130 fogos para 478 habitantes, mantendo-se, no entanto, a mesma média (3,6) na dimensão dos fogos para ambos os anos. Facto que levou a câmara, em 1843⁴⁵, face aos vários pedidos por parte da população da freguesia de “pequenos terrenos para casas, outros para alinhar ruas”, a reconhecer que “taes concessões resultava

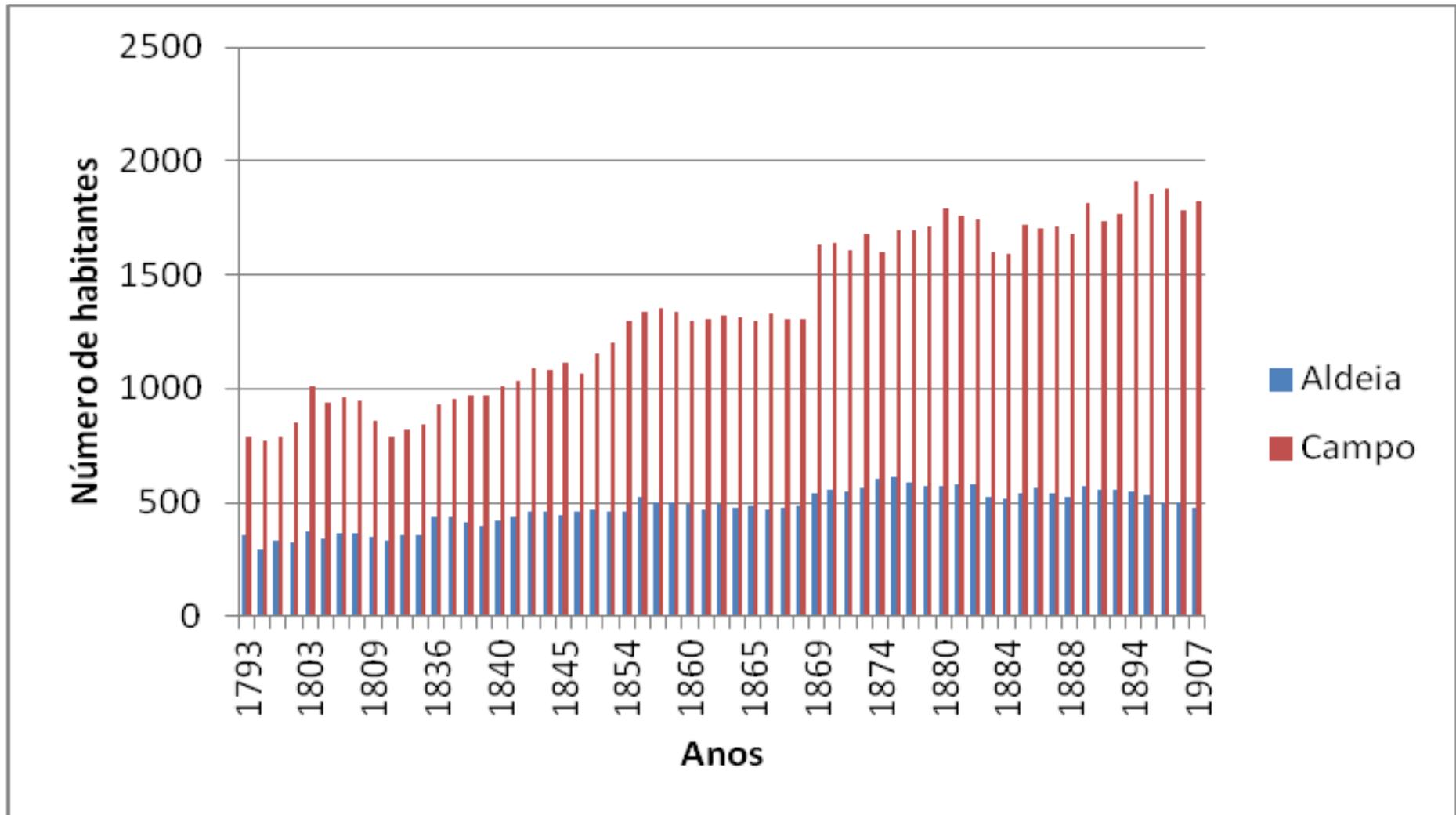
⁴⁵ AMA, Fundo - Câmara Municipal de Alcoutim, Atas das Reuniões da Vereação (A-S-01), 25/04/1837.

o aumento da Aldeia e melhor ordem no arruamento”, deferindo os mesmos, desde que as construções se fizessem no prazo de dois anos e sob a vigilância do Regedor da Paróquia.

Crescimento *urbano* que acarretou também deliberações camarárias sobre a necessidade de se calcetarem as ruas principais e de se procederem a uma série de procedimentos para que a aldeia apresentasse asseio desejável, assim como a crescente necessidade de telhas e tijolos, bem notória já em 1835/36, pelas importações efetuadas pela alfandega de Alcoutim: 4000 telhas e 1000 tijolos (Lopes:1841). Nos montes são exemplos o desaparecimento da Rosa, Amendoeira, Rezidouro, Zorrinho da Oliveira e Zorrinho da Chaminé que deixam de ser referidos a partir de 1797, a junção de Barranco e Relvais em 1836-1837 e de Zorrinhos, Azinhalinho e Pereirão em 1814, e o aparecimento de Zorrinhos de Cima (1850-1854), Zorrinhos de Baixo (1850), Abilheira (1868-1871) e Tremelgo de Cima (1869).

Espaços que demograficamente apresentam diferenças expressivas no que concerne ao número de habitantes: enquanto no “rural” a percentagem situa-se nos 73,6%, no “urbano” fica-se pelos 26% (Gráfico nº3). Se a aldeia, raramente ultrapassa anualmente o meio milhar de habitantes, sendo o seu número quase constante ao longo do século, pelo contrário, nos montes, identificam-se dois períodos distintos: um, até 1939, em que o número de habitantes apenas ultrapassa o milhar em 1803, e, outro, após 1939, em que o seu número não para de crescer, chegando quase a tocar nos dois milhares nas últimas décadas do século. Contudo, não é de desprezar a importância da aldeia enquanto núcleo principal, polarizando todo o espaço *serrano* que a envolve, controlando a densa e convergente rede viária local, assim como as importantes ligações inter-regionais. Todavia, podemos concluir que o crescimento demográfico, verificado ao longo do século na freguesia, resultou principalmente do aumento da população no espaço “rural”, assistindo-se a uma descentralização espacial da população, a partir do núcleo “urbano”, pelos diversos montes periféricos.

Gráfico nº3 - Comparação da evolução da população entre aldeia/campo na freguesia de Martim Longo (1793/1907)



Fonte: Róis de confessados e comungados da freguesia de Martim Longo (1793/1907)

Mas, mesmo dentro destes dois espaços, a distribuição da população não é homogénea, existindo áreas de maior concentração do que outras. Na aldeia são as Casas Baixas/Arrabaldes (25,72%) e a rua Direita (21%), atual rua Antero de Quental, que reclamam para si quase metade dos residentes. Nos montes destacam-se Santa Justa (12,6%), Pessegueiro (12%), Laborato (8,6%), Castelhanos (8,5%), Corte Serrano (6,9%), Lutão (6,9%) e Barrada (6,2%) como os mais populosos, concentrando 61,7% da população do espaço “rural”. Característica relacionada com a sua localização nas terras mais férteis dos topos aplanados dos interflúvios e junto ao traçado da rede viária Leste/Oeste, uma vez que os menos povoados se encontram embrenhados nos planaltos e vales da serra do Caldeirão, em solos tipicamente serranos, pobres em termos agrícolas e distantes de boas redes viárias.

Definido o universo populacional do contexto espaço-temporal em estudo, procedemos à classificação dos agregados domésticos, agrupados nas respetivas categorias, a que fizemos corresponder valores absolutos e percentagens para o período analisado. Da análise efetuada e tendo em conta o quadro nº10, ressalta imediatamente a elevada percentagem de famílias de estrutura simples, de famílias isoladas e a proporção relativamente baixa de agregados complexos, em especial de múltiplos. O tipo de agregado doméstico predominante é o de tipo 3 - agregados domésticos de famílias simples (79,4%), logo seguido dos de tipo 1 – agregados domésticos de pessoas só (14,4%), sendo os menos expressivos os de tipo 6 – agregados domésticos de estrutura indeterminada (0,03%) e os de tipo 5 - agregados domésticos de famílias múltiplas (0,8). Percentagens que nos permitiram não só identificar o modelo de estrutura familiar na freguesia ao longo do século XIX, mas também apreender que o ditado popular *casar, apartar* estava bem presente nesta sociedade, dada a pouca representatividade de agregados constituídos por dois ou mais núcleos conjugais.

No entanto, é de realçar a existência de grandes disparidades entre as várias categorias que constituem os diferentes tipos de agregados domésticos. No caso dos agregados domésticos predominantes (tipo3), destaca-se a presença de um maior número de agregados domésticos característicos das categorias *casal com filhos* (45,7%), *casal sem filhos* (19,5%) e *viúvo / a com filhos* (13,6%), em detrimento das categorias *solteira com filhos* e *casada/o com filhos (marido/esposa ausente)*. Mesmo nos agregados menos expressivos, essa diferença é perceptível, sobressaindo, por exemplo, as categorias *alargamento descente (netos/sobrinhos)* e

Quadro nº10 - Tipos de agregados domésticos da freguesia de Martim Longo (1793/1907)

Tipos	Categorias	Nº de grupos domésticos	%	Total de grupos domésticos
1 - Agregados domésticos de pessoas sós	Viúvo/a	2754	8,3	4794 14,4%
	Solteiro/a	1761	5,3	
	Casado/a (com marido ausente)	106	0,3	
	Estado civil desconhecido	173	0,5	
2 - Agregados domésticos de várias pessoas sem estrutura conjugal	Irmãos	567	1,7	688 2,07%
	Outros parentes	98	0,3	
	Sem parentesco evidente	23	0,07	
3 - Agregados domésticos de famílias simples	Casal sem filhos	6471	19,5	26393 79,4%
	Casal com filhos	15195	45,7	
	Viúvo/a com filhos	4533	13,6	
	Solteira com filhos	137	0,4	
	Casada/o com filhos (com marido/esposa ausente)	57	0,2	
4 - Agregados domésticos de famílias simples alargadas	Alargamento ascendente (sogros)	72	0,2	1080 3,13%
	Alargamento descendente (netos/sobrinhos)	712	2,1	
	Alargamento lateral (cunhados / irmãos)	287	0,8	
	Outras Combinações (ex. alargamento ascendente e lateral)	9	0,03	
5 - Agregados domésticos de famílias múltiplas	Unidade secundária ascendente	0	0	279 0,806
	Unidade secundária descendente (ex. Filhos casados)	277	0,8	
	Unidade secundária lateral	0	0	
	Outras combinações	2	0,006	
6 - Agregados domésticos de estrutura indeterminada	Estrutura indeterminada	10	0,03	10 0,03
TOTAIS		33244	100 %	100 %

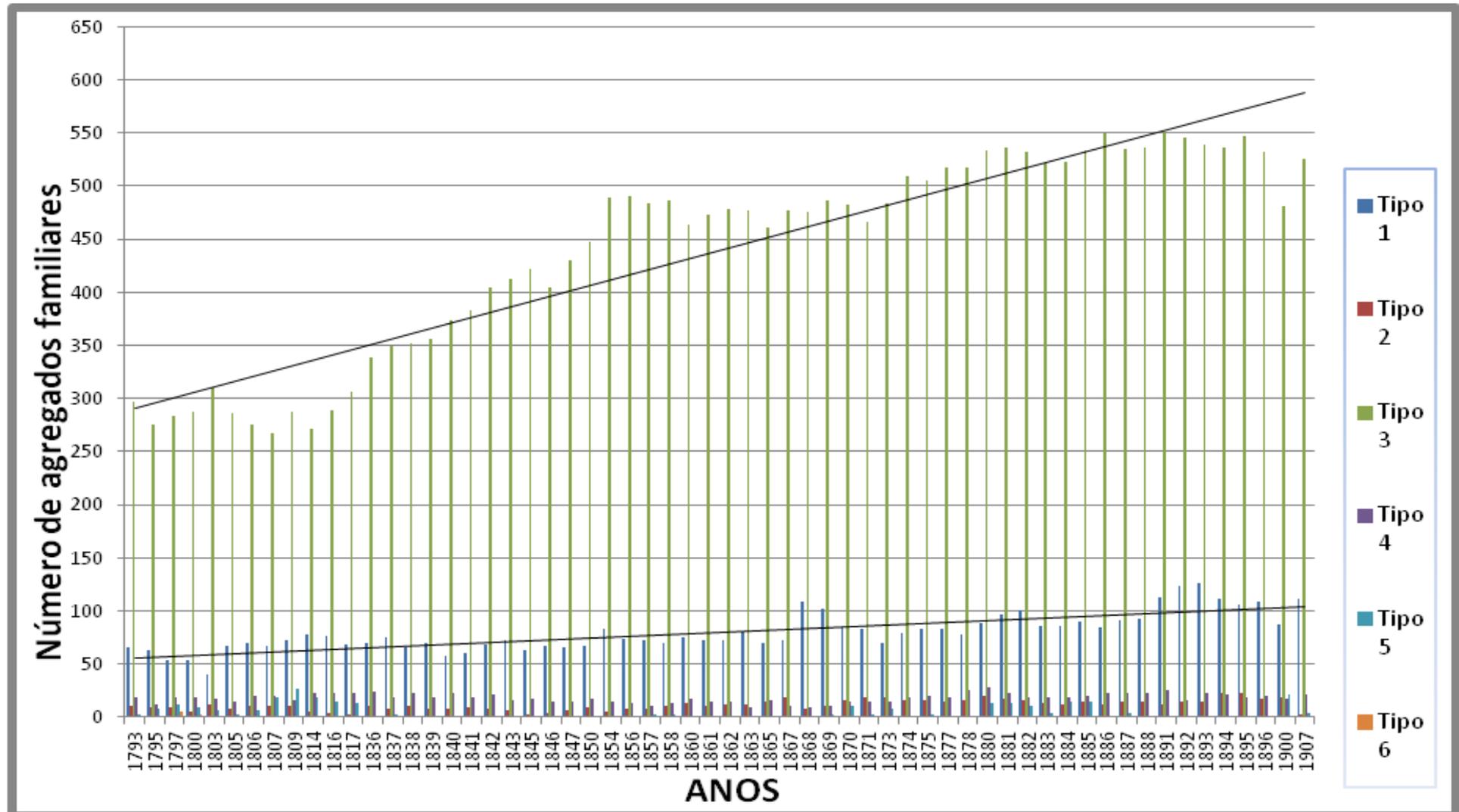
Fonte: Róis de Confessados da freguesia de Martim Longo (1793/1907)

alargamento lateral (cunhados/irmãos), nos agregados de tipo 4, a de *irmãos*, nos de tipo 2, e a de *unidade secundária descendente (ex. filhos casados)*, nos agregados de tipo 5. De realçar, ainda, que nas categorias *unidade secundária ascendente* e *unidade lateral*, respeitantes aos agregados domésticos de famílias múltiplas (tipo 5), não houve qualquer registo.

Tendo em conta que as famílias estão sujeitas a uma grande mutabilidade ao longo do ciclo de vida doméstico, não só no que se refere ao seu número de elementos, mas também nas relações que se estabelecem entre os mesmos, procedemos a uma análise das diferentes tipologias ao longo do período em estudo (gráfico nº4). Desta forma, podemos não só atestar que o modelo de agregado doméstico preponderante é o de famílias simples (tipo 3), como também o seu aumento ao longo da conjuntura oitocentista, principalmente a partir de meados do século, verificando-se o mesmo para os agregados de tipo 1, mas numa escala muito menor. No que concerne aos restantes grupos domésticos é visível uma evolução mais ou menos constante, não se verificando oscilações significativas. No entanto, muitos dos agregados de famílias simples transformaram-se em agregados de famílias alargadas, uma vez que em muitas casas viviam com os pais e filhos uma multiplicidade de parentes: irmãos ou cunhados (0,8%), netos ou sobrinhos (2,1%) e pais ou sogros (0,2%), distribuindo-se os outros parentes pelos agregados não conjugais (2%).

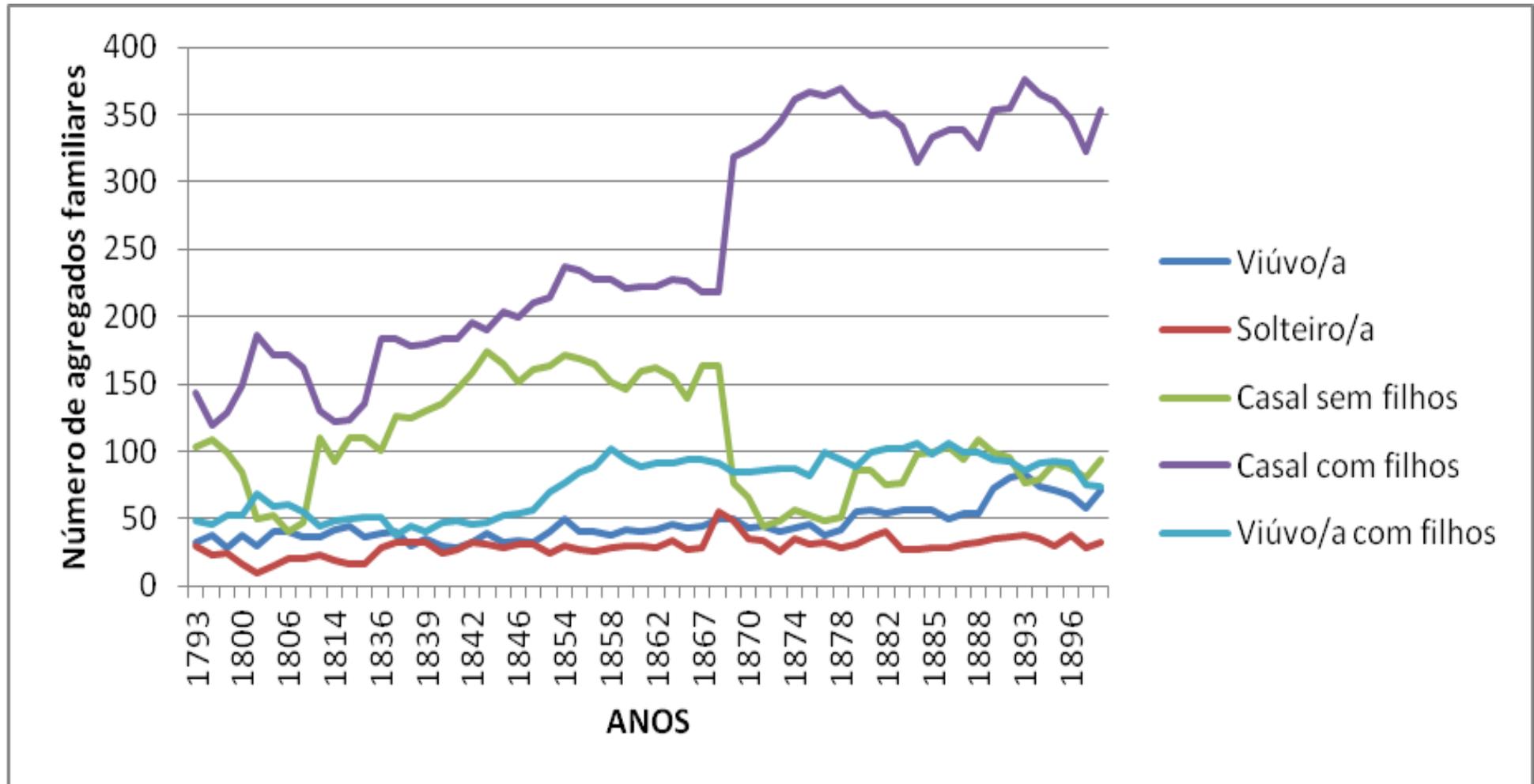
Tendo em conta as várias categorias que compõem os agregados domésticos preponderantes, constatamos que há categorias que acompanham a evolução secular dos respetivos agregados familiares e outras que se afastam, incidindo numa tendência regressiva (gráfico nº5). É o exemplo das categorias *casal com filhos* e *casal sem filhos*, respeitantes aos agregados de tipo 3, entre as quais parece existir uma relação direta, uma vez que quando uma aumenta a outra diminuiu, como é perceptível na primeira década do século e a partir de finais da década de 60. Apesar da primeira ser sempre mais expressiva, é a partir desta década que se acentua essa expressividade, crescendo significativamente os agregados familiares de casais com filhos em detrimento dos casais sem filhos. Característica consonante com o crescimento demográfico e o incremento económico verificados a partir desse período, permitindo depreender que tal crescimento contribuiu para o aumento populacional e resultou das melhores condições económicas ao possibilitarem a subsistência de novos núcleos familiares conjugais com filhos, evidenciando não só a influência de fatores económicos na evolução do modelo de estrutura familiar da freguesia, como também o papel preponderante do

Gráfico nº4: Evolução dos agregados familiares na freguesia de Martim Longo (1793/1907)



Fonte: Róis de confessados e comungados da freguesia de Martim Longo (1793/1907)

Gráfico nº 5 - Evolução das categorias predominantes dos tipos de agregados familiares dominantes na freguesia de Martim Longo (1793/1907)



Fonte: Róis de confessados e comungados da freguesia de Martim Longo (1793/1907)

casamento nessa evolução, uma vez que a maior parte dos agregados (mais de 90%) são chefiados por casais ou viúvos. Apesar de nem sempre o casamento levar à formação de um agregado autónomo, como se pode verificar na existência de 277 casos (0,8%) de filhos casados que permaneceram na casa paterna, a tendência para o estabelecimento neolocal é sempre dominante, como demonstram as elevadas percentagens de casados que viviam em agregados simples. Facto que nos permite estabelecer uma relação direta entre matrimónio e o estabelecimento de um novo agregado doméstico e, conseqüentemente, o principal meio de acesso à chefia. Percentagens favorecidas pelo esforço da igreja em fazer cumprir o sacramento do casamento por parte dos paroquianos, uma vez que era comum na serra algarvia iniciar relações conjugais antes da oficialização das mesmas, como comprovam os vários comentários dos párocos na fonte sobre a “vida escandalosa” dos *amancebados*, persuadindo-os constantemente a sacralizar e oficializar a sua união, sob pena da excomunhão.

Por outro lado, a partir de meados do século, verifica-se um aumento do número de *viúvos/as com filhos*, indiciando a permanência do pai ou da mãe como chefe de família e como elemento de coesão do núcleo familiar, não constituindo o falecimento do conjugue fator de desestabilização do agregado familiar. Por sua vez, as categorias *viúvo/a* e *solteiro/a* mantêm uma evolução linear, destacando-se no final do século uma ligeira subida no número de agregados de viúvos. Aliás, com o casamento dos filhos, o viúvo/a ou permanecia sozinho, o que o que ocorria com maior frequência (8,3%), ou integrava uma nova unidade familiar, encabeçada por um dos filhos, que no presente estudo apresenta valores relativamente baixos (0,2%). No caso dos solteiros/as, verifica-se a tendência para viverem isoladamente, formando um novo agregado ou mantendo o paterno, após a morte dos pais. Denota-se, também, a sua presença, embora em menor escala, em agregados sem estrutura conjugal, juntamente com irmãos solteiros ou viúvos, ou em agregados de famílias alargadas, vivendo com um irmão/ã casado/a.

A classificação dos agregados domésticos possibilitou-nos observar mudanças sociais pertinentes no seio da sociedade martinlonguense, como o impacto direto que as transformações sociais, económicas e políticas tiveram no seio do grupo familiar e a flexibilidade de soluções que, ao longo do século, esses mesmos grupos encontraram para fazer face aos *desafios dos tempos*, no que diz respeito à reafirmação da sua coesão e sustentabilidade. Inserindo estas conclusões no contexto europeu, de forma a compreender

melhor os comportamentos familiares da região, e tendo em conta as propostas apresentadas por Laslett⁴⁶ no concerne à estrutura dos agregados familiares, podemos concluir que a freguesia de Martim Longo está distante do modelo mediterrânico, no qual, *à priori*, se pensaria que estaria integrada. O número elevado de agregados de tipo 3 e de tipo 1 aproxima mais a região do modelo “Oeste e Noroeste” do que do mediterrânico, apesar da reduzida expressão de agregados de tipo 2, mais consentânea com o último modelo.

⁴⁶ Para Laslett existem na Europa Tradicional quatro áreas distintas no que se refere à estrutura dos agregados domésticos: «Oeste e Noroeste», «Centro», «Mediterrâneo» e «Leste», que caracterizadas por um conjunto de tendências, não devem ser encaradas como expressão de modelos absolutos.

Capítulo III

Sociedade e mobilidade social

A caracterização socioprofissional dos comportamentos familiares da freguesia de Martim Longo para a conjuntura temporal em estudo e com base nos róis de confessados tornou-se bastante difícil, uma vez que a mesma não aparece de forma sistemática e nem todos os róis apresentam indicações dessa natureza. De facto, uma das principais dificuldades com que nos deparamos relativamente à situação ocupacional dos fregueses foi o “predomínio da não-informação” na fonte, pois para “a maior parte da população arrolada, não foi informada a ocupação” (Godoy & Paiva, 2010:163). E, mesmo quando apresentada, a tendência é para mencionar a profissão do chefe de família, relegando para segundo plano os restantes membros do agregado doméstico, pressupondo que a profissão ou atividade daquele era determinante para a ocupação dos restantes membros familiares. Porém, a diversidade ocupacional da freguesia, manifestada numa variedade de categorias profissionais, permitiu uma amostragem representativa da estrutura socioprofissional da sua população. Amostragem que decidimos concentrar nos períodos temporais de maior incidência informativa: 1793 a 1817 e 1869 a 1888, correspondentes a 6,33% e 23,76% da população arrolada nos respetivos 12 e 17 anos contabilizados.

Face a esta constatação, foi imprescindível a adequação de um modelo de estratificação social que refletisse a realidade de uma configuração social sobre a qual apenas existem dados relativos à profissão. Modelo que não se cingisse à mera listagem de profissões mas que, através do seu reagrupamento permitisse que a sua apresentação ganhasse conteúdo e riqueza informativa. Assim, partindo de uma estrutura ocupacional assente nos setores de atividade económica, subdivididos em diferentes categorias ocupacionais, elencámos as respetivas profissões, deixando as que não se enquadravam em nenhum setor pela sua diversidade funcional, como a de *criado/a* e a de *trabalhador/a*, numa categoria ocupacional específica designada de *indeterminados* (quadro nº11).

Quadro nº11 – Caracterização socioprofissional da freguesia de Martim Longo (século XIX)

Setor de atividade económica	Atividades	Profissões	1793/1817			1869/1888		
			N ⁴⁷	%	Total	N	%	Total
Setor primário	Agricultura	Proprietário/a	0	3,68	93 10,07%	183 (149/34)	30,16	2989 32,81 %
		Lavrador/a	33			2011 (1864/147)		
		Rendeiro	1			0		
		Jornaleiro	0			553		
	Pecuária	Maioral	18	6,39		232	2,59	
		Pastor	41			4		
	Exploração mineira	Mineiro	0	0		6	0,06	
Setor secundário	Agricultura	Abegão	0	1,19	245 26,54%	37	2,75	1518 16,66 %
		Albardeiro	0			74		
		Arrieiro	3			71		
		Sangrador	5			14		
		Ferrador	3			55		
	Têxtil e Calçado	Alfaiate	33	7,15		130	6,02	
		Costureira	0			21		
		Cardador	3			1		
		Fiadeira	0			26		
		Tecedeira	0			207		
		Sapateiro	30			164		
	Construção civil	Pedreiro	17	7,90		138	4,25	
		Alveneiro	0			2		
		Telheiro/a	6 (6/0)			8 (0/8)		
		Carpinteiro	3			15		
		Oleiro/a	47 (47/0)			224 (221/3)		
		Barreneiro	0			1		
Trabalho do	Caldeireiro	0	1,62	20	0,94			

⁴⁷ N = Número absoluto de registos (um mesmo individuo aparece em vários róis de confessados).

	ferro	Ferreiro	14		251	43		253
		Funileiro	0			3		
		Latoeiro	0			20		
		Sineiro	1			0		
	Alimentação	Padeiro/a	3 (3/0)	7,25		4 (0/4)	2,34	
		Forneiro	0			12		
		Moleiro	64			198		
	Outros	Barbeiro	13	1,40		30	0,34	
		Enterrador	0			1		
	Setor terciário	Religião	Prior	12		3,25	27,19%	
Padre			5	6				
Coadjutor				3				
Padre Ajudador			5	15				
Sacristão			8					
Militar		Capitão-mor	11	18,7 4	0	0,26		
		Capitão	31		0			
		Alferes	12		0			
		Militar	4		4			
		Soldado	115		20			
Forças de Segurança		Guarda alferes	0	0,43	1	0,12		
		Guarda	4		10			
Comércio		Almocreve	44	4,76	76	1,62		
		Comerciante	0		4			
		Lojista	0		10			
		Negociante	0		5			
		Peixeiro	0		2			
	Tendeiro/a	0	5 (1/4)					
	Vendedor/a	0	46 (39/7)					
Administração pública	Escrivão	0	0	2	0,02			
Educação	Professor	0	0	7	0,29			
	Estudante	0		1				

	Trabalho doméstico	Empregado	0	0		8	0,20	
		Governo da Casa	0			3		
		Serviçal	0			8		
Indeterminados	Criado/a	291 (216/75)	334 36,18%			127 (58/69)	4348 47,73%	
	Trabalhador/a	43 (42/1)				4221 (3875/346)		
TOTAIS		923	100 %			9109	100 %	

Fonte: Róis de confessados da freguesia de Martim Longo 1793/1817 e 1869/1888

Através da sua análise, apesar dos valores apresentados assentarem no número absoluto de registos e não de indivíduos, constata-se que o perfil socioprofissional da freguesia apresentava um carácter marcadamente rural, dado que as profissões que manifestavam maiores percentagens estão relacionadas com a agricultura. Mesmo os *artesãos* e *comerciantes*, para além de se dedicarem fundamentalmente às atividades artesanais e comerciais, contribuindo com objetos/instrumentos essenciais à prática agrícola e como meio de escoamento de matérias-primas rurais, costumavam “possuir terra para amanhã, sendo conhecido o (seu) carácter complementar da «indústria» rural” (Mota,1990:51). Até os *criados* e *trabalhadores*, apesar de exercerem funções domésticas ou oficinais, a maioria desempenhava tarefas na lavoura como criados/trabalhadores agrícolas, principalmente os do sexo masculino. Motivo da diminuição da diferença entre o número de criados e criadas nos dois períodos temporais analisados. Se entre 1793/1817 os criados quase triplicavam o número de criadas, já em 1869/1888 estas ultrapassavam os criados, permanecendo apenas os criados domésticos, dado que os agrícolas foram substituídos por trabalhadores e jornaleiros. E mesmo o elevado número de criados do primeiro período, quando analisado em termos de distribuição espacial entre *espaço urbano* e *espaço rural* (quadro nº12), acusa a presença de tarefas agrícolas, uma vez que o seu número é bastante superior ao de criadas nos montes da freguesia.

Face à importância da *terra* no contexto social, a sua posse e a sua forma de exploração constituíam um dos principais critérios da posição social dos fregueses na comunidade local. A propriedade fundiária era não só um instrumento de produção, mas também uma condição de acesso a um estatuto social e a uma posição privilegiada na sociedade (Morais,2003:84).

Critério favorecido pela distribuição dos baldios *serrenhos*, incentivada pela legislação liberal⁴⁸, pela população do concelho e comprovado pelo aumento significativo das profissões que indiciam *posse de terra*, nomeadamente proprietários e lavradores. Segundo Cristiana Bastos (1993:39) a atribuição das profissões de lavrador, trabalhador e jornaleiro aos chefes de família, a partir de 1869, funcionava como um indicador de estratificação social e como identificador dos grupos sociais mais abastados, enquanto na primeira metade do século, o indicador eventualmente assentaria em ter ou não criados em casa⁴⁹. Daí a disparidade existente entre estas profissões nos dois períodos analisados: em 1793/1814, o número de criados ascende a 291, ficando os trabalhadores e lavradores pelos 33 e 43 respetivamente, e não existindo referência a jornaleiros, e em 1869/1888 os primeiros diminuem para 127, passando os segundos para 424⁵⁰ e 2011 respetivamente e aparecendo 553 jornaleiros.

Contudo, é de destacar que esta *ruralidade social* é mais evidente na segunda metade do século XIX, já que, entre 1793/1817, a forte presença militar na região atira esta categoria profissional para primeiro lugar, com 18,74% das profissões mencionadas, levando à primazia do setor terciário face aos outros dois setores. O setor primário apresenta o menor número de ocupações, denunciando uma estrutura fundiária concentrada em determinadas famílias, que limitava as *profissões agrícolas* locais a lavradores, maiorais/pastores e, eventualmente a alguns criados e trabalhadores. Como grande parte da população não possuía terras nem tinha capacidade de as explorar através de aforamento ou de arrendamento, era obrigada a procurar outros meios de sustento familiar, como o artesanato, o contrabando, a vida militar ou mesmo a migração. Relativamente à migração é de realçar que, apesar de primeiramente incidir sobre

⁴⁸ A distribuição dos baldios pelas populações como meio de aumentar a área cultivada, foi uma das medidas de Mouzinho da Silveira que, juntamente com a abolição do regime de morgadio, a nacionalização dos bens das Ordens Religiosas e a venda dos bens nacionais, permitiram uma reestruturação do sistema fundiário português e, consequentemente, uma reorganização do seu tecido social. Na região algarvia, estas medidas apenas começaram a ser visíveis na segunda metade do século XIX.

⁴⁹ Teoria confirmada pela elevada percentagem de criados nos agregados domésticos das categorias ocupacionais *militar* (65,7%) e *religião* (23,8%), em detrimento das categorias ocupacionais do setor secundário (1,9%) e do setor primário (7,6%), sendo estas constituídas por profissões com estatuto social.

⁵⁰ O número de trabalhadores apresentado não deve cingir-se à vertente *rural*, uma vez que ao longo do século surgiram novos setores de atividade quer na freguesia, quer nos seus limites, como a construção de estradas e a exploração mineira, que funcionavam como polos agregadores de mão-de-obra indeterminada e vulgarmente designada de trabalhadores. Por exemplo, no caso da Mina de S. Domingos e segundo Paulo Guimarães (2005:24) a maior parte da população mineira era classificada socialmente como trabalhadores, evidenciando a sazonalidade desta profissão e a sua oscilação entre trabalho rural e mineiro.

os filhos do sexo masculino e os chefes de família, acabaria também por alargar-se ao resto da família, particularmente aquelas que não eram detentores de terra.

A partir da década de cinquenta, a estabilidade político-militar, as reformas liberais fundiárias e o crescimento demográfico provocaram transformações acentuadas no tecido socioprofissional da freguesia. Se o primeiro fator, ao fomentar uma redução drástica de soldados e da presença de patentes militares na região, como capitães e alferes, projetou o setor terciário para o fim da lista, apresentando apenas 2,75% das profissões mencionadas, o segundo, ao proporcionar uma maior divisão/exploração das terras aráveis, estimulou o interesse pelas profissões ligadas ao setor primário, convertendo-o no mais representativo com 32,75%. Por sua vez, o terceiro fator levou ao aumento do número de trabalhadores nas diferentes profissões e a uma maior especialização profissional, resultante do incremento das *necessidades locais*, comprovada pelo aparecimento de um leque cada vez maior de profissões, em todas as categorias ocupacionais, exceto na dos militares.

No setor primário, o aumento significativo de lavradores e o aparecimento de proprietários reflete não só mobilidade social com a promoção de muitos fregueses a lavradores e alguns destes a proprietários, como também estratificação social, passando a profissão *proprietário* a constituir um *status* limitado a um número reduzido de pessoas. *Status social* que justificou a alteração da ocupação de alguns lavradores para proprietários em finais do século XIX, uma vez que “a profissão — ou, eventualmente, uma qualidade como a de proprietário ou capitalista — dava uma primeira ideia, muito aproximada, das funções, dos recursos e do estilo de vida e era um símbolo da posição social na medida em que a ela se ligavam noções de cultura, de utilidade para a coletividade, de prestígio” (Daumard,1992:73, em Fonseca,1996:713). Enquanto os lavradores eram reconhecidos como pequenos proprietários que cultivavam as suas terras, recorrendo ao seu próprio trabalho braçal ou a jornaleiros, os proprietários eram vistos como uma elite local que obtinha os seus rendimentos do arrendamento das propriedades que possuíam, não intervindo diretamente na produção, e do desempenho de cargos nas diversas instituições locais, como juntas de paróquia e câmara municipal.

Por sua vez, na categoria *pecuária*, os pastores/maiorais apresentam um valor significativo, comparativamente ao início do século, em resultado da expansão da criação de gado, verificando-se simultaneamente o aparecimento de ofícios mais especializados ligados à

matéria-prima fornecida por esta atividade: *tecedeira* e *fiadeira*. É de realçar, ainda, a diminuição do número de pastores, pressupondo uma eventual valorização social da profissão de maioral, já que este “tem a responsabilidade sobre o gado que lhe foi confiado e sobre o trabalho de todos os ajudas que lhe estão subordinados”, enquanto pastor é simplesmente “o guarda das ovelhas” (Almeida:2002). Na categoria *mineiro* o número de ocupações é insignificante num contexto espaço-temporal em que a exploração mineira era uma atividade bastante expressiva, como se constata nos inúmeros registos de minas efetuados nos Livros de Registo de Minas da Câmara Municipal. Facto explicável, como já foi supracitado, pela atribuição da designação de trabalhador à profissão de mineiro.

No setor secundário, a especialização profissional é acentuada, atravessando todas as categorias ocupacionais. No caso da categoria *Agricultura* sobressaem profissões ligadas ao fabrico de objetos essenciais para os animais de tração e carga, demonstrando a sua importância no transporte e na atividade agrícola. É o caso do abegão com a construção de *carros*, do albardeiro que fabricava “albardas, selas grosseiras de tecido e couro” (Almeida:2002), do arrieiro que fazia todas as peças com que se aparelhavam os animais (arreios) e do ferrador que os ferrava. A própria profissão de sangrador (matador de animais) é representativa, atestando que a criação de gado não só tinha como objetivo o sustento alimentar da família, mas também complementar o seu rendimento, através da venda de carne ao açougue, pois a venda particular estava proibida por postura camarária⁵¹. Na categoria *têxtil e calçado* destacam-se os alfaiates, as costureiras, os sapateiros e as tecedeiras cuja representatividade ocupacional subiu significativamente. Se nos três primeiros o incremento demográfico foi decisivo, no caso das tecedeiras foram múltiplos os fatores: aumento da matéria-prima disponível, complemento de rendimento familiar, agravado pelo aumento dos seus elementos, e possibilidade de escoamento dos produtos fabricados mediante um comércio em franco desenvolvimento. Na categoria *construção civil* é notório o acréscimo em todas as profissões que a constituem, salientando-se, porém, os pedreiros, carpinteiros e oleiros. Facto coincidente com o alargamento do parque habitacional verificado com o crescimento populacional. Contudo, no caso específico dos oleiros, tal número não se limita à construção civil mas alarga-se também à produção artesanal, designadamente loiça grossa, característica da região. Também aqui a abundância de matéria-prima e o incremento comercial

⁵¹ AMA, Fundo - Câmara Municipal de Alcoutim, Atas das Reuniões da Vereação (A-S-01), 20/10/1841.

foram decisivos na valorização social da profissão. Mas é na categoria *trabalho do ferro* que a especialização profissional se evidencia, dando o ferreiro do início do século à diversidade ocupacional de caldeireiros, funileiros e latoeiros, os quais produziam, tal como o ferreiro, produtos artesanais/instrumentos agrícolas em ferro cujo objetivo era a venda nas inúmeras feiras locais da região. Profissões que também beneficiariam da abundância de matéria-prima, nomeadamente do minério extraído da mina de S. Domingos. Na categoria *alimentação* são os moleiros e forneiros que se distinguem face à exigência alimentar de uma população em crescimento e de uma consequente extensão da produção cerealífera.

No setor terciário, face ao aumento e diversidade de produtos agrícolas e artesanais, em resultado da especialização socioprofissional e ampliação da representatividade ocupacional, é o *comércio* que se salienta, aparecendo novas profissões ligadas não só ao comércio ambulante (ex. *tendeiro/a* e *vendedor/a*), como também ao fixo (ex. *lojistas*), com a abertura de lojas no espaço “urbano” da freguesia. Nesta categoria ocupacional o aparecimento da profissão de negociante⁵² é indiciadora de diferenciação social, pois o “termo «negociante» ” era utilizado para “denominar as elites económicas em diversos setores de atividade (comércio por grosso, indústria e banca (...))”(Pedreira,1996:358). Assim, negociante seria aquele que se dedicava ao *comércio por grosso*, diferenciando-se dos *lojistas*, *almocreves* e *vendedores* que centravam a sua atividade no *comércio a retalho*. Todavia, alguns destes negociantes também comercializavam “por miúdo nas suas lojas e armazéns” (Pedreira,1996:358), como atesta o exemplo de Manuel Rodrigues Centeno e Zeferino Rodrigo Candeias, que, apesar de designados como negociantes em 1877, as respetivas mulheres aparecem como *lojista* e *vendedora*, comprovando que o agregado familiar possuía *comércio a retalho*. Aliás, Manuel Rodrigues Centeno, entre 1870 e 1875, aparece como *lojista*, e Zeferino Rodrigo Candeias, em 1874 e em 1875 como *vendedor* e *almocreve*, refletindo-se uma mobilidade socioprofissional ascendente a partir de 1877 com a promoção a negociantes.

Por fim, na categoria ocupacional dos *indeterminados* a transição de muitos criados a trabalhadores ou jornaleiros também é demonstrativa de mobilidade social e profissional. Como à profissão de criado estava inerente um caráter transitório, sendo exercida apenas enquanto durasse a permanência em casa do patrão, o decréscimo do seu número e o aumento

⁵² É de referir que os negociantes aparecem designados nos róis de 1880 e 1881 como comerciantes, verificando-se a existência de características semelhantes entre ambas as profissões.

de trabalhadores e jornaleiros, observados entre os dois períodos analisados, demonstra que muitos daqueles já não necessitavam de coabitar com o empregador, passando a ter um lar e/ou terra para cultivar. Mas, como esta era “tão minguada que não lhes” permitia “subsistir todo o ano, eram forçados a trabalhar em casa de outrem (Mota,1990:51), vivendo assim de um salário. Para tal diminuição também contribuíram a redução da sua contratação, estratégia utilizada pelos patrões para atenuarem os seus encargos, e a “prática de entreajuda familiar ou de vizinhança nas épocas de fainas agrícolas mais exigentes e árduas” (Mota,1990:34). Enquanto o recurso a criados era sinónimo de encargos elevados pelo carácter anual da sua prestação de serviços, ao de jornaleiros e trabalhadores estava implícita uma redução, já que, para além de viverem em suas casas, as suas funções eram sazonais e exercidas de acordo com as necessidades. Por outro lado, quando a força de trabalho disponível no agregado familiar não era suficiente face às necessidades de exploração, principalmente as de maior dimensão, recorria-se aos parentes e aos afilhados desfavorecidos que em troca de alojamento, comida e, por vezes, ordenado vinham ajudar (Bastos,1993:38). Justificação para a reduzida presença de criados nos agregados domésticos do setor primário (7,6%).

Mesmo entre trabalhadores e jornaleiros assiste-se a uma valorização social dos primeiros relativamente aos segundos, visível na evolução destas duas ocupações. Entre 1869 e 1974, aquando da emergência destas profissões, verifica-se a primazia dos jornaleiros face aos trabalhadores; contudo, nos anos posteriores estes deixam de ser mencionados como jornaleiros passando a ser designados de trabalhadores, independentemente do serviço que exercessem. Facto que mostra valorização dos novos setores da economia que então começavam a florescer – setor do estado e setor da exploração mineira – em detrimento do setor agrícola, uma vez que a ocupação *jornaleiro* estava associado a trabalhadores do campo que exerciam as suas funções a troco de uma jorna, diferenciando-se dos outros *trabalhadores* que ganhavam um salário. Valorização económica que se refletiria na mobilidade socioprofissional do jornaleiro a trabalhador.

Outra característica patente no perfil socioprofissional da freguesia ao longo do século XIX foi a crescente integração da mulher no mercado de trabalho, passando a mesma de 0,23% para 6,8% entre 1793/1817 e 1869/1888. Se no primeiro período a sua presença limitava-se às profissões de *criada* e *trabalhadora*, no segundo alargou-se pelo aparecimento de profissões de cariz estritamente feminino, como *costureira*, *tecedeira* e *fiadeira*, pelo seu domínio em

profissões antes ocupadas somente por homens (ex. telheiro e padeiro) e pelo aumento significativo de mulheres nas diferentes categorias ocupacionais. Atividades que contribuíram para aumentar os rendimentos económicos do agregado familiar, através da venda dos inúmeros produtos elaborados no comércio local e do salário usufruído como trabalhadora, como também acentuariam a organização simultânea do agregado doméstico em unidade de consumo e de produção, uma vez que a maioria era exercida na própria residência. Integração que contribuiu para a “viragem na condição das mulheres (...), abrindo-se-lhes possibilidades de intervenção social que, no início do século XIX, pareciam inviáveis” (Vaquinhas, 2002:10). Facto evidente na elevada percentagem de agregados domésticos chefiados por mulheres viúvas e solteiras, que, contrariamente ao que acontecia no início do século, passaram a *governar a casa* por morte do marido/pai, em vez do filho/irmão mais velho, chegando mesmo, no caso dos lavradores e proprietários a desempenhar as funções daqueles, aparecendo designadas como lavradoras e proprietárias. É de realçar, ainda, no caso dos agregados domésticos chefiados por solteiras a elevada percentagem associada à profissão de tecedeira, demonstrando que a mesma permitia o sustento familiar. Porém, a chefia feminina só era patente em fogos incompletos pela ausência do homem.

No que concerne à distribuição geográfica das diferentes ocupações profissionais pela freguesia e comparando os dois períodos em que incidem a amostragem (quadro nº12), sobressaem algumas particularidades, designadamente: (i) enquanto entre 1793/1817 é perceptível uma concentração das ocupações no centro urbano (55,9%), principalmente em redor/largo da igreja, nas casas baixas/arrabaldes e nas ruas Direita e da Ladeira, já entre 1869/1888 é clara a sua dispersão pelos diferentes montes (74,3%), destacando-se os do Pessegueiro, Santa Justa, Laborato e Castelhanos. Característica resultante do aumento demográfico verificado na freguesia ao longo do século, que se refletiu na dispersão populacional pelos diversos montes que a constituem. (ii) Concentração da maioria das profissões ligadas aos setores secundário e terciário na aldeia, tendendo as do setor primário para os montes. Todavia, é de destacar: a) no setor primário, a diferença acentuada entre o número de proprietários e de lavradores presentes no centro e na periferia da freguesia, pois se a maioria dos proprietários escolheu a aldeia (77,5%), os lavradores preferiram os montes (94,8%). Ocupação espacial relacionada com as funções e fontes de rendimento de cada um: enquanto o envolvimento do proprietário no trabalho agrícola era limitado à gestão dos

rendimentos que daí poderiam provir, podendo por isso ausentar-se das suas propriedades, o lavrador era mais uma força de trabalho que contribuía para a exploração das suas terras. É ainda de salientar o número elevado de maiorais (96,9%) e de jornaleiros (83,9%) nos montes, evidenciando claramente que a suas tarefas estavam adstritas ao trabalho do campo. No caso dos maiorais é notória a sua expansão pelos diferentes montes da freguesia, evidenciando-se, no entanto, uma ocupação espacial dos que se situam na região mais serrana da freguesia (56,8%), onde os campos agrícolas são mais escassos e os incultos mais comuns, servindo de pastagem aos animais. Pelo contrário, a presença dos jornaleiros é mais significativa nos montes cujas características naturais são mais propícias ao cultivo (61,8%), nomeadamente os que se situam ao longo do eixo rodoviário oeste/este e mais próximo da aldeia. Característica que confirma a complementaridade rural da freguesia. b) No setor secundário e especificamente no segundo período analisado, as altas percentagens de profissões de abegão (100%), de pedreiro (92%), carpinteiro (73,3%) e moleiro (73,7%) nos montes, contrariamente às restantes ocupações. Também aqui a justificação prende-se com as funções desempenhadas. Porém, no caso dos abegões e dos carpinteiros é de realçar que o monte da Barrada reúne a totalidade dos carpinteiros (11) e 14 dos 38 abegões que se difundem pelo espaço rural. Facto que leva a supor, pela proximidade das funções entre as duas profissões, a existência de alguma confusão na sua denominação na fonte. Por sua vez, a presença de um grande número de pedreiros na periferia da freguesia é demonstrativo do significativo crescimento demográfico verificado e na conseqüente expansão da população para os montes da serra (Pessegueiro (26,7%), Barrada (19,6%) e Corte Serranos (18,1%)), refletindo-se na necessidade do aumento do parque habitacional. Facto que não se verificou no início do século, sendo por isso a percentagem de pedreiros no *espaço rural* insignificante.

Por fim, a percentagem de 73,7% de moleiros no campo manifesta a sua proximidade com a matéria-prima e com o local de produção, assim como a expansão da cultura de cereais na região. C) No setor terciário, a exceção da categoria *militares* que, contrariamente ostenta uma percentagem mais elevada nos montes com 67,6% e 100% respetivamente e, por outro lado, a alta percentagem de ocupações ligadas ao comércio (95,5% e 86,4%) no núcleo urbano,

Quadro nº12 – Distribuição geográfica das profissões na freguesia de Martim Longo (séc. XIX)

Setor de atividade económica	Atividades	Profissões	1793/1817			1869/1888		
			Total	Aldeia	Montes	Total	Aldeia	Montes
Setor primário	Agricultura	Proprietário/a	0	0	0	183	142	41
		Lavrador/a	33	5	28	2011	91/12	1773/135
		Rendeiro	1	1	0	0	0	0
		Jornaleiro	0	0	0	553	89	464
	Pecuária	Maioral	18	10	8	232	7	225
		Pastor	41	19	22	4	0	4
Exploração mineira	Mineiro	0	0	0	6	6	0	
Setor secundário	Agricultura	Abegão	0	0	0	37	0	37
		Albardeiro	0	0	0	74	62	12
		Arrieiro	3	3	0	71	47	24
		Sangrador	5	5	0	14	14	0
		Ferrador	3	3	0	55	55	0
	Têxtil e Calçado	Alfaiate	33	33	0	130	111	19
		Costureira	0	0	0	21	20	1
		Cardador	3	3	0	1	1	0
		Fiadeira	0	0	0	26	20	6
		Tecedeira	0	0	0	207	192	15
		Sapateiro	30	28	2	164	157	7
	Construção civil	Pedreiro	17	14	3	138	11	127
		Alveneiro	0	0	0	2	2	0
		Telheiro/a	6	6	0	8	8	0
		Carpinteiro	3	3	0	15	4	11
		Oleiro	47	47	0	224	224	0
		Barreneiro	0	0	0	1	1	0
	Trabalho do ferro	Caldeireiro	0	0	0	20	20	0
		Ferreiro	14	14	0	43	23	20
		Funileiro	0	0	0	3	3	0
		Latoeiro	0	0	0	20	20	0
		Sineiro	1	1	0	0	0	0
	Alimentação	Padeiro/a	3	3	0	4	4	0
		Forneiro	0	0	0	12	12	0
		Moleiro	64	36	28	198	52	146

	Outros	Barbeiro	13	13	0	30	30	0	
		Enterrador	0	0	0	1	1	0	
Setor terciário	Religião	Prior	12	12	0	17	17	0	
		Padre Coadjutor	5	5	0	6	6	0	
		Padre Ajudador	5	5	0	3	3	0	
		Sacristão	8	8	0	15	15	0	
	Militar	Capitão-mor	11	5	6	0	0	0	
		Capitão	31	15	16	0	0	0	
		Alferes	12	11	1	0	0	0	
		Militar	4	3	1	4	0	4	
		Soldado	115	22	93	20	0	20	
	Forças de Segurança	Guarda alferes	0	0	0	1	0	1	
		Guarda	4	4	0	10	10	0	
	Comércio	Almocreve	44	42	2	76	61	15	
		Comerciante	0	0	0	4	4	0	
		Lojista	0	0	0	10	10	0	
		Negociante	0	0	0	5	5	0	
		Peixeiro	0	0	0	2	0	2	
		Tendeiro/a	0	0	0	5	4	1	
	Administração pública	Escrivão	0	0	0	2	2	0	
		Educação	Professor/a	0	0	0	7	7	0
			Estudante	0	0	0	1	1	0
		Trabalho doméstico	Empregado	0	0	0	8	8	0
			Governo da Casa	0	0	0	3	3	0
			Serviçal	0	0	0	8	4	4
Indeterminados		Criado/a	291	66/45	150/30	127	31/57	27/12	
	Trabalhador/a	43	27	16	4221	536/72	3339/274		
TOTAIS			923	472/45	376/30	9109	2200/141	6347/421	

Fonte: Róis de confessados da freguesia de Martim Longo -1793/1817 e 1869/1888

demonstrando a importância da aldeia de Martim Longo, como polo comercial, na dinâmica económica da serra e na ligação entre o baixo Alentejo e o litoral algarvio. Centralidade também evidente na crescente presença de ocupações ligadas ao setor do estado. d) Por fim, a percentagem de 85,1% de trabalhadores nos montes, reflete a ruralidade de uma economia

local que, em franco desenvolvimento, necessitava de mão-de-obra abundante, principalmente nas explorações agrícolas de maior dimensão. Fator que levaria à fixação de população nos montes de Santa Justa (23%), Pessegueiro (22,3%), Laborato (16,9%) e Castelhanos (15,2%).

Da análise da estrutura de parentesco/dimensão dos agregados (quadro nº13), concluímos que a mesma depende da condição económico-social, da presença de criados e da permanência ou não dos filhos na casa paterna e, apesar da maior percentagem dos agregados domésticos serem de famílias simples, é de salientar os seguintes comportamentos familiares nos diversos grupos profissionais⁵³: (i) dos 105 criados referenciados nos agregados domésticos identificados entre 1793/1817, 90,45% concentrava-se em agregados domésticos cujos chefes de família desempenhavam profissões do setor terciário e, dentro deste, nas categorias *religião* (23,8%) e *militares* (67,7%). O setor primário apresentava apenas 7,6% e o secundário 1,9%. Cenário que se altera no segundo período analisado (1869/1888): dos 99 criados referenciados, 62,6% pertenciam a agregados do setor primário, mais precisamente das categorias *proprietário* (28,2%) e *lavradores* (34,3%). Mas é ainda de destacar a percentagem de 30,3% detida pelo setor terciário, detendo a categoria *religião* 24,2%, e os 7,07% de agregados domésticos do setor secundário. Sendo um dos critérios de diferenciação social a presença de criados nos agregados domésticos, constatamos que se assistiu, a partir de meados do século, à valorização social dos agregados domésticos dos proprietários e dos lavradores, reflexo da melhoria das suas condições económicas, possibilitando-lhe usufruir de criados. Diferenciação social ainda patente, tal como no início do século, nas profissões ligadas à categoria *religião*, evidenciando a sua importância na vida dos fregueses, contudo, não se verificando o mesmo com as profissões da categoria *militares*, dada a inexistência de altas patentes da hierarquia militar e pelo facto da maioria dos militares/soldados não serem cabeças de casal, mas elementos de agregados domésticos chefiados por outros profissionais. (ii) A maior parte dos agregados domésticos enquadravam-se nos agregados de tipo 3 – agregados domésticos de famílias simples -, exceto os liderados por religiosos, a cujas funções desempenhadas está inerente o celibato, centrando-se as percentagens nos agregados de pessoas sós e de várias pessoas sem estrutura conjugal.

⁵³ Nesta análise apenas foram contabilizados os agregados chefiados pelos diversos grupos profissionais, ficando de fora os elementos, embora referenciados com profissão, que integravam agregados familiares com outro tipo de parentesco (mulher/filhos/irmãos). Assim, as percentagens desta análise não são baseadas nos números absolutos de profissionais existentes, a fim de não duplicar os agregados domésticos, mas apenas nos que se encontravam naquela situação.

Quadro nº13 – Distribuição das Profissões segundo a Tipologia dos fogos. Martim Longo (1793/1817; 1869/1888)

Setor de atividade económica	Atividades	Profissões	1793/1817									1869/1888								
			Nº de agregado	Média dos elementos do	Média do número de filhos	Tipo de agregado doméstico (Média)						Nº de agregados com	Média dos elementos	Média do número de filhos	Tipo de agregado doméstico (Média)					
						T1	T2	T3	T4	T5	T6				T1	T2	T3	T4	T5	T6
Setor primário	Agricultura	Proprietário/a	-----	-----	-----	--	--	--	--	--	--	28	4,09	1,37	28,3	6,9	58,3	5,78	0,57	-
		Lavrador/a	1	3,87	1,6	--	--	87,8	12,1	--	--	34	4,44	2,14	7,1	0,99	87,7	4,37	0,99	-
		Jornaleiro	-----	-----	-----	--	--	---	---	---	--	0	4,09	1,80	10,9	4,0	82,6	2,37	-	-
	Pecuária	Maioral	1	3,88	1,33	---	---	72,2	27,7	--	--	0	4,22	1,94	6,5	0,87	90,3	0,43	1,74	-
		Pastor	6	4,55	2,07	---	---	86,8	10,5	2,6	--	0	3	1	-	-	100	-	-	-
Setor secundário	Agricultura	Abegão	-----	-----	-----	---	---	---	---	---	--	0	5,16	3,16	-	-	100	-	-	-
		Albardeiro	-----	-----	-----	---	---	---	---	---	--	0	3,44	1,4	2,8	-	95,7	-	1,4	-
		Arrieiro	0	2,33	0,33	---	---	100	---	---	--	0	4,19	1,79	7,0	1,4	87,3	2,8	1,4	-
		Ferrador	0	4,33	2,66	---	---	100	---	---	--	1	4,52	2,6	3,6	5,44	89,0	1,8	-	-
	Têxtil e Calçado	Alfaiate	1	3,28	1,21	---	---	96,6	3,3	---	---	0	4,36	2,07	-	-	85,4	12,9	1,6	-
		Costureira	-----	-----	-----	---	---	---	---	---	--	0	1,5	0,52	47,1	-	52,9	-	-	-
		Fiadeira	-----	-----	-----	---	---	---	---	---	--	0	4	1,75	25	-	75	-	-	-
		Tecedeira	-----	-----	-----	---	---	---	---	---	--	0	4	1,39	14,6	12,1	58,5	14,6	-	-
		Sapateiro									--	0	4,90	2,85	-	-	92,6	5,3	2,0	-
	Construção civil	Pedreiro	0	4,58	2,52	---	---	94,1	5,9	--	--	0	4,20	2,07	7,9	-	89,0	0,72	2,17	
		Carpinteiro	0	5	3	---	---	100	---	---	--	0	5,92	3,92	-	-	100	-	-	-
		Oleiro/a	1	3,20	1,10	---	---	93,6	4,2	2,12	---	0	4,23	2,15	3,4	0,49	96,0	-	-	-
	Trabalho do ferro	Caldeireiro	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	--	0	3,77	1,84	-	-	100	-	-	-
		Ferreiro	0	4,14	2	---	---	92,8	7,1	---	--	4	5,08	2,90	-	-	86,0	9,3	4,65	-

	Latoeiro	-----	-----	-----	-----	---	---	---	---	---	0	5,55	3,55	-	-	100	-	-	-	
	Alimentação	0	3,98	2,01	-----	---	89,0	3,1	7,8	---	0	4,78	2,73	1,51	1,0	97,4	-	-	-	
	Outros	0	2,46	0,61	30,7	---	61,5	7,6	---	---	0	4,53	2,48	3,4	-	62,0	34,4	-	-	
Setor terciário	Religião	Prior	20	5,0	-----	---	100	---	---	---	16	3,5	0	11,7	88,2	-	-	-	-	
		Padre Coadjutor	3	2,25	-----	80	20	---	---	---	3	4,8	0	33,3	66,6	-	-	-	-	
		Padre Ajudador	1	1,8	-----	40	60	---	---	---	2	3,33	0	33,3	66,6	-	-	-	-	
		Sacristão	1	3	1,14	25,0	---	75,0	---	---	3	2,30	0,4	46,6	-	53,3	-	-	-	
	Militar	Capitão-mor	15	4,63	1,45	-----	---	100	---	---	---	-----	-----	-----	---	---	---	---	---	-
		Capitão	40	5,1875	1,375	---	---	80,6	16,1	---	---	-----	-----	-----	---	---	---	---	---	-
		Alferes	9	5,30	2,30	-----	---	83,3	8,3	16,6	---	-----	-----	-----	---	---	---	---	---	-
		Soldado	5	2,98	0,87	---	---	97,7	2,27	6,4	---	-----	-----	-----	---	---	---	---	---	-
	Forças de Segurança	Guarda	0	4	0,5	---	---	100	---	---	---	1	2	0,1	20,0	10,0	70,0	---	---	-
	Comércio	Almocreve	1	4,68	2,63	---	---	97,7	2,32	---	---	0	4,69	2,61	---	---	96,0	2,6	1,31	-
		Lojista	-----	-----	-----	-----	-----	-----	---	---	---	0	4,22	2,1	---	---	88,8	11,1	---	-
		Vendedor/a	-----	-----	-----	-----	-----	-----	---	---	---	3	4,30	1,8	7,5	---	75,0	17,5	---	-
	Indeterminados	Trabalhador/a	0	3,68	1,75	---	---	93,0	4,6	2,32	---	0	3,93	1,73	7,8	2,0	86,7	2,6	0,70	-

Fonte: Róis de confessados da freguesia de Martim Longo (1793/1817 e 1869/1888)

Porém é de salientar, no segundo período analisado, as percentagens ligeiramente mais baixas destes agregados domésticos nos proprietários e nas profissões femininas (costureira, fiadeira e tecedeira). Se nos primeiros, a justificação prende-se pela diversidade de tipos de agregados domésticos presentes, sobressaindo os agregados domésticos de pessoas sós com 28,3%, refletindo que as suas condições económicas permitiam uma vivência isolada, apenas compartilhada pela presença de criadagem, nos segundos deve-se à chefia feminina, pois estes eram liderados essencialmente por viúvas e solteiras. Mesmo os agregados que se enquadram no tipo 3, concentravam-se na categoria *viúvo/a com filhos*. É de acrescentar que nestes agregados domésticos apenas foram contabilizados os que compreendiam esta situação, uma vez que a maioria dos casos referenciados nestas profissões aparece como elementos (mulheres e filhas) de agregados chefiados por homens e desempenhando outras profissões. Por exemplo, no caso das tecedeiras apenas 41 das 207 eram cabeças de casal, sendo esta profissão desempenhada por mulheres dos mais diversos profissionais, sobressaindo os dos trabalhadores com 37,9% e dos oleiros com 12,6%. (iii) No que se refere à dimensão dos fogos, verificou-se entre os dois períodos não só um aumento da sua composição, como também a uma diversificação da sua tipologia. Efetivamente, observou-se um aumento no número de elementos por agregado doméstico, fazendo com que a percentagem de 52,1% de fogos reduzidos (2-3 pessoas), verificada em 1793/1817, passasse para 29,0% em 1869/1888, sendo suplantada pela média dos fogos de média dimensão (4-6 pessoas) 70,9%. Se no início do século essa percentagem se coaduna com a média inferior a dois filhos na maioria dos casais, em meados do século, essa correlação não é tão evidente, dada a continuidade da elevada percentagem de famílias com menos de dois filhos (48,4%), refletindo, assim, a presença de outros elementos no agregado doméstico. Veja-se o caso dos proprietários e dos trabalhadores. Nos primeiros, apesar da média de elementos por agregado rondar os 4,09%, a média de filhos fica-se pelos 1,37%, comprovando a percentagem de 28,3% de agregados domésticos de pessoas sós e as percentagens, embora diminutas mas significativas, de agregados domésticos de várias pessoas sem estrutura conjugal (6,9%) e de agregados domésticos de famílias simples alargadas (5,78%). Por sua vez, nos trabalhadores, apesar de continuarem a prevalecer os agregados domésticos de dimensões reduzidas, assistiu-se a um ligeiro aumento na sua composição mas a uma ligeira diminuição na média de filhos por agregado. Facto relacionado com a diversificação dos tipos de agregados domésticos desta

categoria profissional, destacando-se a percentagem de 7,8% de agregados domésticos de pessoas sós e a circunstância de na percentagem de 86,7% dos agregados de estrutura conjugal de famílias simples, 14,0% pertencer a casais sem filhos. Por outro lado, se no início do século a tipologia dos agregados domésticos centrava-se nos de tipo 3 e tipo 4, em meados do século observa-se uma diversificação na sua tipologia em todas as categorias profissionais, exceto os do tipo 6. Tal diversificação é resultado da melhoria das condições de vida que permitiu a existência de fogos de pessoas isoladas e, por outro lado, do aumento populacional que levou à presença de outros elementos no agregado familiar.

De forma a conhecer o diferente posicionamento social dos agregados domésticos, recorrendo às profissões exercidas pelo cabeça de casal, e perspetivar a sua inserção na comunidade local, procedemos à análise de três percursos familiares, ao longo do período em estudo. Percursos escolhidos aleatoriamente e respeitantes a cada um dos setores de atividade utilizados na caracterização socioprofissional da freguesia.

É de salientar que não foi possível de concretizar o percurso de vida de todos os elementos dos agregados domésticos selecionados, dada a ausência de idades dos paroquianos na maioria dos róis de confessados e à irregularidade na transmissão dos apelidos, principalmente nos descendentes do sexo feminino. Assim, optámos por seguir apenas a trajetória familiar dos descendentes cuja certeza de pertencer à família em estudo foi assegurada não só pelo apelido, como também pela residência na mesma rua ou monte, pela identificação do conjugue/elementos do agregado familiar e pela ocupação profissional. Opção que limitou a apresentação, nos casos analisados, das trajetórias de todos dos filhos/netos/bisnetos referenciados.

De forma a facilitar a leitura dos percursos familiares analisados, decidimos numerá-los, começando pelos progenitores, passando para os filhos, incluindo, dentro destes, os seus descendentes (netos e bisnetos).

1º Caso – Família de António Horta, alfaiate

1) António Horta / Feliciano Conceição (Pais)

- a) No fogo nº74, da rua Pero Dias, na aldeia de Martim Longo, residia em 1793 a família de António Horta, **alfaiate**, constituída pela mulher, Feliciano da Conceição (50 anos de idade) e quatro filhos: Efigénia, João (30 anos), Joaquim e Maria. Posteriormente aparecem referenciados mais dois filhos: Manuel (1795) e António (1836).
- b) Filhos que deveriam já ser de maior idade, principalmente os do sexo masculino, uma vez que os dois primeiros, em 1795, encontravam-se ausentes em Xerez, Espanha, e destes últimos, só o filho Manuel aparece integrado, em 1795, no agregado familiar. Ano em que deixa de ser mencionado, reaparecendo em 1836 na casa do irmão João, juntamente com o irmão António.
- c) No início o século, o agregado doméstico de Manuel da Horta seria alvo de grandes alterações: os quatro filhos saem de casa e António da Horta morre, ficando Feliciano Conceição viúva e responsável pelo governo da casa. Porém, é de destacar o regresso do filho João da Horta, soldado, para junto da mãe, coabitando com a mesma até finais da primeira década do século. Altura em que também este se ausenta, ficando a mãe sozinha no agregado doméstico.

1.1 João da Horta / Maria Guerreira (filho)

- a) Em 1836, na rua Pero Dias, reaparece João da Horta, casado com Maria Guerreira, e morando com dois irmãos: Manuel da Horta e António da Horta.
- b) Contudo, no ano seguinte aparece sozinho e com a anotação “fora”, provando, mais uma vez, a sua ausência da freguesia. Mas, desta vez levaria consigo a mulher e o irmão António da Horta, dado que também estes deixam de ser arrolados nos anos seguintes. Apenas permanece o irmão Manuel Horta, como **oleiro** e residente na rua Pero Dias.

1.2 Manuel da Horta / Bárbara Maria (Bárbara Sebastiana) (filho)

- a) Manuel da Horta, **oleiro**, aparece casado com Bárbara Maria em 1842, dando cinco netos a seu pai: Manuel, Maria, Emídio, Lúcia e Dionísio.

- b) Em 1867 morre Manuel da Horta (filho), deixando Bárbara Maria viúva e coabitando com todos os filhos, exceto o filho Manuel da Horta. Neste ano, Bárbara Maria aparece mencionada como pobre e o seu filho Emídio da Horta como **jornaleiro**.
- c) Em 1873, as dificuldades económicas levaram Bárbara Maria a complementar o sustento familiar, recorrendo ao ofício de **fiadeira**. Porém, tal tentativa não teve sucesso, pois tornar-se-ia **trabalhadora** no ano seguinte, tal como os filhos Dionísio e Lúcia, únicos que permaneceram no agregado familiar. Agregado que aumentaria com o casamento da filha com Manuel Guerreiro, também ele **trabalhador**.
- d) A partir de 1882, tal como aconteceu com a sogra, Bárbara Maria permanece sozinha com o seu filho Dionísio da Horta, **trabalhador**, acabando este por ficar sozinho, solteiro e residente na Rua Pero Dias, certamente por morte da mãe, em 1891.

1.2.1 Manuel da Horta / Rosalina da Conceição (neto)

- a) O neto Manuel da Horta casou em 1868 com Rosalina da Conceição, exercendo a mesma profissão do pai, **oleiro**, e ela **tecedeira**. Também este seguindo a tradição familiar de famílias alargadas dá cinco bisnetos a seu avô: António, Maria, Manuel, João e Eduardo.
- b) No início da década de 80, o agregado doméstico fica reduzido aos mais novos - Eduardo, João e Maria – para em finais da década também o João sair de casa.
- c) Em 1895 será a vez de Eduardo casar, ficando a filha Maria sozinha com os pais.

1.2.1.1. Eduardo da Horta / Maria Maximina (bisneto)

- a) Em 1895, o bisneto Eduardo da Horta casa com Maria Maximina, formado um novo lar na rua S. Sebastião.

1.2.2 Emídio da Horta / Maria Josefa (neto)

- a) Em 1874, o neto Emídio Horta, **oleiro**, casa com Maria Josefa, **doméstica**, dando sete bisnetos a seu avô: Francisco, António, Emília, Lucinda, Antónia, Maria e Amélia, que permaneceram no agregado familiar até 1907, exceto a Emília, a Lucinda e a Amélia.

2º Caso – Família de Manuel Dias de Brito, lavrador

2. Manuel Dias de Brito / Ana Guerreira (pais)

- a) Em 1793, Manuel Dias de Brito, **lavrador**, e sua mulher, Ana Guerreira, moravam no monte da Estrada. Ano em que a criada Joana se encontrava ausente. Posteriormente juntam-se à família os seis filhos: António e Maria (1795), Manuel, Custódio e José (1803), e Francisco (1816).
- b) Em 1803, com uma família constituída por 7 elementos, uma vez que o filho Francisco apenas aparece mencionado a partir de 1816, António Dias de Brito torna-se **capitão**, cargo que exerceu até 1817.
- c) A partir de 1814, o casamento dos filhos Manuel com Isabel da Conceição e Custódio com Maria Mestra, assim como a ausência do filho Francisco, deixariam a família reduzida, em 1817, ao casal e aos outros três filhos: António, Maria e José.
- d) Entre 1793 e 1817, o agregado doméstico de Manuel Dias de Brito foi sempre marcado pela presença de criados: Ana (1805/1809), Maria e Manuel (1809/1817), Maria e Domingos (1816) e Domingos (1817).

2.1 Manuel Dias de Brito / Isabel da Conceição (filho)

- a) Com 23 anos, Manuel Dias de Brito (filho) casa com Isabel da Conceição em 1814, dando cinco netos a seu pai: Ana (1836), Manuel (1836), Joaquina (1836), Francisca (1836) e Isabel (1836).
- b) Nos anos 40 e 50, o agregado familiar de Manuel Dias de Brito foi alvo de grandes alterações: morte de sua mulher (1840), saída dos filhos Ana (1841), Joaquina (1841), Isabel (1850) e Francisca (1856), e chegada dos netos Custódio (1856), Maria e José (1858). Alterações que provocaram uma elevada variabilidade anual na composição do seu agregado familiar, restando em 1860 apenas o filho Manuel, que se encontrava fora e a neta Maria.
- c) A partir de 1865, também a neta Maria deixa de ser mencionada, ficando Manuel Dias Brito sozinho, deixando em finais de sessenta de ser também referido.
- d) Até 1847, tal como aconteceu no agregado familiar de seu pai, o agregado doméstico de Manuel Dias de Brito foi marcado pela presença de criados. No

entanto, contrariamente ao que aconteceu no de seu pai, a sua presença foi mais irregular, existindo anos em que não havia referência a nenhum, e menos acentuada em número, uma vez que nunca foram mencionados mais que um por ano.

2.1.1. Manuel de Brito / Maria Guerreira (neto)

- a) Em 1861, o neto Manuel de Brito, **jornaleiro**, casa com Maria Guerreira, dando 4 bisnetos a seu avô: Maria (1869), José (1869), Isabel (1869) e António Manuel (1873).
- b) A partir de 1873, com um agregado constituído por seis elementos, Manuel de Brito, torna-se **lavrador**, profissão que exerce até à sua morte.
- c) Em 1880, Maria Guerreira, com 62 anos, fica viúva e, com quatro filhos a cargo, aparece como cabeça de casal e **trabalhadora**.
- d) A partir de 1887, os filhos começam a sair de casa. Primeiro a filha Isabel e depois os restantes em 1896.
- e) Em 1900 e 1907, Maria Guerreira aparece mencionada como único elemento do agregado familiar, exercendo a profissão de **doméstica**.

2.1.1.1. José de Brito / Margarida Antónia (bisneto)

- a) Em 1900, com 31 anos, o bisneto José, **trabalhador**, surge casado com Margarida Antónia, de 26 anos, **doméstica**.
- b) Em 1907 o agregado familiar de José de Brito era constituído por cinco elementos, o casal e três filhos: António (7 anos), Maria (4 anos) e Inácia (1 ano).

2.2 Custódio Dias de Brito / Maria Mestra (filho)

- a) Em 1817, com 18 anos, Custódio Dias de Brito casou com Maria Mestra, dando quatro netos a seu pai: Maria do Rosário (1836), António (1841), Mariana (1845) e Maria Joaquina (1847).
- b) O filho António, apesar de aparecer referenciado como casado em 1843, continua até 1868 a fazer parte do agregado doméstico de seu pai, não aparecendo,

contudo, referência a sua mulher, acontecendo o mesmo com a filha Maria do Rosário que casa em 1847, mas que permanece como elemento do agregado de seu pai até 1854. Por sua vez, a filha Mariana deixa de ser referida a partir de 1860.

- c) Em 1867, após a morte de sua mulher, Custódio Dias de Brito, viúvo, permanece cabeça de casal com dois filhos António e Maria Joaquina. Enquanto o primeiro saiu de casa de seu pai, logo no ano a seguir, a filha permaneceu com este até 1880, ano em que aparece casada.
- d) Nos finais da década de 30, o agregado doméstico de Custódio Dias de Brito, foi também assinalado com a presença de criados.

2.2.1. Maria Dias / António Guerreiro (neta)

- a) Em 1847, a neta Maria casou com António Guerreiro, **lavrador**, tendo cinco filhos – Maria (1861), Manuel (1863), Francisco (1865), José (1869), Catarina Maria (1869) e Francisco – e dois enteados – António (1865) e Tomé (1883).
- b) Em 1892, António Guerreiro aparece mencionado como viúvo e apenas acompanhado pelos filhos Manuel, José e Francisco.
- c) Entre 1894 e 1900, António Guerreiro deixa de ser mencionado, sendo o seu agregado constituído pelos filhos Manuel e Francisco, aparecendo o primeiro como cabeça de casal.

2.2.1.1 Francisco Guerreiro / Maria Teresa (bisneto)

- a) Em 1907 o bisneto Francisco Guerreiro, **carpinteiro**, surge casado com Maria Teresa, **doméstica**, e com uma filha: Maria.

2.2.2 António Dias de Brito / Rufina Teixeira (neto)

- a) Em 1868, o neto António Dias de Brito, filho de Custódio Dias de Brito e Maria Mestra, aparece num novo agregado doméstico com Rufina Maria, exercendo a profissão de **lavrador**, e dando 5 bisnetos a seu avô: Isabel, Manuel, Maria, António e Custódio. Em 1880, a filha Maria deixa de ser mencionada como elemento do agregado familiar.

- b) Em 1895, António Dias de Brito morre, deixando Rufina Teixeira viúva, com os quatro filhos, os quais acabam por abandonar o lar, restando apenas o mais novo: Custódio.
- c) Entre 1890 e 1907, a constituição do agregado familiar mantém-se, exercendo a mãe a profissão de **doméstica** e o filho a de **lavrador**, tal como o pai.

2.2.3 Maria Joaquina / José Mateus (neta)

- a) Em 1880 a neta Maria Joaquina aparece casada com José Mateus, **trabalhador**, com três filhos: Maria, Manuel e Mariana.
- b) Em 1893, Maria Joaquina morre, ficando José Mateus viúvo e com os filhos Maria e Manuel, uma vez que a filha Mariana deixou o lar um ano antes.
- c) Em 1894, José Mateus volta a casar com Maria Francisca, com a qual tem mais dois filhos: Joaquina e José.
- d) Em 1900, a filha Maria deixa o lar, ficando o mesmo constituído pelo casal e pelos filhos Manuel, Joaquina e José, exercendo José Mateus a profissão de **lavrador**.

2.3 Francisco Dias de Brito / Maria Brásia (filho)

- a) Em 1841 reaparece Francisco Dias de Brito, ausente desde 1816, como solteiro, situação que se altera em 1850, ano em que casa com Maria Brásia, dando uma neta a seu pai: Custódia Maria. A situação profissional de Francisco Dias de Brito aparece inconstante ao longo dos anos, exercendo, alguns anos, a profissão de **trabalhador** e, outros, a de **lavrador**.

2.3.1. Custódia Maria / Manuel António (neta)

- a) Em 1880 a sua bisneta Custódia Maria casa com Manuel António, **lavrador**, tendo seis filhos: António (1882), Maria (1884), Manuel (1887), José (1896), Aureliano (1896) e Custódio (1899). Agregado doméstico que mantém a mesma composição até 1907.

3º Caso – Família de Manuel Centeno, negociante

3. Manuel Centeno / Joaquina Rosa (pais)

- a) Em 1846⁵⁴, Manuel Centeno, residia na Rua Direita em casa dos pais – José Rodrigues e Maria da Cruz -, apenas com dois dos seus seis irmãos Madalena e João, dado que os outros se encontravam ausentes (António, Francisco, Catarina e José).
- b) Na década de cinquenta, o agregado familiar de Manuel Centeno, encabeçado pela mãe, uma vez que seu pai faleceu (1850), estabeleceu residência em Redor da Igreja, e sofreu alterações no que concerne à sua constituição pelo regresso/saída constantes de seus irmãos.
- c) Em 1861, Manuel Centeno casou com Joaquina Rosa, estabelecendo casa na rua Direita, levando consigo a sua irmã Catarina, o seu irmão Francisco e a sua mãe Maria da Cruz, a qual morre dois anos mais tarde.
- d) O seu agregado doméstico vê-se novamente reduzido pela saída da irmã em 1866. No entanto, em 1870 é novamente ampliado com o aparecimento de dois filhos – Manuel e Virgínia – e do irmão Francisco, que apenas permanece até 1871. Na década de 80 será a vez da sogra Maria Rosa Passos e da sobrinha Maria das Dores marcarem presença na sua residência. No entanto, também estas permanecem pouco tempo, uma vez que a primeira falece em 1885 e a segunda deixa de ser mencionada a partir de 1882.
- e) Profissionalmente nas décadas de 70/80, Manuel Centeno começa por aparecer referenciado como lojista, para passar a **negociante** e a sua mulher a lojista, em 1877, a **comerciante** três anos mais tarde, e finalmente, em 1882, a **proprietário**. Possivelmente, a sua opção profissional pelo ramo comercial teve influência do cunhado António Guerreiro Abrantes, marido da irmã Madalena, que exercia essa profissão já desde 1865.
- f) Em 1891, morre Manuel Centeno, ficando Joaquina Rosa viúva e com os dois filhos. De acrescentar que nesse ano, o agregado familiar seria ainda constituído pela criada Rufina e no ano a seguir pelo sobrinho Manuel Centeno do Passo.
- g) Em 1795, Joaquina Rosa aparece referenciada como viúva e como único elemento do agregado familiar.

⁵⁴ Não foi possível identificar, na fonte, ascendentes de Manuel Centeno antes de 1846.

3.1 Manuel Rodrigues Centeno / Maria Josefa Rodrigues Centeno (filho)

- a) Em 1895 Manuel Rodrigues Centeno casa com Maria Josefa, estabelece casa em Redor da Igreja, e no ano seguinte tem um filho: José.
- b) Porém a vida matrimonial de Manuel Rodrigues Centeno duraria pouco tempo, uma vez que em 1900 aparece como viúvo, juntamente com o filho José e uma criada: Guilhermina.
- c) Em 1907, com 37 anos e seguindo as pisadas do pai, Manuel Rodrigues Centeno torna-se **comerciante** e o seu agregado doméstico aparece constituído por ele e por mais três criados: Guilhermina (31 anos), José Francisco (27 anos) e Manuel Coxo (59 anos).

Dos três percursos familiares analisados, apesar das limitações supramencionadas, foi possível identificar/confirmar algumas particularidades demográficas e sociais da freguesia no período em estudo, a saber: (i) presença de agregados domésticos de grande dimensão, principalmente nos primeiros anos da vida matrimonial e de menoridade dos filhos. Dimensão que vai diminuindo com a saída dos filhos por motivos quer pessoais, quer profissionais. Contudo, é visível a permanência de um dos filhos na casa dos pais, principalmente na situação de viúvo/a, uma vez que cabia à família as funções de amparo e proteção dos idosos. Funções que até meados do século eram exercidas essencialmente por um filho do sexo masculino, sobretudo nas situações de viuvez da progenitora. (ii) Acentuada variabilidade anual na composição dos agregados domésticos, provocada pela existência de uma elevada mobilidade geográfica sazonal dos habitantes da freguesia. Mobilidade mais incidente nos agregados alargados e nos filhos do sexo masculino, os quais procuravam no exterior melhores condições socioprofissionais face à escassez de recursos locais para o sustento familiar. (iii) Crescente participação feminina no mundo do trabalho, principalmente a partir da década de setenta, assistindo-se a uma valorização social, pessoal e familiar da mulher, dado que começa também esta a contribuir, através do desempenho de variadíssimas profissões, para o rendimento familiar. (iv) Presença, ainda que pouco proeminente, de mobilidade social intrageracional e intergeracional. Observa-se nos percursos analisados a presença de vários exemplos de mobilidade intrageracional ascendente, uma vez que ao longo da vida os elementos das famílias ocupam gradualmente profissões com estatuto social mais elevado. É o caso, na família

de António Horta, do neto Emídio Horta que em 1867 desempenhava a profissão de jornaleiro, tornando-se oleiro em 1874 (Cf.1.2). E na família de Manuel Dias de Brito, do próprio que de lavrador, ascende a capitão (Cf.2.), do neto Manuel de Brito que de jornaleiro passa a lavrador (Cf.2.1.1) e do marido da neta Maria Joaquina (Cf.2.2.3.) que de trabalhador ascende a lavrador. Relativamente à mobilidade intergeracional, apesar da maioria dos elementos das três famílias estudadas seguirem ou acabarem por seguir as profissões dos seus progenitores (Cf. 1.2., 3.2), assiste-se a situações de mobilidade intergeracional descendente, limitada em grande parte, pela mobilidade intrageracional ascendente verificada. É exemplo, na família de António Horta, o filho Manuel da Horta e o neto Emídio da Horta (Cf. 1.2), pois enquanto o primeiro exercia a profissão de oleiro, o segundo começou por exercer primeiro a profissão de jornaleiro, passando, posteriormente, a desempenhar também a profissão de oleiro.

A caracterização socioprofissional da freguesia acompanhou a evolução económica e demográfica verificada ao longo do século, pois não só aumentou o número de trabalhadores, em consequência do crescimento natural da população e da fixação de pessoas na freguesia, como também os setores de atividade dominantes iam ao encontro das principais atividades económicas. Porém, observou-se que uma mesma profissão revelou posições, papéis e identidades sociais variáveis ao longo do século.

Conclusão

O presente estudo centrou-se na dinâmica social oitocentista da freguesia de Martim Longo, com base nos róis de confessados. Dada a interdependência entre economia e sociedade, efetuou-se primeiramente o enquadramento económico da freguesia no contexto local e regional, e seguidamente a caracterização da estrutura familiar e da mobilidade social.

No que concerne ao campo económico verificámos a predominância da atividade agrícola, contudo, a partir de meados do século assistiu-se a um incremento da produção pecuária e do artesanato. Atividades que permitiram complementar os poucos recursos familiares em anos de crise agrícola, alargando essa responsabilidade aos vários elementos da família. De acrescentar, porém, que a migração foi outra das alternativas encontradas para fazer face a essa escassez, tendo como principal destino as minas de S. Domingos, os trabalhos agrícolas sazonais no Alentejo e a construção de estradas no concelho, convertendo a composição dos agregados domésticos vulnerável à presença ou não dos filhos na casa paterna.

Demograficamente verificou-se um aumento da população, sendo, no entanto, mais acentuado a partir da década de sessenta, acompanhando as tendências nacional e europeia. Entre 1793 e 1907 a população da freguesia duplicou, apresentando uma taxa de variação populacional de 101,5%, refletindo a sua crescente importância na dinâmica populacional do concelho. Aliás, com a implantação do regime liberal e em consequência da nova legislação fundiária, notou-se um crescente movimento populacional da sede do concelho (Alcoutim) para as freguesias da serra, principalmente Martim Longo e Vaqueiros.

De acrescentar, todavia, que este crescimento demográfico não apresentou uma distribuição espacial uniforme, sendo muito maior nos montes (73,6%) do que na própria aldeia (26%). Contudo, refletiu-se na criação de novos montes (ex. Abilheira e Tremelgo de Cima) e na abertura de novas ruas (ex. S. Sebastião e Poçanco). Mesmo nestes dois espaços, essa irregularidade espacial foi uma constante. Nos primeiros, foram os montes situados junto da via rodoviária leste/oeste e das terras mais férteis que manifestaram o maior número de habitantes (ex. Santa Justa e Pessegueiro) e, na segunda foram os arrabaldes/casas baixas, situados nos limites da aldeia, refletindo o seu crescimento e a necessidade de construção de habitações no seu termo.

Paralelamente a este crescimento demográfico constatou-se um aumento do número de fogos (72%) e da sua dimensão: de 2,9 em 1793 passou para 3,6 em 1907, situando-se a média global nos 3,4 elementos por agregado doméstico. De salientar que, na segunda metade do século e em vários anos, registou-se a não coincidência entre o maior número de habitantes/menor número de fogos, confirmando que o aumento populacional derivou essencialmente do aumento da composição dos agregados domésticos e não da formação de novos agregados.

No que se refere aos agregados domésticos concluiu-se que predominavam os de pequena dimensão (2-3 pessoas) e os de famílias simples. Todavia, a partir da década de sessenta, aumentaram significativamente os de média dimensão (4-6 pessoas), igualando os valores dos primeiros. Por sua vez, a estrutura familiar assentava no modelo de família simples (79%), em detrimento de famílias múltiplas (0,8%), atestando a estratégia do casamento na formação de novos agregados domésticos e, conseqüentemente de acesso à chefia. Verificou-se, ainda, uma disparidade nas categorias que constituem esse modelo, tendo a categoria *casal com filhos* demonstrado primazia com 45,7%, face às restantes categorias. Características confirmadas pela análise longitudinal efetuada, corroborando não só a preponderância dos agregados domésticos de famílias simples e da sua categoria *casal com filhos*, como também o seu aumento ao longo do período em estudo. Relativamente a esta última, verificou-se que o seu movimento secular foi contrário ao da categoria *casal sem filhos*, antagonismo bastante acentuado a partir da década de sessenta, dado que se assistiu a um aumento bastante significativo de *casais com filhos* e uma diminuição drástica de *casais sem filhos*.

Da reconstituição da estrutura socioprofissional da freguesia, para os (1793-1817 e 1869-1888), pese embora a dispersão profissional pelos três setores de atividade económica, o que de destacou nas configurações obtidas foi o carácter marcadamente rural desta sociedade, uma vez que a maioria das ocupações identificadas estavam, direta ou indiretamente, relacionadas com a *terra*. Porém, é de destacar que esta ruralidade foi mais acentuada no segundo período, uma vez que, no primeiro, foram as profissões ligadas aos militares que se evidenciaram, pronúncio da instabilidade político-militar da época.

Entre os dois períodos analisados constatou-se uma especialização ocupacional, uma ligeira mobilidade social ascendente e uma crescente participação da mulher no mundo do trabalho. Devido ao aumento demográfico, à abundância de matérias-primas e ao incremento

comercial, assistiu-se não só ao aparecimento de novas profissões, como também a uma maior especialidade dentro de cada ramo ocupacional, principalmente nas ocupações do setor secundário. No que toca ao segundo, o acesso a determinadas profissões, em consequência de uma mobilidade social ascendente, assim como a sua valorização/distinção social (ex. lavradores, proprietários e negociantes), possibilitou a aquisição, ainda que a um número reduzido de pessoas, de um novo *status* ou posição social superior à dos progenitores. Aliás, se no primeiro período a posse/exploração da terra era um dos principais critérios de diferenciação social, na segunda metade do século juntou-se a este o desempenho de determinadas profissões fora do sector agrícola.

A partir de meados do século XIX assistiu-se a uma crescente interdependência entre profissão/posição social, evidente na substituição do termo criado para os de jornaleiro ou trabalhador e, posteriormente no de jornaleiro para trabalhador. Aliás, tendo em conta o terceiro fator, a crescente integração da mulher no mundo do trabalho foi sinónimo dessa interdependência, dado que permitiu a sua valorização social e familiar, ao contribuir para o sustento da casa. Se no início do século eram raras as que chefiavam o agregado por morte do marido, recaindo essa responsabilidade num dos filhos do sexo masculino, a partir de meados do século aumentou significativamente o número de viúvas como chefes de família, desempenhando uma profissão que lhe permitia sustentar a família.

No que se refere à distribuição geográfica das ocupações profissionais é de destacar a sua concentração em 1793/1817 na aldeia, enquanto em 1869/1888 a marca é a sua dispersão pelos montes, aspeto consonante com a evolução económica e demográfica da freguesia. Todavia é de acrescentar algumas particularidades, a saber: (i) a presença de 77,5% de proprietários na aldeia e de 94,8% de lavradores nos montes, provando que os primeiros se limitavam à gestão dos rendimentos fundiários, enquanto os segundos constituíam mais uma força de trabalho na exploração das suas terras. (ii) o número elevado de maiores (96,9%) e de jornaleiros (83,9%) nos montes mas, enquanto os primeiros predominavam na região mais serrana da freguesia (56,8%), os segundos prevaleciam nas mais propícias ao cultivo (61,8%). (iii) as elevadas percentagens de profissões de abegão (100%), de pedreiro (92%), carpinteiro (73,3%) e moleiro (73,7%) nos montes, contrariamente às restantes ocupações do setor secundário. (iv) a concentração das ocupações ligadas ao comércio na aldeia em ambos os

períodos, certificando a importância da aldeia de Martim Longo, como polo comercial, na dinâmica económica da serra e na ligação entre o baixo Alentejo e o litoral algarvio.

Da análise da estrutura de parentesco/dimensão dos agregados domésticos nos dois períodos analisados constatou-se que esta dependia das condições económico-sociais, da presença de criados e da permanência dos filhos na casa paterna, verificando-se uma maior complexidade na sua composição e uma diversificação da sua tipologia. Se no início do século predominavam os agregados de reduzida dimensão e de famílias simples, em meados do século sobressaíam os de média dimensão e, apesar de continuarem a prevalecer os de famílias simples, assistiu-se a uma diversificação da tipologia dos agregados familiares, refletindo não só a presença de outros elementos no agregado familiar, mas também melhores condições económicas que permitiram a emergência de agregados de pessoas sós e a permanência dos filhos em casa dos pais. Melhores condições económicas que beneficiaram da crescente integração da mulher no mundo do trabalho, a qual não só originou um aumento dos rendimentos familiares, como também a sua valorização social. Porém, é de salientar que esta melhoria das condições económico-sociais dos agregados familiares martinlonguenses levou a um incremento da diferenciação social, patente na elevada percentagem de criados em famílias cujos chefes de família desempenhavam funções no setor primário, deixando de estar concentrados em agregados liderados por profissionais do setor terciário, como acontecia no início do século, e na mobilidade social intrageracional e intergeracional verificada nas três trajetórias familiares analisadas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

1.1 Manuscritas:

Róis de confessados da freguesia de Martim Longo (Alcoutim) – 1793/1907,
Paróquia da freguesia de Martim Longo.

Arquivo Municipal de Alcoutim (AMA)

. Atas das reuniões da vereação – 1834 /1917 (Fundo – Câmara Municipal de Alcoutim (A-S-01)).

. Correspondência Expedida para o Governador Civil de Faro – 1867/1937 (-Fundo: Administração do Concelho (ADC-S-02)).

Arquivo Distrital de Faro (ADF)

- Mapa de Estatística Geral dos Concelhos do Distrito de Faro (1866-1868 - Maço 2/Cx112).

- Mapas com relação das atividades económicas industriais (1886 - Maço 3/Cx294).

- Mapas com os preços dos géneros alimentares (1855-1856 - Maço 1/Cx119).

- Mapas Demonstrativos da colheita, consumo, sobras e faltas de géneros agrícolas e consumo de cereais e outros géneros (1848-1850 – Maço4/Cx307; 1854 – Maço 4/Cx66; 1869-1870 - Maço 4/Cx98).

1.2 Impressas:

.Censos da População (do Reino) de Portugal de 1864, 1878, 1890, 1900, 1901, 1911
(http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt)

. VII Recenseamento geral da população de 1940
(http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt)

. X Recenseamento geral da população de 1960

(http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt)

2. Bibliografia

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de (2002), Conceição Andrade Martins, Nuno Gonçalo Monteiro (orgs.), *A Agricultura: Dicionário das Ocupações*, Nuno Luís Madureira (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações*, vol. III, Oeiras, Celta Editora.

ALMEIDA, Ana Nunes (1993), *A Fábrica e a Família: Famílias Operárias no Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro.

ALMEIDA, João Ferreira (1981), “Alguns problemas de teoria das classes sociais”, *Análise Social*, XVII (66), pp. 231-251.

ALMEIDA, João Ferreira (1986), *Classes Sociais nos Campos – Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

ALMEIDA, João Ferreira; COSTA, António Firmino; MACHADO, Fernando Luís (1994), “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, em António Reis (coord.), *Portugal, 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.

ALMEIDA, João Ferreira; MACHADO, Fernando Luís; COSTA, António Firmino (2007), “Classes sociais e valores em contexto europeu”, em Jorge Vala e Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 69-96.

ALMEIDA, José Carlos Ferreira (1970), “Mobilidade e posições sociais: uma análise teórica e conceitual”, *Análise Social*, VIII (29), pp. 5-14.

ALMEIDA, Pedro Tavares (1995), *A Construção do Estado Liberal. Elite Política e Burocracia na «Regeneração» (1851-1890)*, Lisboa, UNL-FCSH (tese de doutoramento).

ALVES, Helena (1997), *Minas de S. Domingos. Génese, Formação Social e Identidade Mineira*, Mértola, ed. CAM.

ALVES, Jorge Fernandes (1993), “Lógicas Migratórias no Porto Oitocentista”, PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, pp. 78-97.

ALVES, Jorge Fernandes (1989), “Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX”, *Revista de História*, vol. IX, Centro de História da Universidade do Porto, Porto, pp. 267-289.

ALVES, Jorge Fernandes (1988), "Operários para França e Inglaterra (1914-1918) - Experiências da emigração portuguesa intraeuropeia", *Revista da Faculdade de Letras - História*, II Série, vol. V, Porto, pp. 317-333.

ALVES, Jorge Fernandes, FERREIRA, M. Fernanda V. e MONTEIRO M. do Rosário C. (1992), "Imigração galega na cidade do Porto (2ª metade do século XIX)", *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol. IX, Porto, pp. 215-236.

AMORIM, Maria Norberta e COSTA, José Carlos (colab.) (2011), *O Pico. A abordagem de uma ilha. Vol. I – As famílias. Tomo XI – As Famílias da Candelária nos finais do século XIX*, Município da Madalena do Pico/NEPS.

AMORIM, Maria Norberta (2009), *O Pico. A Abordagem de Uma Ilha. Vol. I - As Famílias. – As Famílias da Prainha nos finais do século XIX*, S. Roque, Município de São Roque/CITCEM.

AMORIM, Maria Norberta (2007), *O Pico. A Abordagem de uma Ilha, Vol. I - As Famílias. – As Famílias das Lajes (1ª Parte) nos finais do século XIX*, Lajes do Pico, Município das Lajes/NEPS.

AMORIM, Maria Norberta (2006), *O Pico. A Abordagem de uma Ilha, Vol. I - As Famílias. – As Famílias do espaço de S. Caetano entre os séculos XIX e XX*, Madalena, Município da Madalena/NEPS.

AMORIM, Maria Norberta (2005), *O Pico. A Abordagem de uma Ilha. Vol. I – As Famílias. – As Famílias de Santo Amaro nos finais do século XIX*, S. Roque, Município de S. Roque/NEPS.

AMORIM, Maria Norberta (2004), *O Pico. A abordagem de uma ilha. Vol. I – As famílias. Tomo I – As Famílias de S. João nos finais do século XIX*, Município das Lajes do Pico/NEPS.

AMORIM, Norberta (1999), "Suavidade da Morte e Necessidade de Emigrar. O caso de S. João, no Sul do Pico (Açores), nos séculos XVIII e XIX", ALVES, Hélio Osvaldo (Coord.), *A Diáspora: Raízes e Realidades Culturais*, Guimarães, pp.41-64.

AMORIM, Norberta (1996), "Uma visita a Santa Eulália Antiga de Fafe no início de 1660", *sep. DOM FAFES*, nº3, Câmara Municipal de Fafe.

AMORIM, Norberta (1993), "Nupcialidade e fecundidade diferenciais. Evolução de comportamentos nos últimos três séculos. O caso do Sul do Pico (Açores)", *Boletim de la ADEH*, XI-2, pp. 55-74.

AMORIM, Maria Norberta (1992), *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.

AMORIM, Norberta (1990), "A Família e a sua relação com o meio. Uma experiência com genealogias numa paróquia reconstituída", *Cadernos do Noroeste*, 3, Universidade do Minho.

AMORIM, Norberta (1987), *Guimarães, 1580-1819. Estudo demográfico*, Lisboa, I.N.I.C.

AMORIM, Norberta (1983/4), "S. Pedro de Poiães e a sua População de 1561 a 1830", *Brigantia*, Bragança.

AMORIM, Norberta (1982), *Os Homens e a Morte na freguesia da Oliveira em Guimarães através dos seus registos de óbitos (séculos XVII e XVIII)*, Guimarães, ed. Autor.

AMORIM, Maria Norberta (1980), *Método de exploração dos registos paroquiais. Cardanha e a sua população de 1573 a 1800*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Demográficos do INE.

AMORIM, Maria Norberta (1973), *Rebordãos e a sua população nos séculos XVII e XVIII. Estudo demográfico*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

ANICA, Arnaldo Casimiro (1994), *Freguesias, vilas e cidades do Algarve: sua antiguidade e população*, Vila Real de Santo António, Viprensa.

ARROTEIA, Jorge Carvalho (1983), *Emigração Portuguesa - suas origens e distribuição*, Lisboa, ICLP.

BASTOS, Cristiana (1993), *Os montes do nordeste algarvio*, Edições Cosmos, Lisboa.

BENIS, Maria Ioannis, (1979), "A Emigração de 1856 a 1875 vista de Viana do Castelo", *Revista de História Económica e Social*, nº 3, pp. 85-100.

BÍVAR, J. C. (1910), "Monographias de freguesias ruraes", *Boletim da Direção Geral da Agricultura*, MOPCI, nono ano, nº 5, Lisboa.

BRANDÃO, Fátima; ROWLAND, Robert (1980), "História da propriedade e comunidade rural", *Análise social*, Lisboa, vol. XVI, nº61-62, pp. 173-207.

BONNET, Charles, (1990) *Memória sobre o reino do Algarve: descrição geográfica e geológica / estudo introdutório de José Carlos Vilhena Mesquita, tradução, atualização e notas Maria Armada T. Ramalho Viegas*, Faro, Secretaria Estado da Cultura.

CABRAL, Manuel Villaverde (1997), “Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal”, *Análise Social*, XXXIII (146-147), pp. 381-414.

CABRAL, Manuel Villaverde (1979), *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico*, Lisboa, A Regra do Jogo.

CABRAL, Manuel Villaverde (1976), *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Porto, Regra do Jogo.

CABREIRA, Thomaz (1915), *O Algarve económico*, Lisboa, Imprensa Libano da Silva.

CASCÃO, Rui (1989), *Permanência e mudança em duas comunidades do Litoral: Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910*, Coimbra, gabinete da FLUC (<http://hdl.handle.net/10316/690>).

CAVACO, Carminda (1976), *O Algarve Oriental – as vilas, o campo e o mar*, Lisboa, Casa Portuguesa.

COSME, João (1999), “A população do Algarve de meados do século XIX a meados do século XX”, Maria da Graça Maia Marques (coord.) *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história*, Lisboa, Edições Colibri, pp.429-432.

COSTA, António Firmino (1987), “Novos contributos para velhas questões da teoria das classes sociais”, *Análise Social*, XXIII (98), pp. 635-686.

COSTA, António Firmino; MACHADO, Fernando Luís; ALMEIDA, João Ferreira (1990), “Estudantes e amigos: trajectórias de classe e redes de sociabilidade”, *Análise Social*, XXV (105-106), pp. 193-221.

COSTA, António Firmino, CASANOVA, José Luís (1996), “Classes sociais (bibliografia)”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 19, pp. 191-195.

COSTA, António Firmino; MAURITTI, Rosário; MARTINS, Suzana da Cruz; MACHADO, Fernando Luís; ALMEIDA, João Ferreira (2000), “Classes sociais na Europa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 34, pp. 9-43.

COSTA, António Luís Pinto (1991), “A Emigração Portuguesa (1871-1930) - Emigração Geral e Emigração Colonial”, *História*, nº 138, 1991, pp. 56-75.

COSTA, Miguel Reimão (2010), *Os montes da serra de Tavira*, Tavira, ed. Câmara Municipal de Tavira (<http://hdl.handle.net/10400.1/1231>).

CRUZ, Maria Antonieta (1999), *Os Burgueses do Porto na Segunda metade do século XIX*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida.

CRUZ, Maria Antonieta (1991), "Do Porto para o Brasil: a outra face da emigração oitocentista à luz da Imprensa Portuense", *Revista de História*, vol. XI, Porto, pp. 185-192.

CRUZ, Maria Antonieta (1986/87), "Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil – Contribuição para o estudo da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX", *Revista de História*, volume VII, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, pp.7-134.

ESTANQUE, Elísio (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade: Subjectividade e Práticas de Classe no Operariado do Calçado*, Porto, Edições Afrontamento.

ESTANQUE, Elísio; MENDES, José Manuel (1998), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal: Um Estudo Comparativo*, Porto, Edições Afrontamento.

ESTANQUE, Elísio; MENDES, José Manuel (1999), "Análise de classes e mobilidade social em Portugal: um breve balanço crítico", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 52-53, pp.173-198.

EVANGELISTA, João (1971), *Um século de população portuguesa*, Lisboa: I.N.E.

FERRÃO, João (1985), "Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-81) ", *Análise Social*, XXI (87-88-89), pp. 565-604.

FONSECA, H. Adegar (2005), "Ocupação da Terra (1850-1914) ", Álvaro Ferreira da Silva e Pedro Lains (org.): *História Económica de Portugal, 1700-1992*, Vol. II, Lisboa, ICS, pp. 74-103.

FONSECA, H. Adegar (2002), "O perfil social da "elite censitária" no Sul de Portugal: Alentejo, século XIX", in H. A. Fonseca e M. D. Duenas, eds., *Élites Agrárias en la Península Ibérica (Sig. XIX)*, número monográfico de *Ayer, Revista de Historia Contemporánea*, n.º 48, pp. 181-216.

FONSECA, H. Adegar (1996), *O Alentejo no Século XIX: Economia e atitudes económicas no Alentejo Oitocentista*, Lisboa, INCM.

FONSECA, H. Adegar (1996), "As elites económicas alentejanas, 1850-1870: anatomia social e empresarial", *Análise Social*, n.º 136-137, pp. 711-748.

FONSECA, H. Adegar, GUIMARÃES, Paulo E. (2010) *Internal migrations and occupational change in Portugal (1860-1960)*, 8th European Social Science History Conference Ghent.

FONSECA, H. Adegar, GUIMARÃES, Paulo E. (2009), “Mobilidade Social Intergeracional em Portugal 1911-1957” in Serrão, J V, Pinheiro, M.A e Ferreira, M.F.S. (org.): *Desenvolvimento Económico e Mudança Social. Portugal nos últimos dois Séculos*. Homenagem a Miriam Halpern Pereira, Lisboa, ICS, pp. 349-374.

FONSECA, H. Adegar, GUIMARÃES, Paulo E. (2009), *Social mobility in Portugal (1860-1960): operative issues and trends, Continuity and change*, 24-3, Cambridge University Press, pp. 513-546.

FONSECA, H. Adegar, GUIMARÃES, Paulo (2004), “Os Catalães da Azaruja: ofício, família e mobilidade social (1845-1914) ”, Jordi Nadal ed. (coord.), *Nissagues Gironines en la Indústria Surera Portuguesa (1845-1985)*, Fundació Catalunya – Portugal, Barcelona.

FREITAS, Eduardo; ALMEIDA, João Ferreira; CABRAL, Manuel Villaverde (1976), *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura: Estruturas Agrárias em Portugal Continental (1950-1970)*, Lisboa, Editorial Presença.

FREITAS, Eduardo; ALMEIDA, João Ferreira; CABRAL, Manuel Villaverde (1976), “Capitalismo e classes sociais nos campos em Portugal”, *Análise Social*, XII (45), pp. 41-63.

GARCIA, J.C. (1996) – *A Navegação no Baixo Guadiana durante o Ciclo do Minério (1857-1917)*. Universidade do Porto, Dissertação de Doutoramento (repositorio-aberto.up.pt/).

GODINHO, Vitorino Magalhães (1971), *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia.

GODOY, Marcelo Magalhães, PAIVA, Clotilde Andrade (2010), “Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais”, *Revista brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v.27, n1, Jan./jun., pp.161-191.

GRÁCIO, Sérgio (1997), “A mobilidade social revisitada”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº24, pp.45-69

GRADIM, Alexandra (2006), *Alcoutim Urbano e Rural – Dos finais da Idade Média ao fim do Antigo Regime*, Edições Colibri/Câmara Municipal de Alcoutim, Lisboa

GUIMARÃES, Paulo Eduardo (2012) - "A mobilidade social intergeracional em Portugal nos séculos XIX e XX: debates, projectos e agenda de investigação", T. Botelho e M.V. Leeuwven (orgs.), *Desigualdades sociais e económicas na História*, Belo Horizonte, Veredas & Cenários, pp.45-92.

GUIMARÃES, Paulo Eduardo (2005), "Recrutamento, mobilidade e demografia na mina de São Domingos, Alentejo (1860-1900)", *Revista de Demografia Histórica*, XXIII, pp.21-70.

GUIMARÃES, Paulo Eduardo (2005), *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960)*, Évora, Cidehus.

GUIMARÃES, Paulo Eduardo (2001), *Indústria e Conflito no Meio Rural. Os Mineiros Alentejanos (1858-1938)*, Lisboa, Colibri.

JUSTINO, David (1986), *A Formação do Espaço Económico Nacional: Portugal, 1810-1913*, Lisboa, Universidade Nova, 2 vols.

KLEIN, Herbet, (1993), «A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil do século XIX ao século XIX», *Análise Social*, vol. XXVIII (f.2), pp. 235-265.

LASLETT, Peter e WALL, Richard, (orgs.) (1972), *Household and Family in Past Time*, Cambridge, Cambridge University Press.

LEEUEWEN, M. et al (2002), *HISCO: Historical International Standard Classification of Occupations*, Leuven UP

LEEUEWEN, M. (2009), *Social inequality and mobility in history: introduction*, Continuity and change, 24, Cambridge University Press, pp. 399-419.

LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), (2005), *História Económica de Portugal, 1700-2000, Volume I e II*, Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais.

LAINS, Pedro (1993), "A economia portuguesa, 1851-1913: uma nota de bom comportamento", *working paper* apresentado ao *workshop* de história do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em Maio de 1993.

LIMA, Pedro; DORES, António Pedro; COSTA, António Firmino (1991), "Classificações de Profissões nos Censos 91", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 10, pp. 43-66.

MADEIRA, Artur Boavida (1999), "As fontes demográficas de Antigo Regime nos Açores", *Arquipélago. História*, 2ª série, vol.3, Universidade dos Açores, pp.139-176.

MADUREIRA, Nuno Luís (coord.) (2000), *1000 Ocupações Históricas: Projeto para a Análise e Classificação das Ocupações*, PACO/HISCO, Lisboa.

MACHADO, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades: Migrações, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

MACHADO, Fernando Luís, COSTA, António Firmino; ALMEIDA, João Ferreira (1989), "Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 27/28, pp.189-209.

MACHADO, Fernando Luís; COSTA, António Firmino (1998), "Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?* Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44.

MADEIRA, Artur, RODRIGUES, José Damião (1996), "População e família em Ponta Delgada: a freguesia de São Pedro", *População e Sociedade*, nº 2, CEPFAM-Porto, 1996, pp.207-228.

MAGALHÃES, Dulce Maria (1994), "Classes sociais e trajetórias intergeracionais", *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, I série, nº 4, pp. 173-217.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (1993), *O Algarve económico 1600-1773*, Lisboa, Editorial Estampa.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (1970), *Algarve económico durante o século XVI*, Lisboa, Edições Cosmos.

MARQUES, Maria da Graça (1999), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias*, Lisboa, Edições colibri

MARQUES, António; BARRADA, Mário (1982), "As classes sociais na população activa portuguesa: 1950-1970", *Análise Social*, XVIII (72-73-74), pp. 1279-1297.

MARTINS, Conceição Andrade (2005), "A agricultura", Álvaro Ferreira da Silva e Pedro Lains (org.): *História Económica de Portugal, 1700-1992*, Vol. II, Lisboa, ICS, pp. 251-258.

MARTINS, Conceição Andrade (1977), "Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)", *Análise Social*, vol. xxxii (142), pp. 483-535.

MARTINS, Hermínio (1998), “Classe, status e poder em Portugal”, *Classe, Status e Poder*, Lisboa, Instituto Ciências Sociais, pp. 99-131.

MEDEIROS, Fernando (1987), “Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal: o contributo da escola de Le Play, 1908-1934”, *Análise social*. Lisboa. Vol. XXIII, nº95, pp. 97-116.

MENDES, Carlos Romeu Correia (1911), “Memória descritiva e sucinta sobre o reconhecimento geral dos terrenos incultos de Faro”, *Boletim da Direção Geral de Agricultura*, 11º ano, nº1, Lisboa, pp.37-67.

MENDES, José Manuel de Oliveira (1997), “Mobilidade social em Portugal: o papel da diferença sexual e das qualificações”, *Revista Critica de Ciências Sociais*, nº49, pp.127-156.

MESQUITA, José Carlos Vilhena (2009), “A economia agrária do Algarve, na transição do Antigo Regime para o Liberalismo (1790-1836)”, separata de *Estudos III*, Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, Faro, pp. 143-196.

MESQUITA, José Carlos Vilhena (2005), *Economias dominantes e relações periféricas: a protoindustrialização do algarve (1810-1852): ideias síntese*, separata de *Estudos II*, Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, Faro.

MÓNICA, Maria Filomena (1987), “Capitalistas e Industriais (1870-1914)”, *Análise Social*, 99, 818-63.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1997), “Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime”, *Análise Social*, vol. XXXII (141), pp.335-368.

MORAIS, Berta Gonçalves (2003), *Ruralismo e família em Vinhais: estudo de caso sobre a paróquia de Santalha (1886-1909)*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, ed. da autora.

MOTA, Guilhermina (1990), “Estruturas familiares no mundo rural. Grupos domésticos no Bispado de Coimbra em 1801”, separata da *Revista Portuguesa de História*, nº24, Coimbra, pp. 10-66.

MOZZICAFREDDO, Juan (1981), “Sobre a teoria das classes sociais: as contribuições de Erik Olin Wright e de Nicos Poulantzas”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 6, pp. 5-46.

NAZARETH, Manuel Joaquim; SOUSA, Fernando (1981), "Aspectos sociográficos de Salvaterra de Magos nos finais do século XVIII", *Análise Social*, vol. XVII (66).

NUNES, Adérito Sedas (1964), “Portugal, sociedade dualista em evolução”, *Análise Social*, III (7-8), pp. 407-462.

NUNES, Adérito Sedas, e David Miranda (1969), “A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações”, *Análise Social*, VII (27-28), pp. 333-381.

NUNES, Nuno (2008), *A Sociologia das classes sociais na investigação sociológica em Portugal*, Centro Investigação e Estudos de Sociologia, e-Working n°48/2008

OLIVEIRA, Francisco Xavier d’Ataíde (1905), *A monografia do Algôs*, Lisboa, Imprensa Lucas.

PEDREIRA, Jorge Miguel (1996), “Tratos e contratos: atividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822)”, *Análise Social*, vol. XXXI (136-137), pp. 355-379.

PEDREIRA, Jorge (1992), “Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais”, *Análise Social*, n.ºs 116-117, pp. 407-440.

PEREIRA, Gaspar Martins (1988), “A população de Cedofeita em meados do século XIX”, Porto, *História - Revista da Faculdade de Letras, Série 2, Vol. 5*, pp. 253-298.

PEREIRA, Gaspar Martins (1995), *Famílias Portuenses na viragem do século (1880-1910)*, Porto, Edições Afrontamento.

PEREIRA, Isaías da Rosa (1986), *Os róis de confessados como fonte histórica*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, vol. 31, II série, pp.271-288.

PEREIRA, Miriam Halpern (1979), *Portugal no Século XIX: Antologia de Textos Históricos. vol. I, Revolução, Finanças, Dependência Externa*, Lisboa: Sá da Costa.

PEREIRA, Miriam Halpern (1983), *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na Segunda Metade do Século XIX*, Lisboa, Sá da Costa.

PEREIRA, Miriam Halpern (2001), *Diversidade e Assimetrias: Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, ICS.

PERY, Gerardo A. (1875), *Geographia Estatística Geral de Portugal e Colónias*, 1ª Ed., Lisboa, Imprensa Nacional.

PINTO, José Madureira (1985), *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*, Porto, Edições Afrontamento.

QUEIROZ, Maria Cidália (2005), *Classes, Identidades e Transformações Sociais*, Porto, Campo das Letras.

RADICH, Maria Carlos (2007), *O Algarve agrícola: notícias oitocentistas*, Lisboa, ISCTE. Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa.

RADICH, Maria Carlos (1996), *Agronomia no Portugal oitocentista. Uma discreta desordem*. Oeiras, Celta.

RAVARA, António Pinto (1988), “A classificação socioprofissional em Portugal (1806-1930)”, *Análise Social*, vol. XXIV (103-104), pp. 1161-1184.

RIBEIRO, Carlos e DELGADO, Nery (1868), *Relatorio acerca da Arborisação Geral do Paiz*. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

RIBEIRO, Orlando (1962), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

RODRIGUES, Teresa Ferreira (1985), “Para o estudo dos róis de confessados: a freguesia de Santiago em Lisboa (1630-1680)”, *Nova História*, n.º 3/4.

RODRIGUES, Teresa (1995), "A população portuguesa nos séculos XIX e XX. O acentuar das assimetrias de crescimento regional", *População e Sociedade*, nº1, Centro de Estudos da População e Família, Porto, pp. 57-72.

ROWLAND, Robert (1984), “Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada”, *Ler História*, n.º 3, 1984, pp. 13-32.

ROWLAND, Robert (1981), “Ancora e Monteria, 1827: duas freguesias do Noroeste segundo os livros de registo das companhias de ordenanças”, *Studium Generale - Estudos Contemporâneos*, n.os 2-3, pp. 199 -242;

SCOTT, Ana Sílvia Volpi (1999), *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português*, Guimarães, NEPS Universidade do Minho.

SERRA, Jorge Miguel Robalo Duarte (2007), *O Nascimento de um império conserveiro: “A Casa Fialho” (1892-1939)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto – tese de mestrado (repositorio-aberto.up.pt/).

SILBERT, Albert (1972), *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, livros horizonte.

SILVA, Álvaro Ferreira (2008), “A família em Portugal no século XVIII: posição familiar dos jovens e as dinâmicas dos grupos domésticos”, in Francisco García González (ed.), *La Historia de la Familia en la Península Ibérica*. Cuenca, pp. 371-406.

SILVA, Álvaro Ferreira (1993), “Propriedade, família e trabalho no «hinterland» de Lisboa. Oeiras, 1738-1811”, col. *Portugal e o Mundo Português*, Lisboa, Cosmos.

SILVA LOPES, João Batista (1841), *Corografia ou memória económica, estatística e topográfica do Reino do Algarve*, Lisboa, Academia Real das Ciências.

SILVA, L. A. Rebelo (1868), *Memória sobre a população e a agricultura da Monarquia até 1865*, Imprensa Nacional, Lisboa.

SIRTORI, Bruna (2006), “Uma fonte inexplorada. Os róis de confessados possibilidades e limites documentais”, *Usos do Passado - XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ*.

SOUSA, Fernando (1979), *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, Porto, Universidade do Porto (dissertação de doutoramento).

URBANO, Ludgero (1995), *História da mecanização e agricultura “Algarve”*, s.l., ed. do autor.

VAQUINHAS, Irene (2002), “Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço” *História – Revista da Faculdade de Letras*, III série, Vol.3, Porto, pp. 201-221.

VARZEANO, José (2007), *A Freguesia do Pereiro (do concelho de Alcoutim) «do passado ao presente»*, Edição da Junta de Freguesia do Pereiro, Tavira.

VARZEANO, José (1989), *Alcoutim Visto através das Posturas Municipais (1834/1858)*, Edição da Câmara Municipal de Alcoutim, Peniche.

VARZEANO, José (1985), *Alcoutim, Capital do Nordeste Algarvio* (subsídios para uma monografia), Edição da Câmara Municipal de Alcoutim, Rio Maior.

VARZEANO, José (1973), “Martinlongo – Aldeia de gente activa tem aspirações”, *Jornal do Algarve* (17/11/1973).

